

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**EDSON FERNANDES**

**FRONTEIRA E POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO  
DE FAMÍLIAS NO POVOAMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DE  
SÃO PAULO, SÉCULO XIX**

**FRANCA**

**2008**

**EDSON FERNANDES**

**FRONTEIRA E POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO  
DE FAMÍLIAS NO POVOAMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DE  
SÃO PAULO, SÉCULO XIX**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Faculdade de História, Direito e  
Serviço Social, Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título  
de Doutor em História. Área de Concentração  
História e Cultura.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dora Isabel Paiva da Costa**

**FRANCA**

**2008**

**EDSON FERNANDES**

**FRONTEIRA E POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO  
DE FAMÍLIAS NO POVOAMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DE  
SÃO PAULO, SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração História e Cultura.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dora Isabel Paiva da Costa**

1º Examinador: \_\_\_\_\_

**Professor**

2º Examinador: \_\_\_\_\_

**Professor**

3º Examinador: \_\_\_\_\_

**Professor**

4º Examinador: \_\_\_\_\_

**Professor**

5º Examinador: \_\_\_\_\_

**Professor**

Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008

À turma do quintal do seo Zezinho e dona Nair: Marco, Cláudia, Lucas, Regina, Carlos, Mariana, Laura e Luísa, Henrique, Álvaro, Vanessa, Eron, Beth, Ruan, Junior, André, Kelly, Flavio, Flavinho, Rafael, Fátima, Reginaldo, Rodrigo, Carol, Mateus, Juninho e Fernando.

À turma do sítio do seo Zé e dona Teodora: Maria José, Adriana, Cristiano, Caio, Fernando, Érica, Marquinhos, Aline, Paulo, Terezinha, André e Gabriel.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a preciosa colaboração de algumas pessoas que merecem ser lembradas. As orientações de Ricardo Joaquim Martins no campo da informática foram de grande valia e me pouparam enorme tempo e esforço. Antonio Sérgio Pavanello e Cláudia Hamad me fizeram a gentileza de confeccionar um dos mapas que ilustram o trabalho. Aos funcionários do Centro de Documentação Histórica, do Cartório de Notas Primeiro de Lençóis, do Cartório de Registro Civil e Anexos de Lençóis Paulista, da Câmara Municipal de Lençóis Paulista, do Arquivo da Cúria de Botucatu e do escritório da Igreja Presbiteriana Independente de Lençóis Paulista, devo o livre acesso aos valiosos documentos que contam parte da história da região.

Minha gratidão se estende também aos alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Franca e aos membros da banca de qualificação, cujas sugestões enriqueceram o trabalho. São eles: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ida Lewkowicz, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Aparecida Soares de Moura e Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira.

Os funcionários da Unesp/Franca foram por demais solícitos e isto deve ficar registrado. Entre eles, gostaria de destacar Laura Jardim, Maísa Helena de Araújo e Luzinete Suavinho Gimenes.

Por fim, um agradecimento especial à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dora Isabel Paiva da Costa, cuja orientação segura e enriquecedora nos caminhos da Demografia Histórica tem contribuído para meu aperfeiçoamento profissional e intelectual.

A todos, muito obrigado.

## RESUMO

Este trabalho utiliza os recursos da Demografia Histórica para estudar os padrões familiares numa região de fronteira. A região oeste da Província de São Paulo, em sua área delimitada pelos rios Tietê e Paranapanema, foi a fronteira do povoamento durante boa parte do século XIX, área de conflitos entre a população indígena que ocupava aquela extensa faixa de terreno e os primeiros povoadores brancos que davam início à formação dos primeiros núcleos urbanos. A precariedade das condições de ocupação dos incipientes núcleos urbanos (ausência de um aparato administrativo, judiciário, educacional etc.) que apenas iniciavam a construção da estrutura institucional, aliada à instabilidade representada pelo perigo de ataques indígenas, dava à região características singulares, típicas, no entanto, de áreas de fronteira. Lençóis foi, durante a segunda metade do século XIX, o último núcleo urbano da fronteira, a chamada boca do sertão, ponto de apoio de expedições que demandavam o vasto território desconhecido da porção oeste da província. A análise dos registros paroquiais e cartoriais de Lençóis permitiu traçar um quadro da família na fronteira. Por ele, vemos que a ilegitimidade era baixa, menor do que em outras áreas que serviram de parâmetro, contrariando o que poderia se esperar para uma área de fronteira. Os batismos ocorriam em maior quantidade nos meses finais do ano (novembro e dezembro), seguidos pelo mês inicial, janeiro. Não havia acentuadas variações sazonais com relação aos batismos, embora os meses de outubro, fevereiro e março fossem aqueles de menor ocorrência. Enquanto o domingo era o dia preferido pelos pais para esta cerimônia, concentrando aproximadamente um terço delas, sexta era um dia a ser evitado. O apadrinhamento seguia uma estratégia: os pais escolhiam padrinhos numa faixa de renda superior à sua própria. Os padrinhos mais requisitados eram aqueles que apresentavam uma maior renda: quanto maior esta, maior o número de afilhados. Quanto aos casamentos, o mês preferido era fevereiro e aquele a ser evitado era março, padrão comum a outras localidades brasileiras. Sábado era, de longe, o dia preferido para esta cerimônia, concentrando quase a metade delas. Sexta-feira era, novamente, um dia a ser evitado. As noivas lençoenses de primeiro casamento apresentavam uma idade média comum às noivas de outras áreas, o mesmo não se sucedendo com os noivos. Os casamentos entre nubentes aparentados também se verificou em Lençóis, conseqüência da dispersão da população em bairros rurais, distantes do núcleo urbano e formados, em parte, por famílias. Há diferenças significativas quanto à origem dos noivos: a mobilidade espacial dos homens era maior do que a das mulheres. Boa parte destas era originária da própria freguesia/vila de Lençóis, o que não era o caso dos noivos homens. As mortes tinham sua época própria, ocorrendo em maior quantidade nos meses quentes de novembro, dezembro e janeiro, quando a população, principalmente infantil, era mais suscetível às doenças infecto-contagiosas. Os meses frios de junho e julho, ao contrário, apresentavam os menores índices de mortalidade. Por último, as causas mais comuns de morte entre os moradores da fronteira eram as doenças infecciosas e parasitárias.

**Palavras-chave:** fronteira; natalidade; nupcialidade; legitimidade; mortalidade.

## ABSTRACT

This work uses the Historical Demography resources to study the familiar standards in a frontier area. The west region of São Paulo Province, in its area delimited by the Tietê and the Paranapanema rivers, was a frontier of the settlement during great part of the nineteenth century, area of conflicts between the indigenous people that occupied that large region of land and the first white settlers that started the formation of the first urban nuclei. The precarious conditions of the incipient urban nuclei's occupation (absence from administrative, judicial and educational help etc.) that just began the construction of the institutional structure, allied to the instability represented by danger of indigenous attacks, gave the region singular features, typical, however, of the frontier areas. Lençóes was, during the second half of the nineteenth century, the last urban nucleus of the frontier, the backwoods mouth as it was called, support place of expeditions that demanded the vast unknown territory of the province west portion. The analysis of the parish and registry office Lençóes last registers allowed us to draw a family description in the frontier. Because of this description, we can see that the illegitimacy was low, less than in other areas that were used as a parameter, going against what people could expect from a frontier area. The baptisms used to take place, in a bigger amount, in the final months of the year (November and December), followed by the initial month, January. There weren't accentuate seasonal variations related to the baptisms, although October, February and March were those months with less occurrence. While Sunday was the perfect day for this ceremony, considered by the parents, Friday was a day to avoid, concentrating approximately a third of them. Parents had to follow a strategy in order to choose the godparents: they used to choose people whose income was higher than theirs. The most required godparents were those who had the highest income: the higher it was, the bigger the number of godchildren was. As for the weddings, the favorite month was February and that one they used to avoid was March, common standard to the other Brazilian towns. Saturday was, by far, the favorite day for this ceremony, concentrating almost half of them. Friday was, again, a day to be avoided. The brides from Lençóes who were getting married for the first time were at the common average age to the other brides from other areas, the same didn't happen to the grooms. The weddings between fiancé and fiancée who were relatives were also verified in Lençóes, in consequence to the population dispersed in rural neighborhoods, far away from the urban nuclei, and constituted, in part, by families. There are significant differences related to the grooms' origins: the men's spatial mobility was greater than the women's. Great part of brides was originated from the own Lençóes village, and it wasn't the same case for the grooms. Deaths had its own time, occurring more in the hot months of November, December and January, when the population, mainly children, was more open to infectious and contagious diseases. The cold months of June and July, on the contrary, presented the lowest death rates. Lastly, the most common causes of death among the frontier residents were the infectious and parasitic diseases.

**Key words:** frontier; birth; bridal; legitimacy; mortality.

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1 - Província de São Paulo em 1878.....</b>	<b>26</b>
<b>Mapa 2 - Rio Lençóis num mapa de 1770 .....</b>	<b>34</b>
<b>Mapa 3 - Freguesia/vila de Lençóis e alguns de seus bairros rurais .....</b>	<b>38</b>



## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1 - Rancho dos índios Coroados.....</b>	<b>42</b>
<b>Foto 2 - Flechas indígenas .....</b>	<b>43</b>

## LISTA DE GRAFICOS

<b>Gráfico 1 - Sazonalidade comparada de batismos .....</b>	<b>120</b>
<b>Gráfico 2 - Sazonalidade comparada de concepções.....</b>	<b>122</b>
<b>Gráfico 3 - Movimento semanal comparado de batismos.....</b>	<b>124</b>
<b>Gráfico 4 - Sazonalidade comparada de casamentos .....</b>	<b>132</b>
<b>Gráfico 5 - Movimento semanal comparado de casamentos.....</b>	<b>138</b>
<b>Gráfico 6 - Sazonalidade comparada de óbitos .....</b>	<b>147</b>
<b>Gráfico 7 - Frequência de óbitos por faixa etária. Lençóes, 1867-1889.....</b>	<b>149</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Naturalidade de pais e mães de crianças livres registradas em Lençóis nos anos de 1876 e 1877 .....	40
Tabela 2 - População livre segundo sexo e instrução. Paróquia da Nossa Senhora da Piedade dos Lençóis .....	70
Tabela 3 - Distribuição dos escravos segundo a faixa etária. Lençóis, 1860-1887 .....	73
Tabela 4 - Estrutura de posse de cativos por faixas de tamanho de plantéis. Lençóis, 1860-1887 .....	74
Tabela 5 - Idade ao falecer de livres e escravos/ingênuos de ambos os sexos. Lençóis, 1867-1888 .....	83
Tabela 6 - População de Lençóis e paróquias, 1872 .....	84
Tabela 7 - População escrava de Lençóis em 1872 e 1886 .....	87
Tabela 8 - População total de Lençóis em 1872, 1886 e 1890 .....	87
Tabela 9 - População livre de Lençóis, 1872 e 1890 .....	87
Tabela 10 - População livre de Lençóis por faixa etária, 1872 .....	88
Tabela 11 - População segundo a situação conjugal. Lençóis, 1872 .....	88
Tabela 12 - População segundo a situação conjugal. Lençóis, 1890 .....	89
Tabela 13 - Domicílio dos votantes de Lençóis, 1871, 1876 e 1879 .....	92
Tabela 14 - Participação dos votantes por faixa etária, em 1871 e 1879 .....	92
Tabela 15 - Projeção de votantes para os anos de 1872 a 1875 .....	94
Tabela 16 - Porcentagem de votantes entre a população livre masculina, 1874 .....	94
Tabela 17 - Ascendência paterna desconhecida ou não declarada, em 1876 e 1879 .....	97
Tabela 18 - Ascendência paterna desconhecida ou não declarada, por faixa etária, em 1876 e 1879 .....	97
Tabela 19 - Ocupação dos votantes, em 1871, 1876 e 1879 .....	99
Tabela 20 - Votantes segundo instrução, em 1876 e 1879 .....	99
Tabela 21 - Votantes segundo instrução e domicílio, em 1876 e 1879 .....	100
Tabela 22 - Votantes segundo renda, em 1871, 1876 e 1879 .....	101
Tabela 23 - Renda segundo a ocupação, em 1876 e 1879 .....	103
Tabela 24 - Situação conjugal dos votantes, em 1871, 1876 e 1879 .....	103
Tabela 25 - Número de filhos votantes, em 1876 e 1879 .....	104
Tabela 26 - Número de nascimentos, casamentos e óbitos. Lençóis, 1857-1889 .....	107
Tabela 27 - Sazonalidade comparada de batismos de crianças livres ilegítimas .....	111

Tabela 28 - Freqüência comparada de prenomes masculinos .....	114
Tabela 29 - Freqüência comparada de prenomes femininos .....	115
Tabela 30 - Movimento sazonal de batismos. Lençóes, 1861-1889 .....	118
Tabela 31 - Sazonalidade comparada de batismos na população livre.....	119
Tabela 32 - Movimento sazonal de nascimentos e concepções. Lençóes, 1859-1889 .....	121
Tabela 33 - Sazonalidade comparada de concepções na população livre em números proporcionais .....	122
Tabela 34 - Movimento semanal comparado de batismos .....	123
Tabela 35 - Número de afilhados por padrinhos. Lençóes, 1857-1889 .....	125
Tabela 36 - Renda média por grupos de padrinhos .....	126
Tabela 37 - Renda média dos padrinhos por faixa de renda dos pais.....	128
Tabela 38 - Movimento sazonal de casamentos. Lençóes, 1857-1889.....	130
Tabela 39 - Sazonalidade comparada de casamentos na população livre .....	132
Tabela 40 - Idade média comparada ao primeiro casamento.....	134
Tabela 41 - Freqüência comparada de casamentos e recasamentos .....	136
Tabela 42 - Calendário semanal de casamentos. Lençóes, 1859-1889.....	137
Tabela 43 - Movimento semanal comparado de casamentos.....	138
Tabela 44 - Origem dos noivos de Lençóes, 1859-1889.....	142
Tabela 45 - Movimento sazonal de óbitos. Lençóes, 1867-1889 .....	145
Tabela 46 - Sazonalidade comparada de óbitos de livres .....	146
Tabela 47 - Movimento sazonal de óbitos por faixa etária. Lençóes, 1867-1889.....	148
Tabela 48 - Idade ao falecer de livres de ambos os sexos. Lençóes, 1867-1889 .....	149
Tabela 49 - Ocorrência de cada grupo de doenças na população livre em duas localidades .....	152

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>ACMLP</b>	<b>Arquivo da Câmara Municipal de Lençóis Paulista.</b>
<b>ALESP-DAH</b>	<b>Assembléia Legislativa de São Paulo – Divisão de Acervo Histórico</b>
<b>AIMLP</b>	<b>Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Lençóis Paulista.</b>
<b>ACB</b>	<b>Arquivo da Cúria de Botucatu</b>
<b>AESP</b>	<b>Arquivo do Estado de São Paulo</b>
<b>AIPILP</b>	<b>Arquivo da Igreja Presbiteriana Independente de Lençóis Paulista</b>
<b>CNPLP</b>	<b>Cartório de Notas Primeiro de Lençóis Paulista</b>
<b>CPOCA</b>	<b>Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Agudos</b>
<b>CRCA</b>	<b>Cartório de Registro Civil e Anexos de Lençóis Paulista</b>
<b>CDHLP</b>	<b>Centro de Documentação Histórica de Lençóis Paulista</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Recorte espacial e temporal.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 Metodologia e fontes.....</b>	<b>23</b>
<b>2 UMA REGIÃO DE CONFLITO .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 A fronteira oeste .....</b>	<b>25</b>
2.1.1 Criação de vilas no século XIX.....	31
2.1.2 Rio Tietê, rio Lençóis.....	32
2.1.3 Uma sesmaria .....	35
2.1.4 Freguesia, vila e comarca.....	36
2.1.5 Os bairros de Lençóis.....	37
<b>2.2 Os primeiros povoadores.....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 Os índios.....</b>	<b>41</b>
<b>2.4 Os índios! .....</b>	<b>46</b>
<b>3 A ESTRUTURA INSTITUCIONAL .....</b>	<b>50</b>
<b>3.1 A administração dos problemas .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2 A arbitragem dos conflitos .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 As necessidades da vida.....</b>	<b>67</b>
<b>4 A ECONOMIA DA FRONTEIRA.....</b>	<b>73</b>
<b>4.1 Suor de livres e escravos.....</b>	<b>73</b>
<b>4.2 Os frutos da terra .....</b>	<b>76</b>
<b>4.3 As condições de vida .....</b>	<b>82</b>
<b>5 A FAMÍLIA NA FRONTEIRA.....</b>	<b>86</b>
<b>5.1 Os censos de 1872 e 1890 .....</b>	<b>86</b>
<b>5.2 Os donos do poder - as listas de votantes de 1871, 1876 e 1879.....</b>	<b>89</b>
<b>5.3 Livros da vida e da morte.....</b>	<b>106</b>
<b>5.4 Tal pai, tal filho - a legitimidade .....</b>	<b>108</b>
5.4.1 Nomes, nomes .....	114
<b>5.5 Os filhos da terra – a natalidade .....</b>	<b>117</b>

5.5.1 Batismos.....	117
5.5.2 O dia do Senhor.....	123
5.5.3 Apadrinhamento.....	124
<b>5.6 Até que a morte os separe – a nupcialidade.....</b>	<b>129</b>
5.6.1 A idade ao casar.....	133
5.6.2 Recasamento.....	135
5.6.3 O dia de casar.....	137
5.6.4 Consangüinidade.....	140
5.6.5 A origem dos noivos.....	141
<b>5.7 E a morte os separa – a mortalidade e a morbidade.....</b>	<b>143</b>
5.7.1 Tempo de morrer.....	143
5.7.2 A idade da morte.....	147
5.7.3 Morbidade.....	150
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO</b>	
<b>ANEXO A - Repartição dos óbitos por causas. População livre. Período de 1799-1809 – Paróquia da Sé.....</b>	<b>167</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos de população no Brasil ganharam impulso com os recursos que a demografia histórica vem fornecendo desde quando por aqui se estabeleceu, na década de 1970, introduzida por Maria Luiza Marcílio a partir de pesquisas iniciadas na França vinte anos antes, onde e quando despontou o nome de Luis Henry.

No Brasil, sua importância pode ser sentida na revisão de postulados há muito arraigados na historiografia da geração que se baseou, entre outras fontes, em relatos de viajantes que percorreram o território brasileiro no passado. Um dos postulados desta geração (Furtado, Prado Jr., Holanda, Freyre) que vem passando por revisão refere-se à importância numérica da população livre destituída de posses. Inúmeros estudos da nova geração que usa fontes primárias com fins demográficos<sup>1</sup> possibilitaram a emergência de uma nova visão da sociedade pretérita brasileira, muito mais complexa e multifacetada do que a tradicional visão de uma sociedade bi-segmentada poderia descortinar.

Fontes descobertas ou redescobertas pela demografia histórica possibilitaram não apenas novas respostas, mas também outras questões que enriqueceram o debate historiográfico brasileiro. Estudos tendo como base inventários *post-mortem*, registros paroquiais, escrituras de compra e venda de escravos, maços de população, listas nominativas, e outros, lançaram luzes sobre aspectos pouco conhecidos da história do Brasil, ou sobre os quais o conhecimento estabelecido se assentava em generalizações que não correspondiam à realidade do território brasileiro.

Há muito mais coisas, no entanto, a serem feitas. E uma delas diz respeito aos temas esquecidos pela historiografia que sempre se ocupou das áreas ligadas ao comércio de exportação, produtoras de cana, café ou mineradoras – nordeste brasileiro, vale do Paraíba paulista e fluminense, Minas – e generalizando suas conclusões para o resto do país.

---

<sup>1</sup> COSTA, Dora Isabel Paiva da. **Posse de escravos e produção no agreste Paraibano**: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888. 1992. 291 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992; MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, MG, v. 4, n. 2, p. 35-54, 1998; COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP, 1992; LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial**: economia e sociedade. São Paulo: FINE : Pioneira, 1982. p. 31-55; SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/ago. 1987; SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, e outros.



Embora tenham surgido, recentemente, alguns estudos que enfocam áreas até então desconsideradas<sup>2</sup>, são ainda insuficientes por não darem conta de todo um mosaico de estruturas sociais e econômicas que floresceram em diversas épocas e lugares. Neste contexto, a região compreendida pelos rios Tietê e Paranapanema, na porção ocidental da província paulista, nomeada pelos mapas do século XIX como “sertão desconhecido” carece de estudos. Esta vasta região foi sendo ocupada durante o século XIX, disputada aos remanescentes indígenas, por povoadores oriundos de Minas ou de áreas paulistas de povoamento mais antigo, vindos em busca de novas oportunidades que a fronteira aberta oferecia.

Para dar conta desta área de fronteira, em que temporalidades históricas distintas se encontram - o tempo das sociedades indígenas; o tempo das frentes pioneiras que avançam provocando conflitos<sup>3</sup> - a história local parece representar a possibilidade de visualizar as especificidades que a macro-história não permite.

Como já observado, as áreas de produção destinada ao comércio de grande distância e onde era regra geral a existência de grandes plantéis de escravos, são aquelas que têm sido objeto de reiteradas pesquisas por parte dos estudiosos do passado brasileiro, herança de um modelo interpretativo que via no trinômio latifúndio/monocultura/exportação a chave para entender o desenvolvimento histórico do país.

Recentemente, outras áreas, outros segmentos sociais, outras fontes e indagações têm merecido a atenção de um número cada vez maior de pesquisadores em busca de um novo modelo interpretativo que dê conta da complexa realidade que - hoje se percebe com mais clareza - vigorou nos nossos séculos de colônia e império.

João Fragoso aponta para a existência de diversos sistemas agrários pré-capitalistas, inseridos num contexto mais amplo de criação reiterada de sistemas agrários escravistas e mercantis, caracterizado pelo domínio do trabalho escravo, do mercado restrito, da reprodução extensiva e da subordinação da agricultura à acumulação mercantil. Este

---

<sup>2</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2001; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; MONTEIRO, Rosane Carvalho M. **Cultivo do café nas bocas do sertão paulista**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003; GUTIÉRREZ, Horácio. A harmonia dos sexos: elementos da estrutura demográfica da população escrava no Paraná, 1800-1830. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5, 1986, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1986. v.1. p. 35-52; COSTA, Dora Isabel Paiva da. **Herança e ciclo familiar**: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850. 1997. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

<sup>3</sup> MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 150-153.

processo de criação gerou, na fronteira, um sistema agrário que estaria ligado ao abastecimento interno e que possuiria alguns traços básicos da sociedade escravista<sup>4</sup>.

Sheila de Castro Faria, objetivando compreender a dinâmica de áreas de implantação e expansão de atividades econômicas rurais, “entendendo que esta é uma situação encontrada em praticamente todas as épocas da história do Brasil”<sup>5</sup>, estudou a vida cotidiana da família em Campos dos Goitacazes (séculos XVII e XVIII). Para a autora, a atividade produtiva e a localização tinham grande peso nos padrões familiares encontrados. As ligações matrimoniais eram fundamentais para o funcionamento e a reprodução de unidades agrárias produtivas. Faria encontrou na região uma elevada taxa de legitimidade de filhos, contrariando a idéia corrente na historiografia tradicional que diz que pequena parcela da maternidade no Brasil colonial era resultado de relações lícitas. As altas taxas de ilegitimidade eram exceções no Brasil, características apenas de centros urbanos e mineradores. A autora afirma ainda que “são bem poucos os trabalhos que tratam de áreas tidas como ‘insignificantes’ no quadro econômico colonial ou, mesmo, no do século XIX”<sup>6</sup>, o que parece justificar a nossa pesquisa para Lençóis.

São raros os trabalhos que focalizam as áreas de povoamento recente, isto é, regiões de fronteira de povoamento. Rosane Carvalho Messias Monteiro pesquisou as atividades econômicas desenvolvidas numa destas regiões, ressaltando a importância da pecuária e a produção de gêneros alimentícios e as transformações provocadas pela expansão cafeeira na diversificação das atividades produtivas, na estrutura fundiária e nas relações de trabalho<sup>7</sup>.

Maria Veronica Secreto, comparando a dinâmica de ocupação de duas áreas de fronteira (Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense), entre 1870 e 1920, concluiu que ambos pertencem a um mesmo processo histórico, o da incorporação do Brasil e Argentina, respectivamente, ao mercado internacional<sup>8</sup>.

Mais raros, no entanto, são os trabalhos com os recursos advindos da demografia histórica, que possibilitaram um maior alcance deste tipo de estudos relacionados às regiões

---

<sup>4</sup> FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda L. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 141.

<sup>5</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 27.

<sup>6</sup> Ibid., p. 52-57. (destaque do autor).

<sup>7</sup> MONTEIRO, 2003, op. cit.

<sup>8</sup> SECRETO, Maria Verônica. Duas fronteiras: o oeste paulista e o sudeste bonaerense no século XIX. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 4., 1999, Curitiba. **Anais....** Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 1999.

afastadas dos grandes centros de produção. Para Maria Luiza Marcílio, “os estudos de demografia histórica desencadearam verdadeira revolução na historiografia brasileira, com suas descobertas de realidades humanas antes insuspeitadas”. Apesar disso, a autora aponta a escassez, ainda, na área da demografia histórica, de estudos sobre a mortalidade e morbidade de populações do nosso passado<sup>9</sup>. Podemos citar dois, porém nenhum em áreas tidas como “insignificantes”: Marcílio estudou os óbitos na população livre de São Paulo (Paróquia da Sé), entre os anos de 1799 a 1809<sup>10</sup>; Iraci Costa estudou Vila Rica entre 1799 e 1801<sup>11</sup>.

Dora Isabel Paiva da Costa estudou a formação de famílias proprietárias e os mecanismos de transmissão de herança numa área de fronteira. Demonstrou que o desenvolvimento do ciclo de vida das famílias e seus membros, o enriquecimento e a fronteira aberta a oeste foram os principais fatores que possibilitaram o crescimento das antecipações das transmissões de bens de forma intergeracional, num período de constituição de unidades agrário-exportadoras<sup>12</sup>. A mesma autora estudou arranjos domésticos em Campinas (SP), em dois momentos: os primórdios de formação da vila de Campinas, ainda voltada para a subsistência, e o momento em que a economia já se caracterizava por unidades agrárias do tipo *plantation* (por volta de 1829). A autora estudou famílias de vários grupos sociais (senhores de engenho, lavradores de cana, roceiros, jornaleiros, artesãos, tropeiros, “donos de venda”) e observou que, enquanto o contexto econômico evoluía para a formação de grandes lavouras, havia uma tendência dos arranjos domésticos tornarem-se mais simplificados (em oposição aqueles de formas extensas e múltiplas). Em uma observação importante e que diz respeito à nossa pesquisa, a autora afirma que “uma pequena parte dos jovens solteiros, que iniciavam suas carreiras como lavradores de cana, foi atraída por outras áreas, além da fronteira que Campinas representava naquela ocasião”. E prossegue: “O sertão mais a oeste, com terras maiores e mais baratas, se tornava mais atraente para aqueles que desejavam iniciar seu ofício, ainda cedo no ciclo de sua vida, postergando o matrimônio para uma etapa posterior”<sup>13</sup>.

<sup>9</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1/2, p. 135, 1997.

<sup>10</sup> Id. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: Pioneira : Ed. USP, 1973. p. 176-177.

<sup>11</sup> COSTA, Iraci del Nero da. Análise da morbidade nas Gerais: Vila Rica, 1799-1801. **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 241-262, 1976.

<sup>12</sup> COSTA, Dora Isabel Paiva da. **Mecanismos de redistribuição da riqueza e formação de famílias proprietárias em área de fronteira: Campinas, 1795-1850**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 4., 1999, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/DORA.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2006.

<sup>13</sup> Id. Arranjos domésticos e formação de *plantations*: Campinas, São Paulo, 1798-1829. **População e Família**, São Paulo, n.3, p. 134-135, 2000.

Pesquisando registros de batismos, Maria Adenir Peraro estudou um aspecto da família – a taxa de legitimidade de filhos - na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá no século XIX, região de fronteira. Encontrou a autora um alto índice de filhos ilegítimos. Segundo ela, a ilegitimidade não se explica apenas pela escravidão, mas “na conjugação de vários fatores que acabariam por gerar no cotidiano das pessoas uma ‘ordem’ menos rígida quando comparada aos padrões culturais europeus.”<sup>14</sup>

Para a autora, a bastardia naquela paróquia não se restringia às escravas ou às mulheres livres das camadas populares, pelo contrário, era uma realidade vivenciada também por mulheres de família de uma elite composta por, entre outros, homens destacados nas atividades de segurança das fronteiras. Aliás, um dos fatores causadores de uma “ordem” menos rígida era o recrutamento de homens para guarnecer a fronteira.

Carlos de Almeida Prado Bacellar, também utilizando as ferramentas da Demografia Histórica, estudou aspectos da família em Sorocaba, séculos XVIII e XIX, uma sociedade não ligada diretamente à grande economia exportadora e escravista. Comparou idades médias ao primeiro matrimônio daquela localidade com outras, encontrando, por exemplo, diferenças com relação aos noivos da elite agrária do oeste paulista, que se casavam em idades mais tardias (27,7 contra 24,7 anos dos noivos sorocabanos). Estes dados, segundo o autor, dão força à “hipótese de que a idade masculina ao casar estava diretamente relacionada à atividade econômica e ao grupo social considerado”<sup>15</sup>. Com relação à distribuição sazonal dos casamentos de livres, Bacellar observa que o mês de fevereiro era o que concentrava grande número destes eventos. Diz o autor: “Observados os preceitos religiosos, esse mês traduzia também uma conjuntura favorável às famílias, que, nesse momento preciso do ano, estavam em fase de conclusão de suas rotineiras tarefas de colheita”<sup>16</sup>.

Ana Maria de Oliveira Burmester<sup>17</sup> estudou a população de Curitiba na segunda metade do século XVIII, utilizando os registros paroquiais; Paulo Eduardo Teixeira<sup>18</sup> analisou a formação de famílias livres em Campinas, entre os séculos XVIII e XIX; Maria Luiza

---

<sup>14</sup> PERARO, Maria Adenir. O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n.38, p. 64, 1999. (destaque do autor).

<sup>15</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2001. p. 55-56.

<sup>16</sup> Ibid., p. 77.

<sup>17</sup> BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII segundo os registros paroquiais, 1751-1800**. 1974. 108f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 1974.

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **A formação das famílias livres e o processo migratório: Campinas, 1774-1850**. 2004. 296f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2004.

Marcílio<sup>19</sup> debruçou-se sobre a população caiçara de Ubatuba, no período compreendido pelas décadas finais do século XVIII e as décadas iniciais do XIX (três dos estudos utilizados como base de comparação neste presente). Estes e outros trabalhos enriqueceram a interpretação do nosso passado à luz da Demografia Histórica.

Por outro lado, os próprios pesquisadores ressentem-se da ausência de estudos de demografia em áreas distintas daquelas já consagradas pela historiografia, tarefa a que este trabalho procura contemplar.

Ao afirmar a possibilidade de “estabelecer a relação das vidas de famílias com as de seus membros e com as realidades sociais, econômicas e políticas gerais dentro de diversos contextos históricos”, ao mesmo tempo enfatizando que “um dos desafios é a exploração em profundidade da capacidade da família para criar estratégias viáveis de sobrevivência em circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas variadas e muitas vezes em transformação”<sup>20</sup>, David S. Reher parece sugerir a viabilidade do estudo da estrutura demográfica numa região de fronteira, limite do povoamento marcado por roçados e núcleos urbanos esparsos e os “terrenos habitados por indígenas”.

Do mesmo modo, Eni de Mesquita Samara ressalta “as combinações possíveis e a multiplicidade de formas que a família pode apresentar nas diferentes sociedades e nos seus respectivos segmentos sociais”<sup>21</sup>. Já Mariza Corrêa questiona:

A chamada ‘família patriarcal brasileira’ era o modo cotidiano de viver a organização familiar no Brasil colonial, compartilhado pela maioria da população, ou é o modelo ideal dominante, vencedor sobre várias formas alternativas que se propuseram concretamente no decorrer de nossa história?<sup>22</sup>,

pergunta que bem pode ser estendida para todo o Império brasileiro.

Também Marcílio<sup>23</sup> enfatiza a necessidade de novas pesquisas, ao perguntar: “E como seriam os comportamentos e modelos de uma demografia de áreas de povoamento mais recente, de população mais rala e abundância de terras a desbravar [...]?”.

Estas observações, a nosso ver, mais do que justificam, tornam imperiosas novas pesquisas que contemplem regiões e situações ainda carentes de estudos que lancem luz à realidade da família brasileira.

<sup>19</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara**: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

<sup>20</sup> REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 109, 1997.

<sup>21</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 189.

<sup>22</sup> CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Maria S. Kofes de (Org.). **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 16. (destaque do autor).

<sup>23</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 143-144.

Portanto, nosso objetivo é estudar a família numa região de fronteira, área de povoamento recente por parte de populações rurais que reiteravam seu modo de vida, onde e quando as possibilidades de conflitos eram mais patentes e apenas se iniciava a construção de uma estrutura institucional. Buscaremos compreender as estratégias familiares (idade ao casar, recasamentos, sazonalidade de concepções e casamentos etc.), compará-las a outras áreas do Brasil: seriam semelhantes ou refletiam a especificidade do tempo e do lugar? Analisaremos a taxa de legitimidade e a mortalidade: fugiam dos padrões estabelecidos por outros estudos ou seguiam os mesmos?

Esperamos contribuir para que a lacuna sobre a demografia da fronteira torne-se um pouco menor.

### **1.1 Recorte espacial e temporal**

Para José de Souza Martins, a “situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais”<sup>24</sup>. O mesmo pode-se dizer para a pesquisa demográfica, carente de pesquisas em áreas distantes dos grandes centros exportadores do passado colonial ou imperial brasileiro.

O bairro, depois freguesia e vila dos Lençóis foi a fronteira do povoamento paulista durante boa parte do século XIX e, como tal, não tinha delimitações territoriais definidas. Era uma boca do sertão, ponto de apoio de expedições que demandavam o grande sertão, fossem elas de caráter exploratório, comercial ou catequético. Portanto, toda a área delimitada pelos rios Tietê e Paranapanema, durante algumas décadas, tinha como referência o nascente povoado lençoense, e para a definição do que era Lençóis não nos prenderemos aos limites territoriais administrativos, e não poderia ser diferente. A inexatidão – ou melhor, inexistência – das divisas numa boca do sertão leva-nos a considerar Lençóis toda a área abrangida pelo “modo de vida do sertão”, ou da fronteira, a saber, área povoamento recente, de violência, de perigos, isolamento, precariedade em todos os sentidos.

O período analisado tem início no final da década de 1850, quando os primeiros registros paroquiais já indicam a formação de um núcleo de povoamento nos “campos dos Lençóis”.

---

<sup>24</sup> MARTINS, J.S., 1997, op. cit., p. 182.

O recorte final é 1889, quando começa a entrada dos primeiros imigrantes europeus, trazendo um possível novo padrão familiar que, também possivelmente, pela miscigenação com a população que já estava estabelecida na região há alguns anos, pode ter dado início à uma “nova família”. Além disso, a região vai perdendo a condição de fronteira, pois a elaboração e o fortalecimento das instituições políticas, religiosas, escolares etc., dão novas condições de vida à população lençoense. Outros núcleos de povoamento surgem a oeste e ganham a aura de boca do sertão, entre eles, Bauru. Por fim, o ano de 1889 marca a passagem de uma nova ordem política. É o início da república brasileira.

## 1.2 Metodologia e fontes

A inexistência de estudos sobre a região de Lençóis é inversamente proporcional à quantidade de fontes disponíveis. Os cartórios da cidade (hoje, Lençóis Paulista) mantêm uma vasta documentação – algumas mais, outras menos bem conservadas – que inclui escrituras de compra e venda (casas, terras, escravos), contratos de locação de serviços, cartas de libertação de escravos, procurações, e outras.

O Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) contém centenas de correspondências trocadas entre as autoridades de Lençóis e o governo provincial, assim como há uma grande quantidade de relatórios e leis no Acervo Histórico da Assembléia Legislativa Paulista (ALESP-DAH), também por nós utilizados.

O arquivo da Câmara Municipal de Lençóis Paulista (ACMLP) guarda os livros de atas das sessões ordinárias e extraordinárias, desde o primeiro, que cobre o período de 1866 a 1886. Foram de grande valia para este estudo.

Os inventários aqui utilizados foram pesquisados no Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Agudos (CPOCA), quando ainda lá estavam, ou seja, antes de serem transferidos para Jundiaí, por conta de uma decisão do governo do Estado.

As listas de votantes de 1876 e 1879 estão bem preservadas no Centro de Documentação Histórica de Lençóis Paulista.

Toda esta documentação foi utilizada para caracterizar a região em seus aspectos administrativos, judiciais e econômicos.

Os registros paroquiais foram consultados no Arquivo da Cúria de Botucatu (ACB) e no Arquivo da Igreja Presbiteriana Independente de Lençóis Paulista (AIPILP). No Cartório de Registro Civil e Anexos de Lençóis Paulista (CRCA) há os livros de registro de nascimentos, casamentos e óbitos também aqui utilizados.

Para esta documentação que permite análise demográfica (natalidade, nupcialidade, mortalidade), foram utilizadas técnicas quantitativas, tendo em vista a existência de séries completas de dados para todo o período, a partir dos quais foram interpretados e comparados com resultados obtidos por outros pesquisadores, em seus estudos sobre outros tempos e lugares.

Este trabalho divide-se em 6 seções. A introdução especifica os recortes temporal e espacial e detalha as fontes e a metodologia. A segunda seção caracteriza a região enquanto fronteira, trata do avanço do povoamento com a chegada dos primeiros povoadores vindos de áreas de ocupação mais antiga e os conflitos entre eles e as populações indígenas que habitavam a área compreendida pelos rios Tietê e Paranapanema. A terceira seção trata da construção da estrutura administrativa, judiciária e econômica, ou seja, aborda a instalação da câmara municipal, a chegada de padres, professores e médicos, a criação da comarca e de todos os elementos que compõem a institucionalização do poder estabelecido. A economia da fronteira – mão-de-obra livre e escrava, produção e condições de vida - é o tema da quarta seção. Na seção seguinte as famílias, seus padrões e estratégias são analisadas através de dados obtidos das listas de votantes e dos registros paroquiais e cartoriais e seus resultados são comparados com famílias de outros tempos e lugares, estudadas por vários outros autores. Por fim, a sexta seção apresenta as conclusões do trabalho.



## 2 UMA REGIÃO DE CONFLITO

### 2.1 A fronteira oeste

Foi durante o século XIX que ocorreu o processo de ocupação da porção ocidental do território paulista, em sua área delimitada pelos rios Tietê e Paranapanema. A entrada dos primeiros povoadores - vindos isoladamente ou em grupos - possibilitou a formação de núcleos de povoamento dispersos pelo vasto território, distantes entre si, alguns de vida efêmera, outros que se consolidaram após períodos de instabilidade, reflexo de problemas de várias ordens, quase todos relacionados à distância entre eles e os centros urbanos maiores e mais antigos, e de vida institucional melhor consolidada. Ou seja, quase todos relacionados à vida na fronteira do povoamento.

Lençóis foi esta fronteira do povoamento do oeste paulista durante boa parte do século XIX (ver Mapa 1). Quando se consolidou como um viável núcleo de povoamento, manteve sob sua influência todo um vasto território pontilhado de pequenos núcleos urbanos, de bairros rurais, e de uma infinidade de sítios e roçados isolados e sujeitos aos ataques das tribos indígenas que viviam pela região.

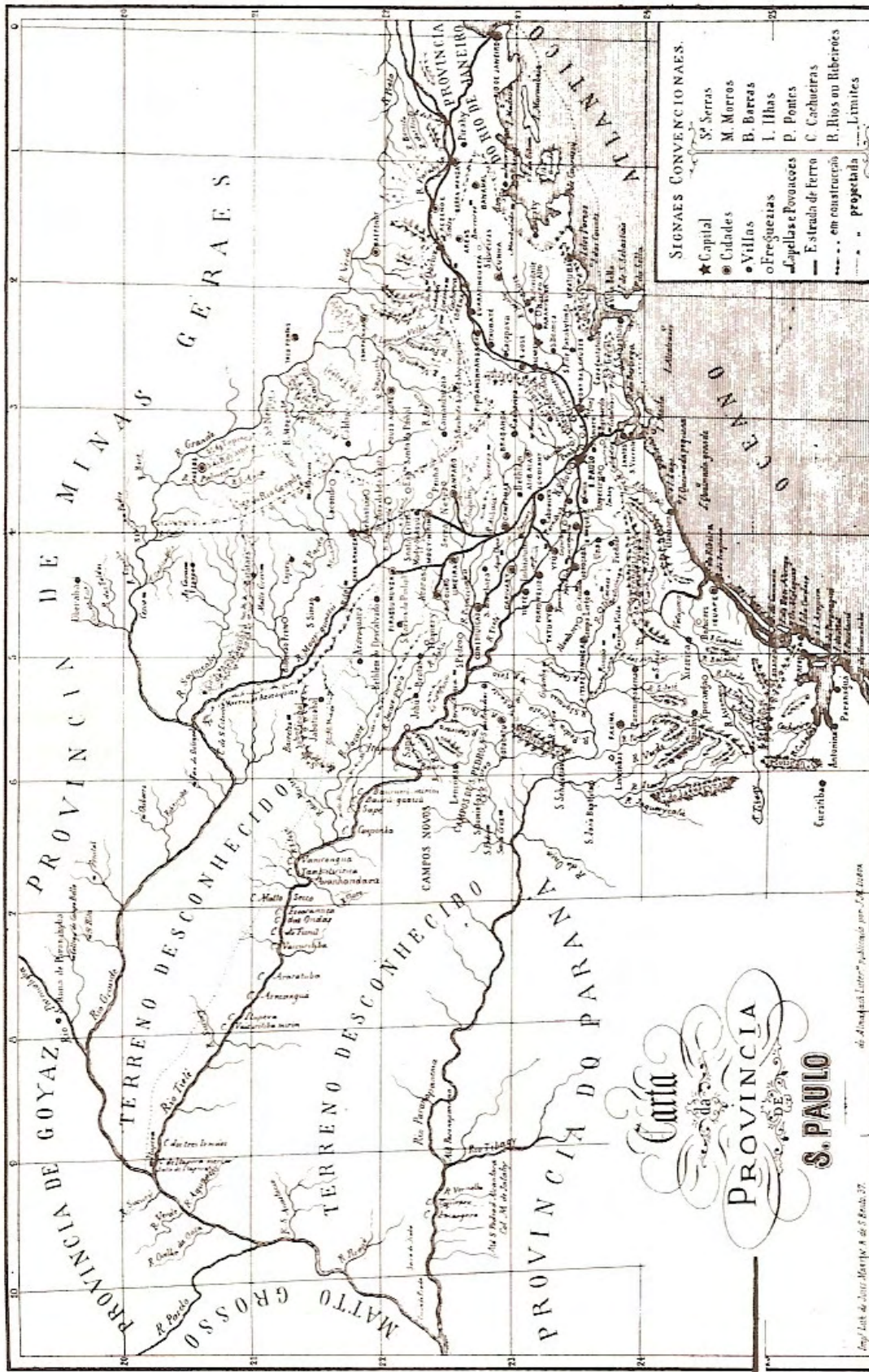
O início da ocupação da região data das primeiras décadas do século XIX, antes, portanto, que a Lei de Terras viesse regulamentar o processo de ocupação e posse das abundantes terras devolutas que se estendiam até o distante rio Paraná.

Vários registros de venda de terra fazem referência à ocupação por posse de terras da região. Em novembro de 1863, Francisco Rodrigues de Campos e sua mulher Maria Rosa de Jesus, “senhores e legítimos possuidores de uma parte de terras de culturas que houverão por posse no anno de mil oitocentos e trinta e cinco no lugar denominado Rio Batalha districto desta freguesia”<sup>1</sup>, venderam-na a José Antonio de Camargo pela quantia de 200\$000. No mesmo mês e ano, os mesmos vendedores se declaravam “senhores legítimos possuidores de uma parte de terras que houverão por posse no anno mil oitocentos e trinta e cinco e registradas no tempo competente”<sup>2</sup>, a qual vendiam por 100\$000 a Joaquim Baptista de Carvalho. E assim fizeram com outras propriedades.

---

<sup>1</sup> Livro de Notas Antigas, 1863-1865. p. 44, CNPLP. (grifo nosso).

<sup>2</sup> Ibid., 1863-1865. p.45, CNPLP. (grifo nosso).



Mapa 1 - Província de São Paulo em 1878.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Fonte: ALMANAQUE LITERÁRIO DE SÃO PAULO, 1878. p. 209 apud FERREIRA, 2002. p. 84.

Percebe-se que esta é uma fase em que pioneiros se aventuravam no sertão, apossavam-se de terras e, depois de registradas, as vendiam, partindo, talvez, para outras paragens mais distantes.

Aliás, Rodrigues de Campos foi um dos chamados bugreiros, tipos comuns à época e à região. Teve várias escaramuças com os índios e viveu em diversos sítios às margens do rio Batalha, “em cujas vertentes, conquistou inúmeras pequenas posses territoriais, que, depois, vendia, cada uma delas separadamente, a trôco de valores irrisórios e desprezíveis”<sup>4</sup>.

Os bugreiros podiam tanto ser a ponta de lança do povoamento, homens que se arriscavam a estabelecer um sítio ou roçado distante de algum núcleo urbano mais desenvolvido, quanto podiam ser chamados em socorro de povoadores anteriormente estabelecidos e que se viam às voltas com tribos indígenas propensas a expulsar os invasores.

Chegados ao local de destino (para muitos, apenas de passagem), estabelecidas suas moradas, estes primeiros povoadores eram seguidos por familiares ou amigos que engrossavam as fileiras dos que buscavam novas oportunidades em outras paragens. Os núcleos de povoamento salpicaram o vasto território da fronteira, ligados uns aos outros, ou aos núcleos urbanos já consolidados, por veredas ou incipientes caminhos, arremedos de estradas por onde circulavam pessoas, animais e mercadorias.

Aos poucos, formaram-se bairros rurais, sendo o bairro:

[...] a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega.<sup>5</sup>

O bairro dos Lençóis surge nas primeiras décadas do século XIX. Em março de 1858, seus moradores pedem que seja elevado à Freguesia, o que efetivamente ocorre em 25 de abril daquele ano, apenas um mês após o pedido.

Segundo Candido:

[...] nos velhos documentos paulistas, bairro sempre aparece como divisão administrativa da freguesia, que o é por sua vez da vila. Esta era sede de Câmara e Paróquia e cabeça de todo o território, quase sempre vasto; a freguesia supunha um núcleo de habitação compacta e uma igreja provida de sacerdote, geralmente coadjutor do vigário da paróquia; o bairro era divisão que abrangia os moradores

<sup>4</sup> ANDRADE, Edgar Lage. **Sertões da noroeste**. São Paulo: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, 1945. p. 293.

<sup>5</sup> CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. p. 44.

esparços, não raro com sua capelinha e às vezes cemitério. O território das vilas, repartido em distritos, foi mais tarde, por sua vez, dividido em quarteirões, unidade que ora coincidia com o bairro, ora o incluía, mas de qualquer forma se baseava na sua existência.<sup>6</sup>

Freguesia dos Lençóis era ligada a Botucatu que, por sua vez, tornara-se vila, desmembrando-se de Itapetininga no ano de 1855. Elevado à freguesia, os moradores trataram de seguir em suas reivindicações. O próximo passo foi requerer a criação de uma subdelegacia. Consultado, o delegado da Vila de Itapetininga julgou desnecessária, o que fez com que o chefe da polícia interino informasse ao presidente da província que deixasse:

[...] por em quanto de crear-se a Subdelegacia proposta por José Pedroso do Amaral no Campo dos Lençoes, onde ainda não ha povoação nem capela propriamente ditas conforme se collige do officio do Subdelegado de Botucatu, o numero de seus habitantes é limitadissimo, sendo alem disso muito pobres e vivendo disseminados.<sup>7</sup>

Este povoamento ralo e disseminado, marcado por conflitos com os primitivos habitantes, marcou por algumas décadas a fronteira oeste. Martins caracteriza a fronteira como o lugar da alteridade, a um só tempo lugar de descoberta do outro e de desencontro:

[...] não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quanto a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*.<sup>8</sup>

Encontro dos que são diferentes entre si, cada um situado num tempo da História: índios e civilizados; grandes proprietários de terra e camponeses pobres. Assim foi o entorno do povoado de Lençóis praticamente até poucos momentos antes do fim da ordem monárquica, embora fosse, aos poucos, sendo construída a “ordem” institucional. Casos acontecidos nos limites temporais deste estudo dão indicações disso.

No dia 27 de julho de 1863, José Baptista do Nascimento, “morador no districto da freguezia dos Lençoes”, escreveu ao presidente da Província para “chorar lagrimas amargas pelos padecimentos que elle e muitos moradores d’aquelle lugar tem soffrido”. Sua carta, além de relatar a atuação da justiça em favor dos ricos contra os mais pobres, dá pistas do início do povoamento da região. Nela estão os personagens da fronteira: índios, camponeses pobres e grandes proprietários de terra:

<sup>6</sup> CANDIDO, op. cit., p. 45.

<sup>7</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Ofícios diversos 1849-1891, Pasta 1, AESP.

<sup>8</sup> MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 150-151. (destaques do autor).

O suppe. e muitos moradores do lugar fazendo ao todo cincoenta a sessenta fogões, ou familias, tem posses antiquissimas ahi, algumas das quaes montão a vinte tantos annos. São homens e famílias pobres, tão pobres e desamparados que não podem defender convenientemente seos direitos em juízo. Aproveitando-se dessa triste e infeliz posição, dois homens potentados e ricos do lugar praticão as maiores injustiças, violão todos os direitos e tudo usurpão. Processos continuados são ajeitados contra os pobres miseráveis, que não tendo meios de pagar advogados e custas, perdem sempre, e assim famílias inteiras são despejadas dos lugares que ellas tem regados por tantos anos com o suor de seo rosto, lugares que atte conquistarão dos indígenas com perigo de suas vidas.<sup>9</sup>

O suplicante segue afirmando que o juiz de Botucatu, sempre favorece os fortes contra os fracos, “quando com estes falla é sempre com gritos e grosserias”.

Quase trinta anos depois, o centro urbano de Lençóes já estava “integrado” ao mundo, mas seu entorno ainda vivia a situação de fronteira. Um episódio ilustra o isolamento daqueles que viviam no sertão. Savino de Rimini, frei da Ordem Menor dos Frades Capuchinhos Italianos, acostumado a viver com os índios desde 1869, quando atuava no vale do Araguaia, em Goiás, havia sido nomeado pelo governo imperial chefe da catequese dos índios nos vales dos rios Tietê e Paranapanema. A partir do dia 08 de outubro de 1889, iniciou uma excursão pelo vale do Tietê com o objetivo de fazer contato com possíveis índios que habitavam a região. De fato, no dia 04 de novembro encontrou pequenas aldeias de guaranis às margens do rio Batalha. Ficou horrorizado com o que viu, e com amarga ironia, os descreve:

[...] no estado da mais deploravel miseria, pois que, desde o fim da guerra do Paraguay, tendo elles sido jogados para aqui e para acolá pela amorosa caridade dos que reconhecem o pobre selvagem como bruto, escravizando por propria vantagem, fiseram com que perdessem os singelos costumes da vida selvagem, se acostumassem aos primeiros e mais necessarios habitos da vida social, como seja – comer com sal, usar de roupas e armas, sem poderem, nem á custa do proprio trabalho, ocorrer a essas primeiras necessidades, são quase nús, todos famintos e, o que é pior, constringidos a trabalhar para o simples sustento e este ainda escasso.<sup>10</sup>

O frei repartiu com eles suas roupas e prometeu-lhes que voltaria para aldeá-los. Dirigiu-se, então a Lençóes, que, ao que tudo indica, era sua base de operação, pois conhecia as intrigas políticas que por aqui ocorriam, tanto que critica em carta ao governador os que sempre querem dominar “nesta desgraçada Villa”.

Embrenhado por muitos dias no sertão, foi apenas ao chegar em Lençóes que Rimini ficou sabendo que havia sido proclamada a república no Brasil, deixando de existir o governo que o havia nomeado chefe da catequese. Sem saber que atitude tomar, o frei escreveu ao governador de São Paulo para “communicar-vos este pequeno resumo da minha laboriosa e philantropica tarefa e esperar vossas ordens e esclarecimentos em proposito, que

<sup>9</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Ofícios diversos 1849-1891, Pasta 2, AESP.

<sup>10</sup> Ibid., Pasta 3, AESP.

aqui confidentemente espero, fazendo votos pela vossa prosperidade”<sup>11</sup>. Embora a república tenha causado a separação Igreja-Estado no Brasil, Rimini continuou a ser o diretor de catequese dos índios da região.

A ausência de uma ordem institucional estabelecida ainda se fazia presente anos depois de proclamada a República e isso não passou despercebido aos olhos de ao menos uma moradora que havia se mudado para a região com a família para abrir uma fazenda de café (Fazenda do Engenho), em 1896, quando tinha 21 anos. Floriza Ferraz da Silveira Corrêa escreveu suas memórias em 1947. Sobre a época, diz que morava em uma casa:

[...] colocada na beira de uma estrada aberta e franca por onde transitavam n’aquella época, em demanda de outros sertões mais longinuos como o Salto Grande do Avanhandava, Espírito Santo do Turvo, Rio do Peixe, tranzitavam por ali rente de nossa casa, os célebres e temíveis fascinoras João Modesto e Dioguinho, que eram o terror de nossa zona. Elles faziam suas aparições de supreza, e geralmente nas vendas ao lado das estradas, onde provocavam conflitos e mortes, obrigando a todo o mundo a andar armado de garrucha e de revolveres [...]. Viviam escondidos nas zonas entre Jahú, Campos Salles, Banharão, Barra Bonita e Pederneiras. Conheciam todas as estradas e desvios, andavam até por dentro das matas para não serem encontrados. Muitas vezes abuzavam porque n’aquelle tempo não havia policiamento.<sup>12</sup>

Após relatar um problema com os colonos, Floriza compreende “os perigos que nos cercavam n’aquelle lugar isolado” receando “malfeitores e valentões que atravessavam pelo nosso terreiro e caminhos”<sup>13</sup>.

A extensão do território era tema recorrente nas correspondências enviadas pelas autoridades locais ao governo provincial. Em outubro de 1876, o juiz de Lençóes, Joaquim Antonio do Amaral Gurgel, escrevia ao presidente que:

[...] é bastante attender que este termo é vastissimo em territorio, é o 1º da Provincia; da sede do termo aos campos novos de José Theodoro, que são os ultimos moradores, tem uma extensão de cinquenta leguas mais ou menos, a fóra os terrenos desconhecidos que estendem pelas margens do rio Paranapanema até a sua foz no rio Paraná, e deste rio subindo acima até a embocadura no rio Tiete, e deste subindo até pouco acima do lugar denominado porto embocadura de Lençóes; occupando uma área de muitissimas leguas. A população não tem menos de vinte e tantas mil almas, cresce quase que diariamente com a emigração mineira para o lado do sertão.<sup>14</sup>

O estado de isolamento em que viviam moradores dispersos pelo vasto sertão e a ausência do aparato policial e institucional que garantisse segurança à população era reiteradamente lembrado pelas autoridades. Em dezembro de 1877, o mesmo juiz Amaral Gurgel, em correspondência, afirmava que:

<sup>11</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, Pasta 3, AESP.

<sup>12</sup> CORRÊA, Floriza Ferraz da Silveira. Manuscrito inédito, cedido pela família, 1947. p. 131-132.

<sup>13</sup> Ibid., p. 122-123.

<sup>14</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, Pasta 2, AESP.

[...] V. Excia. conhece perfeitamente a grande extensão de terrenos que existe nesta Comarca – pertencente ao Estado, sendo a serra dos Agudos, as terras da margem do rio Paranapanema, de 1<sup>as</sup> qualidades e livres de geada; achão-se muito retirada da vista das autoridades, que são os zeladores dessas terras na forma da citada lei e Regulamento de 1854 a mesma lei. Consta-me também que as matas e campos de 1<sup>as</sup> qualidades entre Lençóis e o Avanhandava, porem neste termo ainda não existe comunicação por falta de estradas, são devolutas, estão ilegalmente ocupadas por individuos e bem assim as terras denominadas Dourados.<sup>15</sup>

O isolamento também era visto como prejudicial ao tesouro público. Uma estrada de ferro do porto de Lençóis até a serra dos “Agudos” seria, no dizer dos membros da diretoria da Companhia Ituana, em 1887, vantajoso “não só para o cofre provincial, como também, e talvez principalmente, para o desenvolvimento d’aquella riquissima zona, ate hoje despovoada por falta de estradas”<sup>16</sup>.

### 2.1.1 Criação de vilas no século XIX

Até o início do século XIX, boa parte do território situado mais a oeste da capitania de São Paulo era designado nos mapas como “terreno desconhecido”. O povoamento se concentrava na parte oriental e próximo aos rios Tietê e Paraíba. Algumas povoações já se destacavam ao norte e sul da capitania – consequência de dois caminhos utilizados à época: o caminho das minas rumo norte e a estrada do mar rumo sul.

Às autoridades metropolitanas sempre foi um motivo de preocupação o despovoamento dos sertões brasileiros. Afinal, os espanhóis, pelo tratado de Tordesilhas de 1494, haviam ficado com uma grande porção do continente americano e os vários tratados posteriores realizados pelas duas potências ibéricas sempre foram vistos com ressalvas por ambas. A ocupação do território era a melhor garantia de posse do mesmo.

A produção das minas durante todo o século XVIII fez com que a metrópole voltasse sua atenção para a região. Isto pode ter influenciado o fato de que apenas duas vilas tenham sido criadas na primeira metade daquele século. Já na segunda metade do século XVIII, quatorze vilas foram criadas, objetivando, segundo as autoridades, dar maior segurança ao estado e benefício aos moradores que viviam dispersos.

Por esta época, passou também a ser uma preocupação constante das autoridades que administravam a colônia o levantamento do número de seus habitantes. Desse modo, podiam conhecer o número de adultos disponíveis para as armas e estabelecer políticas de

---

<sup>15</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP.

<sup>16</sup> Documento CJ. 87. 45. 1, ALESP-DAH.



povoamento das terras. A capitania de São Paulo passou a fazer, a partir de 1765, levantamentos nominativos censitários vila por vila.

Entre 1765 e 1798 foram criadas treze vilas em São Paulo, passando de 20 para 33. No século XIX, o crescimento do número de vilas foi notável. Foram criadas 26 delas na primeira metade do século e 41 na segunda. Em 1808 já eram 35; 36 em 1818 e 38 em 1828<sup>17</sup>.

O século XIX se caracterizou por um avanço do povoamento do oeste, com a cana e o café ajudando a fixar os povoadores e colaborando para a criação das inúmeras vilas do período. Além disso, a entrada de muitos escravos negros e, mais tarde, de imigrantes europeus, contribuiu para o crescimento demográfico da região e, conseqüentemente, para a formação de novos núcleos de povoamento.

### 2.1.2 Rio Tietê, rio Lençóis

Em 1727, o capitão João Antonio Cabral Camelo fez uma viagem às minas do Cuiabá. Relatou as dificuldades de abastecimento da expedição:

[...] abaixo do rio Piracicaba, dia e meio de viagem, estão dois moradores com suas roças, em que colhem milho e feijão, e têm criações de porcos e galinhas, que vendem aos cuiabanos; destas roças ao Rio Grande serão doze ou treze dias de viagem [...].<sup>18</sup>

Passados quase um quarto de século depois, em 1751, outro relato, desta vez sobre a viagem de Dom Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, de São Paulo para a vila de Cuiabá, registrou o sítio do Homem Só que, apesar de não ter espingarda nem cão era exímio caçador.

Entre 1765 e 1775, foi governador da capitania de São Paulo D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus. Em seu governo, era constante a preocupação em fixar moradores nas barras principais do Tietê, junto aos sítios onde a navegação era mais perigosa. O objetivo era converter o Tietê numa região estratégica que permitisse a ocupação mais efetiva do oeste e do sudoeste da capitania. Além disso, havia a preocupação de guarnecer as fronteiras ameaçadas pelos castelhanos. Para isso, foi construído um presídio com um povoado adjacente em Iguatemi, em 1767, às margens do rio de mesmo

<sup>17</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2000. p. 143.

<sup>18</sup> TAUNAY, Affonso de E. **Relatos monçoeiros**. Segunda Tiragem da edição comemorativa do IV Centenário da fundação de São Paulo. São Paulo: Martins, [1953]. (Biblioteca Histórica Paulista). p. 115.



nome e próximo à divisa com o Paraguai, atendendo às determinações do Marquês de Pombal para impedir avanço castelhano em terras da coroa portuguesa<sup>19</sup>.

Em abril de 1769, o sargento-mor Teotônio José Juzarte partia de Porto Feliz em direção a Iguatemi com:

[...] setecentos e tantos homens, mulheres, rapazes, crianças de todas as idades como também os acompanhavam toda a casta de criações de animais [...] além de gente da maré e equipagem das embarcações que os transportavam e trinta soldados pagos que me acompanhavam à dita expedição, que ao todo fazia o número de quase oitocentas pessoas, que para as quais tinha eu aprontado trinta e seis embarcações<sup>20</sup>,

conforme anotou em seu diário. Durante os dois meses e dois dias da viagem, Juzarte desenhou uma série de pranchas do rio Tietê com seus afluentes mais importantes.

Um dos mapas traçados pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte traz o rio Lençóis. Sua monção avistou-o no dia 19 de abril de 1769. Neste dia, Juzarte anotou em seu diário:

Amanhecendo este dia, se cuidou em embarcar toda a gente, arrumarem-se as embarcações e pôr-se tudo em via para seguir viagem; largamos às onze horas da manhã e navegamos até as cinco e um quarto da tarde que andamos sete léguas, embicamos no barranco do rio, botou-se o mato abaixo para se fazer pouso pata de noite, e vindo à distância de duas léguas abaixo da barra de Piracicaba se avista pelos Cortais todo o morro de Araraquara, cujos pontais em distância grande vêm afastar no Tietê pelas quais se passa, e tudo se avista à distância de oito léguas para a parte direita; aqui ficamos a noite do dia dezenove para o dia vinte.<sup>21</sup>

Em 1774, o Brigadeiro Sá e Faria também levantou a planta do rio<sup>22</sup>. Poucos anos mais tarde, entre 1788 e 1799, outra expedição, desta vez do doutor Lacerda e Almeida, astrônomo, refez a planta e determinou a posição geográfica de algumas cachoeiras<sup>23</sup>. Nesta expedição, no dia 23 de dezembro de 1788, o viajante relatou que os proeiros acreditavam na existência de mães-d'água encantadas que levantavam grandes ondas e haviam matado alguns homens, à altura dos poços de Lençóis<sup>24</sup>.

Era tradição corrente entre os monçoeiros de que havia, no poço do Banharão, um enorme peixe que colocava em risco as embarcações, devido às grandes ondas que levantava<sup>26</sup>. O mesmo viajante Lacerda e Almeida assinalou a existência, em ambas as margens do Tietê, abaixo da foz do rio Piracicaba, de uma porção de sítios cujos moradores saíam de suas casas para verem passar as canoas das expedições.

<sup>19</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. p. 70

<sup>20</sup> SOUZA, Jonas Soares; MAKINO, Miyoko (Org.). **Diário da navegação**: Teotônio José Juzarte. São Paulo: Ed. USP, 2000. p. 22.

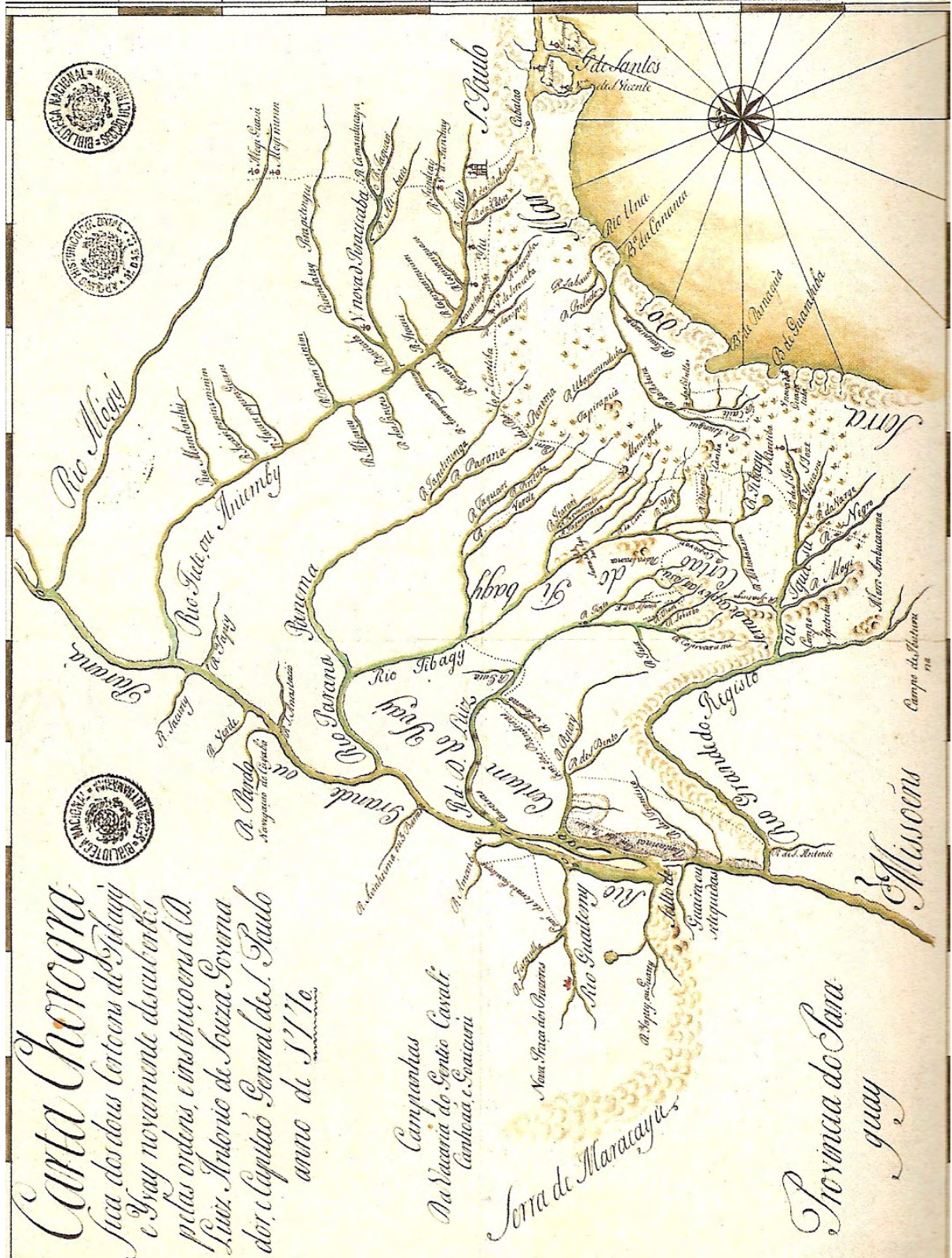
<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 36-37.

<sup>22</sup> NÓBREGA, Mello. **História do rio Tietê**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 72.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 158.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 158-159.



Mapa 2 - Rio Lenções num mapa de 1770.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Arquivo Histórico Ultramarino apud ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo**. Catálogo 1 (1644-1830). Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP: IMESP, 2000. p. 30.

No dia 22 de junho de 1826, partia para uma expedição científica pelos sertões do Brasil, o representante do governo imperial russo na corte de D. Pedro I, o barão de Langsdorff (depois, cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro). Saiu de Porto Feliz com uma equipe composta, entre outros, de um botânico, um astrônomo e um desenhista. Este último, Hércules Florence, autor de inúmeros desenhos das monções e paisagens paulistas. O grupo passou pela foz do rio Lençóis provavelmente entre 04 e 6 de julho de 1826, pois em seu diário Florence anotou que depois do meio-dia do de 3 de julho fizeram pouso próximo à barra do rio Piracicaba. No dia 5, depois do meio-dia, atingiram a cachoeira chamada Cabeceira de Uputunduva e a transpuseram. “A cachoeira de Uputunduva é visitada pelos índios desta região, porque o rio aí dá vau. Até agora, porém, nem sequer vestígios temos visto”<sup>27</sup>. O grupo chegou à Cuiabá no dia 30 de janeiro de 1827.

Desta maneira, o “Ribeirão dos Lençóis” ia se tornando conhecido dos navegantes e outros aventureiros que se arriscavam no sertão desconhecido.

### 2.1.3 Uma sesmaria

Quando o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, uma das obrigações do capitão donatário era a distribuição de lotes de terra àqueles que se dispusessem a vir para a nova terra e fazê-la produzir. Estes lotes eram as sesmarias e quem as recebiam eram, preferencialmente, aqueles que dispunham de recursos próprios para aproveitar a terra: cabeças de casal que tivessem escravos e gado para povoar os lotes<sup>28</sup>. Este era um meio legal de conseguir terras no Brasil.

No entanto, havia aqueles que não dispunham de muitos recursos, não recebiam estas doações, mas, mesmo assim, se aventuravam e ocupavam terras de maneira ilegal. Ou seja, cometiam violação da propriedade real. Isto era comum devido à grande disponibilidade de terras virgens – áreas sem qualquer valor comercial – e à inexistência de fiscalização rigorosa sobre os ocupantes. Afinal, o território era vasto e difícil de ser controlado.

Durante o século XVIII, enquanto as minas produziam, sesmarias começaram a ser doadas pela Metrópole acima da serra de Botucatu. A ocupação da região, no entanto,

---

<sup>27</sup> FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix : Ed. USP, 1977. p. 36-38.

<sup>28</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 14-16.

demorou muitas décadas, pois seus proprietários não se dispunham a abandonar as fazendas que já possuíam em Sorocaba, Piracicaba e arredores e partir para o sertão desconhecido.

O regime de sesmarias no Brasil chegou ao fim em julho de 1822<sup>29</sup>. Antes, porém, uma sesmaria foi concedida na região de Lençóis. Em 1818, Antonio Antunes Cardia, de Porto Feliz, recebeu terras próximas à atual Lençóis Paulista. A carta de doação do lote foi lavrada em São Paulo, no dia 12 de março desse ano e concedia uma “legua de terras de testada com duas de sertão no lugar denominado o Ribeirão dos Lençóis que faz barra no rio Tieté, sendo a testada meia légua de cada lado do dito ribeirão”<sup>30</sup>. Era um passo efetivo para a ocupação da região.

#### 2.1.4 Freguesia, vila e comarca

Quando o número de povoadores foi crescendo na região, durante a primeira metade do século XIX, inúmeros bairros rurais surgiram, todos englobados na designação geral de bairro dos Lençóis.

Após pedidos de moradores para elevar o povoado a uma outra categoria administrativa, o governo da Província de São Paulo elevou o bairro dos Lençóis à freguesia, através da Lei nº 36, de 28 de abril de 1858, ficando ainda subordinada à vila de Botucatu. No dia 22 de julho daquele ano, oito moradores doaram uma extensa área para a constituição do patrimônio de Nossa Senhora da Piedade. Sete anos depois, a 25 de abril de 1865, pela Lei nº 90, de freguesia, Lençóis passou a vila, tendo direito à instalação de uma câmara municipal, o que lhe conferia autonomia administrativa.

Pouco tempo depois de Lençóis ser elevada à vila, desmembrando-se de Botucatu, algumas localidades foram incorporadas como suas freguesias. São Domingos tornou-se freguesia do município de Botucatu em 1858. Dez anos depois, a freguesia foi transferida para o município de Lençóis e em 1874 para Santa Bárbara do Rio Pardo, assumindo esta denominação. Em 1876 foi elevada à vila e um século depois, em 1978, mudou o nome para Águas de Santa Bárbara. Santa Cruz do Rio Pardo desmembrou-se de Lençóis em 1876. Uma de suas paróquias, São Pedro dos Campos Novos do Turvo, pertencia a Lençóis quando foi elevada à freguesia, em 1875. No ano seguinte, com a denominação de São Pedro do Turvo,

---

<sup>29</sup> LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002. p. 48.

<sup>30</sup> SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. **Repertório das Sesmarias**. São Paulo: A Divisão, 1994. p. 35.

foi incorporada a Santa Cruz do Rio Pardo. Tornou-se município em 1891. Espírito Santo do Turvo foi elevada à freguesia de Lençóis em 1878 e à vila em 1885; foi reduzida à condição de distrito de paz em 1934, incorporada ao município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Ainda no século XIX, surgiram a partir de desmembramento de Lençóis, Espírito Santo da Fortaleza, em 1887, sendo posteriormente extinto e tendo sua sede transferida para Bauru, em 1896; Pederneiras, em 1891; e Agudos (ex-São Paulo dos Agudos), em 1898<sup>31</sup>.

### 2.1.5 Os bairros de Lençóis

Em meados do século XIX, bairros rurais se espalhavam por uma extensa área da região (Mapa 3). Alguns deles eram distantes várias léguas da chamada vila, ou seja, do núcleo administrativo. Enquanto na vila (núcleo urbano, sede administrativa e centro de atividades religiosas e comerciais) as casas eram próximas e os terrenos eram relativamente pequenos (10 x 20 braças; 12 x 30 braças, ou seja, 22 x 44 metros; 26,4 x 66 metros), nos bairros rurais as pessoas moravam mais distantes, embora tivessem o sentimento de pertencer a uma comunidade.

O bairro Bom Jardim situava-se a 2 léguas de distância; Cabeceira do Turvo ficava a 5 léguas; bairro da Anhumas a 3 léguas. Havia ainda Barra Grande, Paraíso, Boa Vista, Grama, Fartura, Cachoeirinha, Pouso Alegre, dos Patos, Corvo Branco, da Prata e muitos outros. Pode se ter uma idéia da população destes bairros pelo número de crianças batizadas. Por exemplo, num período de pouco mais de 1 ano (de 6 de julho de 1882 a 14 de julho de 1883) foram batizadas 178 crianças na matriz de Lençóis. Os bairros mais apontados como moradia dos pais destas crianças foram: Pouso Alegre, citado 22 vezes; Fartura, 19; Paraíso, 14. A própria vila foi mencionada 13 vezes. É razoável supor que alguns bairros rurais tinham uma população maior que o próprio núcleo urbano. Alguns destes bairros deram origem a cidades, como o bairro dos Agudos e Bauru; outros, porém, com o tempo, foram perdendo vitalidade econômica e, ao longo do século XX, desapareceram ou ficaram apenas com esparsos moradores, como Bom Jardim, Pouso Alegre, Faxinal e Fartura.

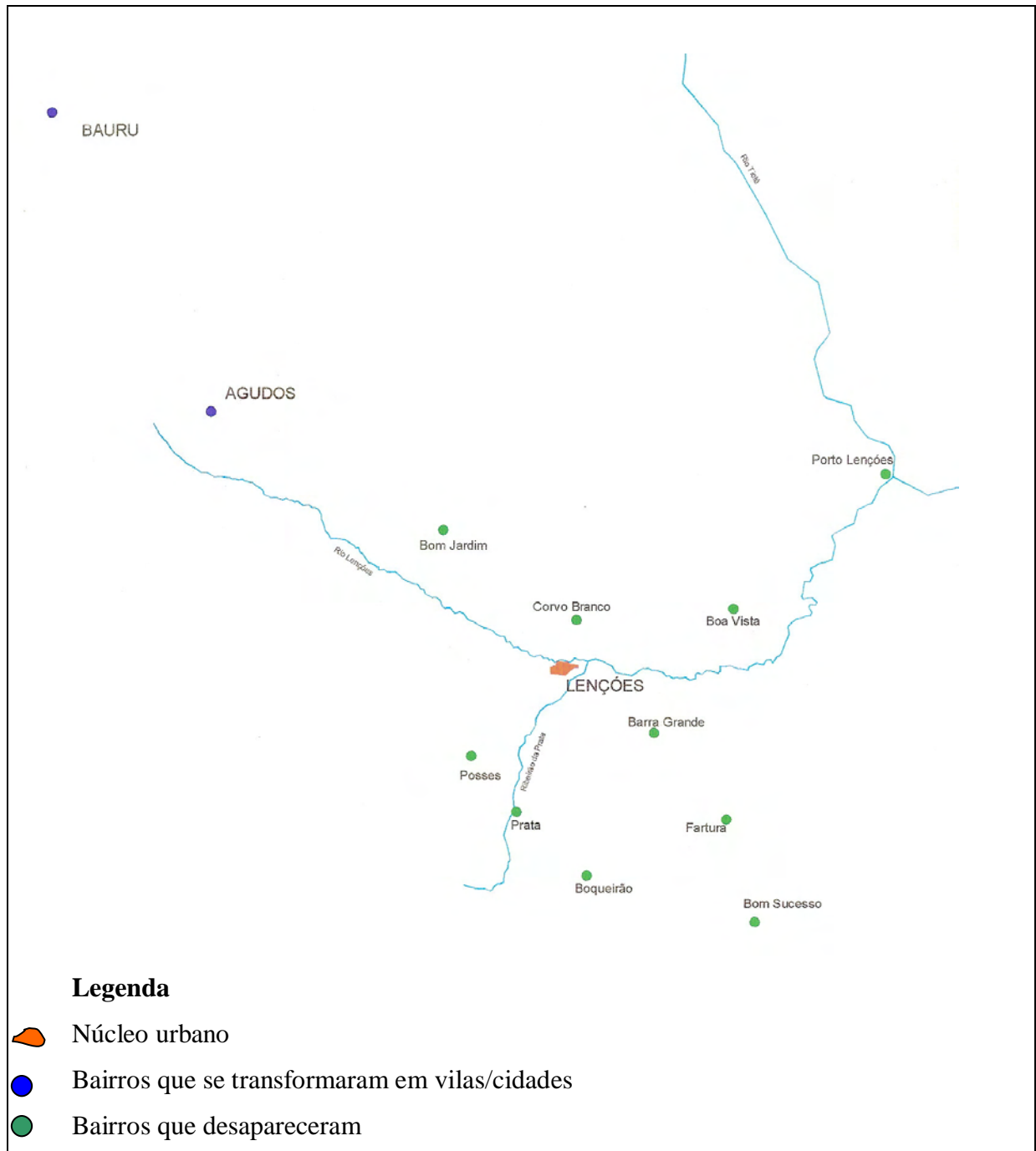
Por outro lado, muitas pessoas viviam isoladas, sem vizinhos ou conhecidos. Há vários registros, nestes primeiros tempos, de pessoas que morriam sem que as autoridades conseguissem dados seguros sobre suas vidas. Foi o caso ocorrido em janeiro de 1871. Eis o registro do óbito assinado pelo padre Braz Magaldi:

---

<sup>31</sup> CHITTO, Alexandre. **Lençóis Paulista boca do sertão**. [S.l.: s.n], [1980?]. p. 43-45.



Aos vinte dias do mez de janeiro de mil oito cento e setenta e um, no Districto d'esta Villa dos Lençóis, falleceu um homem conhecido pelo nome de Antonio, e nada mais, por conseguinte ignoro se cazado fosse ou solteiro, consta-me só por informação do snr Estevão Correa de Moraes Bueno que o referido era cazado com uma mulher cujo nome não pode lembrar-se, podia ter a idade de cinqüenta annos mais ou menos, foi por mim encomendada a sua alma, e o seu corpo sepultado no cemitério d'esta.<sup>32</sup>



**Mapa 3 - Freguesia/vila de Lençóis e alguns de seus bairros rurais.**

Fonte: mapa elaborado pelo autor.

<sup>32</sup> Livro de Óbitos 12, registro 154, ACB.

Anos depois, em setembro de 1878, outro caso: Antonio Alves de Lima, de 90 anos, morreu de hidropisia. O registro diz que era casado com “mulher desconhecida”<sup>33</sup>.

## 2.2 Os primeiros povoadores

É muito provável que os primeiros povoadores da região – os pioneiros – tenham vindo nas primeiras décadas do século XIX, ou seja, entre 1800 e 1830. Há registros esparsos de solitários aventureiros que se arriscavam no sertão: em 1834, surge o nome de Pedro Nardes Ribeiro apossando-se de terras às margens do Ribeirão Grande, nas proximidades de Aimorés e Guaianás, portanto, além de Lençóis, em direção ao sertão. Outros nomes pioneiros: Pedro Francisco Pinto que atravessou a serra dos Agudos, instalou-se na bacia do rio Batalha tentando estabelecer algumas culturas, e foi morto pelos índios; e Sebastião Pereira que teria iniciado uma lavoura próxima ao ribeirão da Água Parada<sup>34</sup>. Em novembro de 1863, em episódio já citado, Francisco Rodrigues de Campos registrou em Lençóis a venda de vários lotes de terra próximos ao rio Batalha. Segundo consta das escrituras, estas terras foram tomadas por posse entre os anos de 1830 e 1835. Ou seja, já nesta época havia alguns destemidos pioneiros além de Lençóis, o que nos indica que aqui em nossa região também havia moradores.

Estes primeiros povoadores vieram de regiões de povoamento mais antigo para tentar a sorte nesta área de terras disponíveis e férteis, fixando-se perto dos rios e enfrentando índios e animais selvagens. Eram lavradores e criadores, vindos de lugares como Sorocaba, São João do Rio Claro, Constituição (atual Piracicaba), Mogi-Mirim, Descalvado, Itapetininga, Caconde, Casa Branca e outros. Às vezes, após a morte de um fazendeiro e feita a partilha dos bens, alguns filhos ficavam com as terras e um ou outro filho recebia ferramentas, gado, escravos e algum dinheiro e vinha tentar a sorte na boca do sertão.

Também foi importante a participação de mineiros no povoamento da região de Lençóis – mesmo porque são muito comuns relatos de moradores mais velhos da atual Lençóis Paulista sobre seus antepassados mineiros. José Teodoro de Sousa tornou-se uma figura quase lendária pelas andanças que realizou na região, fundando povoados, abrindo

---

<sup>33</sup> Livro de Óbitos 12, registro 302, ACB.

<sup>34</sup> NEVES, João Correa das; BUENO FILHO, Jurandir. **Bauru**: edição histórica. São Paulo: Focus, [19--]. p. 7.

caminhos e trazendo povoadores de Pouso Alegre, MG, onde morava antes de se aventurar pelo sertão paulista<sup>35</sup>.

Outros que para cá vinham eram foragidos da justiça e exterminadores de índios, chamados, ao que parece, por viajantes e moradores. A eclosão da Guerra do Paraguai, conflito ocorrido entre 1864 e 1870, fez com que muitas pessoas se embrenhassem no sertão paulista, fugindo do alistamento militar.

A origem dos primeiros povoadores pode ser vislumbrada a partir da análise de um único livro de registros de nascimentos efetuados nos anos de 1876 e 1877. Tem particular interesse, pois nos traz informações da naturalidade de pais e mães das crianças registradas naqueles dois anos (TABELA 1).

**Tabela 1 - Naturalidade de pais e mães de crianças livres registradas em Lençóis nos anos de 1876 e 1877**

Naturalidade	Pais		Mães		Total	
	N	%	N	%	N	%
Lençóis	13	5,6	37	15,8	50	10,7
Província S. Paulo*	123	52,6	129	55,1	252	53,8
Província Minas	82	35	59	25,3	141	30,1
Outros	6	2,5	1	0,4	7	1,5
Não consta	10	4,3	8	3,4	18	3,9
Total	234	100	234	100	468	100

Fonte: Livro de Registros de Nascimento A0. Cartório de Registro Civil e Anexos. Lençóis Paulista SP.  
\* Excetuando-se a Vila de Lençóis.

Pela tabela, podemos perceber a importância da participação de mineiros no povoamento da região. Foram consultados 234 registros, correspondendo a igual número de pais e mães. Apenas 5,6% dos pais são oriundos da própria vila de Lençóis, elevando-se este número para 15,8% quando se trata de mães. São naturais da Província de São Paulo 52,6% dos pais e 55,1% das mães. Os mineiros são responsáveis por 35% dos pais e 25,3% das mães.

Pode-se concluir também pelos dados da tabela a maior presença de homens originários de Minas do que mulheres, o que é compreensível devido as dificuldades relacionadas à transposição de vasto território até o estabelecimento na fronteira e à permanência nesta - região ainda não provida de todos os recursos necessários a uma vida sem maiores sobressaltos como meios de transportes, de comunicação etc. Aqueles que vinham de

<sup>35</sup> MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec : Polis, 1984. p. 133-135.



Minas eram naturais de lugares como Pouso Alegre, Passos, Camanducaia, Caldas, Cabo Verde, Santa Rita do Rio Claro e outros<sup>36</sup>.

Os meios de transporte ainda eram muito precários, por isso, é muito provável que os primeiros povoadores tenham vindo a pé, a cavalo, ou então em carroças, onde vinham aqueles com maiores dificuldades de locomoção, entre eles as mulheres, as crianças e os mais idosos. Não podemos esquecer que aqueles que vinham de Minas, por exemplo, atravessavam áreas montanhosas e rios, daí porque, como já vimos, eram em sua maior parte homens os que vinham destas regiões. Também é provável que tenham vindo em grupos de muitas famílias, aparentadas ou não, como medida de segurança, pois a região, inexplorada como era, apresentava muitos perigos. Podia ocorrer também de virem, num primeiro momento, um reduzido grupo inicial, talvez só de homens, construído uma rústica habitação, dado início às lavouras, enfim, se estabelecido nas novas terras para, posteriormente, buscar o restante da família na terra de origem.

### 2.3 Os índios

Durante o século XIX, várias expedições se aventuraram pela área compreendida entre o Tietê e o Paranapanema e travaram contato – amistoso ou não – com tribos indígenas que povoavam a região. Há referência aos Xavantes, Guarani, Caiuás e, principalmente, Kaingang (ou Coroados). Praticamente toda a faixa entre os dois grandes rios era ocupada, naquela época, pelos índios Kaingang e Oti-Xavante<sup>37</sup>.

Os Kaingang pertencem à família Jê, tronco lingüístico Macro –Jê. Estes indígenas estabeleciam moradia temporária à beira dos rios. Quando os recursos (caça, pesca e coleta) escasseavam e os ranchos tornavam-se precários, queimavam as antigas habitações e mudavam para um novo local (Foto 1). Os Kaingang viviam da caça (foram encontradas em seus ranchos ossadas de macacos, antas, capivaras, porcos-do-mato e aves); da pesca; da coleta de mel, palmito, frutos, raízes e larvas de besouro. Como atividade secundária, organizavam pequenas roças de feijão e de milho, do qual faziam uma espécie de pão assado na brasa.

---

<sup>36</sup> FERNANDES, Edson. **Escravidão na fronteira**: um estado da escravidão negra numa boca de sertão paulista. Lençóis, 1860-1888. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2003. p. 7-8.

<sup>37</sup> LIMA, João Francisco Tidei de. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. 1978. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978. passim.



**Foto 1 - Rancho dos índios Coroados.** <sup>38</sup>

Estes índios faziam um artesanato metucioso e elaborado. Fabricavam objetos domésticos, como panelas de barro, machados de pedra, pilões de madeira, peneiras, cestos. Seus instrumentos de trabalho eram arcos, flechas, lanças e tacapes. Seus tecidos eram ornados com desenhos geométricos, trançados com fibras de gravatá e tingidos de vermelho e negro. Faziam colares com sementes de vegetais e dentes de macaco, presas e garras de onça e outros animais.

No trabalho, dividiam as tarefas entre homens e mulheres. Os homens dedicavam-se à caça, pesca, confecção de armas e instrumentos de trabalho, enquanto as mulheres dedicavam-se à agricultura, coleta de frutos, elaboração do pão e atividades artesanais<sup>39</sup>.

Em 1905, quatro expedições de exploração realizaram o levantamento da região ainda desconhecida, o extremo oeste da província. Entrando pelos vales dos rios Tietê, Feio-

<sup>38</sup> UNICAMP. Instituto de Geociências. **Galeria de fotos da turma dos rios Feio - Aguapehy – 1905.** (foto 32). Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~lrdg/exploracao/galeria.htm>>. Acesso em: 19 out. 2007.

<sup>39</sup> BORELLI, Sílvia Helena Simões. Os kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: MONTEIRO, John Manoel. et al. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração.** São Paulo: Yankatu, 1984. p. 51-52.

Aguapeí, Peixe e Paraná, a expedição sentiu na pele a presença dos Coroados (Foto 2). No dia 18 de junho, o chefe original da turma do rio Feio-Aguapei, engenheiro Olavo Hummel e mais dois empregados foram feridos num embate com aqueles índios. O substituto de Hummel, Gentil Moura, afirmou em relatório que “o povoamento desse sertão se tem feito com bastante dificuldade pela oposição tenaz que aos ocupantes oferecem os índios Coroados”. A expedição oficial que explorou o extremo oeste da província, em 1905, deixou uma descrição de alguns usos e costumes dos índios Coroados:

Igualmente deixaram parte de um pão feito de fubá misturado com grãos de milho. Esse pão tinha o formato, dimensões e aparência da brôa portuguesa; conservava ainda em sua crosta as folhas do caethê que o salvaguardava das brasas quando assado no borrarho. O cheiro que exhalava era igual ao da fermentação putrida, conseqüente, seguramente, do mau cozimento de um fubá há muito tempo preparado. Quanto ao feijão, contam os sertanejos que elles cultivam uma especie de fava branca, pequena, que encelleiram nas aldeias, d’onde tiram á proporção que vão precisando para as suas necessidades. [...] Suas roças são pequenas, de uma area inferior á de um hectar. Ellas são abertas em um terreno onde os paus finos são derribados á foice ou machado roubados aos sertanejos, e os grossos ficam em pé, mortos pelo fogo da queimada da roça.<sup>40</sup>



*Flechas com pontas de fava  
lançadas pelos índios coroados  
no acampamento 15 de novembro  
Expedição dos Rios Feio e Aguapehy (F34)*

**Foto 2 - Flechas indígenas.** <sup>41</sup>

<sup>40</sup> MOURA, Gentil. **Relatório apresentado pelo Snr. Gentil Moura**. Chefe da turma. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~lrdg/exploracao/gentilmoura.htm>>. Acesso em: 19 out. 2007.

<sup>41</sup> UNICAMP. Instituto de Geociências. **Galeria de fotos da turma dos rios Feio - Aguapehy – 1905**. (foto 34). Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~lrdg/exploracao/galeria.htm>>. Acesso em: 19 out. 2007.

Os Oti-Xavante viviam em constantes conflitos com os Kaingang, de quem eram inimigos declarados. A entrada de povoadores na região forçou o recuo dos vários grupos indígenas da região, entre eles os Oti. Por volta de 1870, cerca de 500 deles travaram contato com migrantes oriundos de Minas na região de Campos Novos do Paranapanema.

A atividade principal dos Oti-Xavante era a caça. Elaboravam algum tipo de tecelagem e fiação e construíam pequenas choças à beira dos rios da região. Com a ocupação da região, seu território ficou cada vez mais restrito e, em conseqüência, a caça ficou mais difícil, fazendo com que os índios atacassem os grandes rebanhos de gado dos fazendeiros, o que estimulou expedições de extermínio dos índios por parte dos fazendeiros. Em 1903, restavam apenas um homem, quatro mulheres e quatro crianças daquele grupo original. Era a agonia de um povo<sup>42</sup>.

Um relatório oficial de 1859 afirmava que, “no sertão de Botucatu, em matas que demoram entre os rios Tietê e Paranapanema, existem selvagens indômitos [...] que não perdem a ocasião de hostilizar os moradores das fazendas e lugares que mais perto ficam”<sup>43</sup>.

A Assembléia Provincial discutiu na sessão de 25 de fevereiro de 1859 a conveniência de se despendere 6:000\$000 para abertura de uma estrada ligando Botucatu ao salto de Avanhandava, obra que seria reiteradamente pedida pelas autoridades locais. Além de índios, a região abrigaria um quilombo, motivo de inquietação dos moradores:

Quem tem andado por esse sertão affirmão que existe esse lugar habitado por muitas famílias, e que também existe esse aldeamento de escravos, com suas roças, plantações, agricultura e que ali morão, ali vivem em uma espécie de republica independente. Estes mattos são habitados por uma horda selvagem que existe no município de Botucatu, a quel incomoda constantemente não só os moradores de Lenções como São Domingos e outras paragens, causando graves danos.<sup>44</sup>

A presença de índios é uma constante na correspondência das autoridades locais enviadas ao governo provincial. O juiz Amaral Gurgel, defendendo a importância da abertura de uma estrada ligando a vila de Lenções à colônia do Avanhandava, numa distância de “vinte e poucas léguas”, enumera as vantagens que tal obra acarretaria, desde a facilidade no comércio até a administração da justiça, uma vez que os “moradores vivem no estado isolados, pertencem a este termo, porque estão do lado de cá e não prestão a obediencia da lei aqui pela falta de comunicação”. Amaral Gurgel descreve a presença de índios na região:

---

<sup>42</sup> BORELLI, Silvia Helena Simões; LUZ, Mara L. Manzoni. Introdução. In: MONTEIRO, John Manuel et al. **Índios no Estado de São Paulo**: resistência e transfiguração. São Paulo: Yankatu, 1984. p. 11-12.

<sup>43</sup> Ministério dos Negócios do Império, 1859. p. 80-82 apud LIMA, J.F.T, 1978. op. cit., p. 72.

<sup>44</sup> CHITTO, op. cit., p. 41.

Existe um aldeamento de índios nas cabeceiras do rio Dourado que não ficará distante da estrada projectada, esse aldeamento na opinião de alguns sertanejos existem muitos mil índios, pelo numero de casas que excedem a mais de cem, grandes cultivados feitos por elles, existem algumas creações de animais, a estrada antes de chegar no aldeamento de uma á duas léguas é muito batida como as estradas mais freqüentadas deste lugar. Não tem sido possivel fazer um reconhecimento pelos sertanejos porque tem elles receio de serem agredidos, apenas de uma distancia longe pela posição do terreno avista esse aldeamento. Os sertanejos suppoem existir minas de ouro no lugar aonde elles residem por terem visto vestigios. Os índios são muito afferrados a esse lugar aonde se attribue existir alguma preciosidade. O aldeamento está situado em bonita posição cercado de campos e terras de cultura de boa qualidade. Um índio desse aldeamento que desnor-teou dicera a um sertanejo que não fossem agredir a elles no aldeamento, porque tinha gente para tomar qualquer povoação. É de 1ª necessidade também, a intervenção da parte do Governo Provincial estabelecer medidas para catechisarem elles, estabelecendo por exemplo uma colonia agrícola.<sup>45</sup>

O já citado frei Savino de Rimini empreendeu várias excursões pelo vale do Paranapanema “no intuito de descobrir índios” e pelo vale do Tietê onde, “com effeito, no dia 4 de Novembro, nas margens do Ribeirão Batalha achei pequenas aldeias de Índios Guarany's, no estado da mais deploravel miséria”<sup>46</sup>.

A necessidade de conter a ameaça indígena à ocupação da terra pelos brancos fazia com que os apelos para a instalação de aldeamentos para catequização dos índios também fossem uma constante. Relatórios oficiais insistiam na conveniência de serem fundados aldeamentos “em Lençóis, Botucatu e Campos Novos, onde há excelentes terras de cultura e, onde, errantes, vagam para cima de 1.000 índios Xavantes e Coroados”<sup>47</sup>.

Em de março de 1889, a Câmara de Lençóes, por indicação do vereador Faustino Ribeiro da Silva, deliberou pedir ao governo provincial a criação de uma:

[...] collonia agricolla na serra dos Agudos, deste Município, onde existem muitos índios bravos que diariamente muito mal fazem a todos os habitantes da circunvizinhança de tal serra, não so atacando-os como também desfructando as plantações feitas pelos mesmos habitantes.<sup>48</sup>

O intuito do vereador fica mais claro quando afirma que os índios podem, “depois de catechizados, auxiliarem muito a lavoura aproveitando-se assim as vantajosas terras, da citada serra, que produz café com abundancia”.

O relatório da citada comissão encarregada de explorar o extremo oeste paulista, em 1905, escrito por Gentil Moura, salienta as dificuldades de se abrir um sítio naquele sertão, dizendo que:

<sup>45</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, Pasta 2, AESP.

<sup>46</sup> Ibid., Pasta 3, AESP.

<sup>47</sup> Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1870. São Paulo, 1870, p. 28 apud LIMA, J.F.T., 1978. p. 133.

<sup>48</sup> Documento IO 89 006, ALESP-DAH.

[...] continuamente os índios vinham dar assalto, obrigando o morador a viver em pé de guerra, estado que, quando prolongado, o rançava, obrigando-o a retirar-se d'alli; ou então, se porfiava em continuar, a pagar ás vezes com a vida a sua teimosia. Comtudo vagarosamente o povoamento ia-se fazendo e os moradores, ora tranquillos pela ausencia do índio, ora sobresaltados e rançados pela insistencia de seus ataques imprevistos, iam-se affazendo a essa vida irregular. Demais os novos moradores, sempre preferidos para os ataques, deixavam mais descançados os primeiros, chamando a si os sobresaltos que os affligiam. Ao principio esses ataques eram dirigidos ás propriedades, passando depois a serem pessoases, donde se originaram luctas, incursões aos proprios aldeamentos selvagens, cujo epilogo era uma horrivel carnificina.<sup>49</sup>

Os homens da expedição encontraram pelos menos dois grandes grupos de choças indígenas, “construidas sempre da mesma forma e com os mesmos restos de alimentos que vimos na aldeia do ribeirão dos Corôados”, parecendo ao chefe da turma, terem sido habitadas até pouco tempo, talvez um mês atrás. A aproximação do picadão obrigou-os a abandoná-las, levando consigo todos os utensílios do seu uso. “Entretanto sabia-se, pelos objectos trazidos das dadas pelos sertanejos, que o Corôado é trabalhador e intelligente, manipulando para seu uso uma infinidade de cousas”, continua o relatório.

Gentil Moura conclui que os Coroados têm sido:

[...] o empecilho para o povoamento dessa zona. Cioso da sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua família, dos seus, defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêem com outro fito senão de matal-os e tomar-lhes as terras.<sup>50</sup>

Vistos por alguns como vivendo em “estado miserável”, e por outros como sendo “uma ameaça aos moradores da região”, os índios não resistiram ao avanço do povoamento. Foram vencidos.

## 2.4 Os índios!!

Por muito tempo, o povoamento da região central do estado ficou detido aos pés da serra de Botucatu. O conhecimento do sertão botucatuense se deve aos viajantes e caçadores de índios. Um deles, Antonio Bicudo, esteve na região em 1620, caçando índios para o trabalho escravo. Bicudo faria parte, em 1628, da expedição que destruiria as missões jesuíticas do Guairá. Por volta de 1680, Jorge Correia, capitão-mor, veio à região com a missão de destruir os grupos indígenas que habitavam a serra. Subiu pelo Tietê, contornou a serra e passou pelos campos do Pardo e do rio Avaré. O alto da serra foi melhor conhecido a

---

<sup>49</sup> MOURA, op. cit., on-line.

<sup>50</sup> Ibid.

partir de 1770 com um "atormentador de bugres", Francisco Manuel Fiuza que, ao que tudo indica, veio a chamado de moradores e viajantes<sup>51</sup>.

Aos poucos, a região foi sendo ocupada por agricultores vindos da parte de baixo da serra e, com eles, os bugreiros que garantiam a ocupação pelos primeiros. Os índios, que haviam sido expulsos da região anteriormente, cruzando o Paranapanema, voltaram a ser um pesadelo para os povoadores de Botucatu, Avaré, Lençóis etc., até meados de 1867<sup>52</sup>.

Os primeiros encontros sérios entre índios e brancos deu-se em 1833, com o abandono da região por parte de uma tribo. Entre 1840 e 1850, um agricultor, Pedro Francisco Pinto, atravessou a serra dos Agudos e tentou se estabelecer na bacia do rio Batalha, mas foi trucidado pelos índios da região<sup>53</sup>. Em 1850, a região de Avaré é conquistada e se estabelece a definitiva abertura do caminho do sertão. O sertanista mineiro, José Teodoro de Sousa, levou um pequeno exército para o vale do rio Abaré-i e, atacando de surpresa a taba principal dos índios caiuíás, praticamente exterminou-os<sup>54</sup>.

Em 1858, moradores do bairro do Bauru, distrito da vila de Botucatu, endereçaram uma petição ao presidente da Província de São Paulo dando conta da situação em que viviam. Afirmavam que:

[...] não podendo mansa e pacificamente continuar no disfructo das propriedades, e frondosas terras que possuem, não só por compra, como também por posses que naquellas mattas fizerão, em tempos prometidos, enconsequencia de acharem-se vesinhando com grande porção de indígenas, que vagão por aquelles sertões, já fazendo assassinatos na vesinhança, os mais bárbaros possíveis a ponto de darem fim em famílias inteiras; o que acontece todos os annos, em tempos de roças.<sup>55</sup>

A ameaça indígena ao estabelecimento do homem branco continuou por mais algum tempo, o que provocava reiterados pedidos de providência às autoridades provinciais por parte da população das vilas mais próximas às comunidades indígenas.

Em setembro de 1879, em carta endereçada ao presidente da Província de São Paulo, o Juiz de Lençóis relata que:

[...] no dia 03 do corrente mês, na fazenda que foi do finado Felicíssimo Antonio de Souza, distante desta Vila dez léguas achando-se ocupados no derrubamento de matos para plantações, Gerônimo Pires Gonçalves, José Antonio de Oliveira, João Ferreira de Oliveira, Francisco Antonio de Oliveira, Manoel Antonio da Silva e Francisco Sabino de Siqueira foram surpreendidos por um bando de índios que, vindo a traição, assassinaram os três primeiros acima referidos a flechadas, escapando o trabalhador Francisco Antonio de Oliveira e Manoel da Silva, que escaparam pela intrepidez e valor de Francisco Sabino, que não obstante ter ficado só, matou ao cacique e

<sup>51</sup> DONATO, Hernani. **Achegas para a história de Botucatu**: até 1920 e com um capítulo sobre julho-outubro de 1932. 2. ed. S. Paulo: Cupolo, 1954. p. 22-40.

<sup>52</sup> Ibid., p. 70.

<sup>53</sup> NEVES, Correia das. **No velho Bauru**. [S.l.: s.n], [1961]. p. 19-21.

<sup>54</sup> DONATO, op. cit., p. 101.

<sup>55</sup> NEVES, [1961], op. cit., p. 30-35.

perseguiu os assaltantes algum tempo pelos matos. Terrível porém foi o atentado os índios, depois de flechados os referidos indivíduos dilaceraram seus cadáveres a machado, e quando ainda neste sanguinolento mister se ocupavam, foram surpreendidos por Francisco Sabino, e morto o chefe tomaram a fuga.<sup>56</sup>

Pelo visto, as autoridades locais procuraram pintar um quadro de selvageria e atrocidades por parte dos índios de modo a impressionar as autoridades provinciais e conseguir recursos para afastar a ameaça indígena. Isto só reforça a idéia de que o problema era real e a região era palco de conflitos.

Em agosto de 1882, um grupo de índios foi alvo de um ataque, no distrito de São José dos Campos Novos, que revoltou alguns brancos e culminou na demissão de um juiz comissário envolvido. Deu-se o seguinte: o juiz comissário daquele distrito, Miguel de Paula Medeiros, seu escrivão, Porfírio Alvares da Cruz, “e mais individuos se sua cometiva”, deram 14 tiros de armas de fogo em um grupo de índios Xavante que caçavam nos campos daquele distrito, disso resultando dois índios mortos e alguns feridos. Segundo ofício do Juiz de Lençóes, Amaral Gurgel:

Essa tribo de Chavantes são índios, apesar de não serem catechizados são inoffensivos, nunca agredirão os moradores daquelle sertão, há muitos annos que essa tribo é conhecida e vista sempre pelos moradores. Este attentado revoltou a todos moradores daquelle sertão, e estão com receio de uma vingança por parte dos índios. Esta tribo com a maior facilidade podia ser catechizada.<sup>57</sup>

Em 1886, os vereadores de Lençóes ouviram o relato do vereador Faustino Ribeiro da Silva sobre um ataque indígena à Colônia de Avanhanda, situada naquele município, ocasião em que onze pessoas perderam a vida. A ata da reunião registra que os índios:

[...] não satisfeitos com tão atroz procedimento andarão em grande número pelas cazas de todos os fazendeiros intimando para retirem-se se não quizessem morrer, a vista do que consta terem já mandados trinta e dois fazendeiros dos mais conciderados, deixando suas fazendas abandonadas. Foi aprovada a indicação para officiar ao Exmo Snr. Prezidente da Província para este entenderse com o Governo Geral e conceguir um missionário para catequizar os índios bravos cituados no aldeamento do Dorado ou n'outro aldeamento neste município fornecendo o Governo Provincial todas as despesas com essa catequeze. A Câmara entende que com esta medida porá termo as agreções que os índios tem feito aos homens brancos.<sup>58</sup>

Por volta de 1892, um ataque indígena ocorrido em Santa Rita, às margens do rio Dourado, com inúmeros brancos mortos, motivou uma expedição de bugreiros no enalço dos índios. Alguns dos bugreiros, Antônio Caetano, José Leme, Antônio Pedro, Adãosinho

<sup>56</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, Pasta 1, AESP.

<sup>57</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, Pasta 3, AESP.

<sup>58</sup> Livro de Atas n.º 2, 1886-1890, p. 18-19, ACMLP.



Bugreiro, Salvadorzinho, João Carreiro e outros encontraram vestígios recentes dos indígenas na sepultura dos brancos mortos<sup>59</sup>.

Quando as expedições de 1905 partiram para estudar e reconhecer o sertão paulista, contrataram sertanejos da terra, velhos caçadores habituais de bugres, para seu auxílio. Penetraram a região onde havia estado monsenhor Claro. Muito longe do local onde trabalhava a comissão, os sertanejos se depararam com os esqueletos do monsenhor e sua gente. Puderam reconhecer ainda, no meio dos ossos, suas roupas<sup>60</sup>.

A construção da ferrovia Noroeste e o conseqüente povoamento dos sertões paulistas foram o tiro de misericórdia no modo de vida indígena. Muitos conflitos se verificaram entre os trabalhadores e bugreiros e os índios. Em 1908, índios Coroados (outro nome dos Kaingang) atacaram trabalhadores da ferrovia no km 179; em 1912, um encontro entre índios Coroados e brancos nas proximidades do ribeirão dos Patos, perto da atual Promissão, selou a paz entre eles e permitiu o avanço dos trilhos da Noroeste rumo oeste.

---

<sup>59</sup> ANDRADE, op. cit., p. 168-170.

<sup>60</sup> Ibid., p. 55.

### 3 A ESTRUTURA INSTITUCIONAL

#### 3.1 A administração dos problemas

Algumas décadas separam o pequeno núcleo de povoamento de meados do século XIX daquele outro já minimamente consolidado e que já havia passado a condição de boca do sertão para outros povoados, no final do século. A situação de fronteira foi, aos poucos, deixando de ser uma característica daquele território, paralelamente à construção de toda uma estrutura administrativa, político-eleitoral, judiciária e educacional, ou seja, à construção de uma estrutura institucional.

Esta ordem, é importante salientar, não se completou no fim do período estudado, ou seja, ainda em 1889 estava sendo construída. Até porque a proclamação da República levou à necessidade da criação e/ou adequação dos órgãos administrativos à nova ordem que então se estabelecia no país. As relações com a igreja alteraram-se, visto todo o processo de laicização do estado, assim como uma nova postura no que se refere aos assuntos educacionais ganhou corpo. Para a elite republicana, era preciso educar o povo, pois “a educação consistia no instrumento de formação do cidadão republicano, vinculava-se, portanto, à sobrevivência e consolidação do novo regime”<sup>1</sup>. Propagam-se os imponentes grupos escolares, alterando a paisagem urbana das cidades do interior paulista.

Os obstáculos à burocratização das administrações locais foram levantados por Maria Sylvia de Carvalho Franco ao analisar o caso de Guaratinguetá. As dificuldades apontadas pela autora também estão presentes na vila de Lençóes, a saber:

De uma parte, um servidor público cujos vínculos com o ambiente em que vivia não eram compensados por uma atitude profissional capaz de garantir um certo rigor no desempenho de suas atribuições funcionais; de outro lado, o descuido em formalizar as práticas administrativas, o que seguramente advinha da falta de importância mesma dessas providências, visto como referidas práticas se alicerçavam, na realidade, sobre uma ordem consuetudinária.<sup>2</sup>

Some-se a isto a “a própria situação crônica de penúria, em que se encontravam todos os níveis da Administração”<sup>3</sup>, além da “carência de prédios e instalações para o funcionamento de seus serviços”<sup>4</sup>, e estará traçado o panorama administrativo de Lençóes.

---

<sup>1</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998. p. 27.

<sup>2</sup> FRANCO. Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 125.

<sup>3</sup> Ibid., p. 125.

<sup>4</sup> Ibid., p. 130.

Em meados do século XIX, este bairro era formado por “cincoenta a sessenta fogões”, alguns deles resultados de posse que remontavam a “vinte tantos anos”<sup>5</sup>. Os primeiros pedidos de criação de uma freguesia no “campo dos Lençóis” foram respondidos negativamente pelas autoridades, visto que “ainda não ha povoação nem capela propriamente ditas conforme se collige do officio do Subdelegado de Botucatu, o numero de seus habitantes é limitadissimo, sendo alem disso muito pobres e vivendo disseminados”<sup>6</sup>. Às autoridades, era melhor alternativa propor à Assembléia Provincial a criação de uma freguesia num “bairro chamado dos Dultras, onde abundam homens capazes de exercer empregos, e ha grande numero de habitantes, terrenos de cultura, e campos de criar”<sup>7</sup>. A dificuldade de encontrar “homens capazes de exercer empregos” será uma constante nas primeiras décadas de existência de Lençóis.

Criada a freguesia, em abril de 1858, constituiu-se o patrimônio de Nossa Senhora da Piedade dos Lençóis a partir da doação de uma área de campos e matos, feita por alguns fazendeiros, em julho daquele mesmo ano. A área formava um rudimentar quadrado de quinhentas braças de lado, sendo que dois lados adjacentes correspondiam aos rios Lençóis e da Prata, “cujo terreno doados, he para nelles se edificarem Prédios, pagando se a mil reis por brassa, cujo producto sera aplicado para as obras da Igreja”<sup>8</sup>. O núcleo urbano começava a se constituir.

A preocupação da igreja com as obrigações religiosas daqueles que vivam no sertão não correspondia à existência de vigários para tal fim. Em Lençóis, até a chegada do primeiro padre, em fevereiro de 1862<sup>9</sup>, o serviço religioso era bastante precário.

Entre os dias 20 e 23 de novembro de 1857, o padre Salvador Ribeiro dos Santos Mello fez vários batizados na “capelinha dos Lençóis”: 33 crianças, sendo 16 meninas e 17 meninos, inclusive alguns filhos de escravos. Como não havia uma presença constante de padre na freguesia e o deslocamento até a vila de Botucatu era uma aventura para muitos dos moradores do sertão, muitos pais esperavam a vinda do padre para batizar os filhos, do que resulta que muitos deles já estavam em idade avançada de vários meses ou até anos.

Meses depois, o mesmo padre voltou, passou mais alguns dias por Lençóis, entre 22 e 23 de março de 1858, e batizou mais 11 crianças. No dia 15 de outubro de 1858, o padre Salvador saiu de Fortaleza (distrito que daria origem à futura Bauru), onde havia batizado

---

<sup>5</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Ofícios diversos 1849-1891, Pasta 2, AESP.

<sup>6</sup> Ibid., Pasta 1, AESP.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> AIMLP.

<sup>9</sup> CHITTO, Alexandre. **Lençóis Paulista boca do sertão**. [S.l.: s.n], [1980?]. p. 175.

algumas crianças e, passando por Lençóes, batizou mais 19 crianças, entre os dias 15 e 16. Assim fazia o padre enquanto o povoado não dispunha de um, saía de Botucatu e realizava uma via-sacra pelas capelas da região, salvando as almas daquela gente perdida no sertão.

Os primeiros batismos de crianças de Lençóes eram registrados nos livros de Botucatu. Isto aconteceu até a vinda do primeiro padre, o que ocasionou a abertura de um livro de registros específico para a freguesia. Tal livro foi aberto com o batismo de um menino de nome Marcolino, dia 26 de fevereiro de 1861. Era filho de Estevão Correa de Moraes e Maria de Arruda Penteado. O padre era Antonio de Sant'anna Ribas Sandim, o primeiro da freguesia.

Estabelecido o padre, a construção de uma igreja digna deste nome levaria muitos anos a se concretizar. Ainda em 1870, um ofício da câmara da vila às autoridades provinciais dava conta da situação:

A Câmara Municipal da Villa em secção de hoje attendendo as palpitantes necessidades que [...] neste nascente município de entre as manifestadas reconhece como de mais urgente a edificação de uma igreja matriz visto que a que previamente se usa é apenas uma pequena capella sem cômodos para o povo, mal construída e retirada a não pequena distancia do corpo da povoação pelo que se torna difficil aos habitantes assistir aos actos religiosos; e não havendo recursos para prevenir esta necessidade, delibera por isso a ponderar a V. Excía o que expõe a pedir a V. Excía que se digne com sua sabia administração pedir a Assembléia Provincial uma quota de dez contos de reis para a construcção da nova matriz nesta villa, com o que fará V. Excía um dos mais almejados benefícios deste lugar.<sup>10</sup>

Ainda no distante ano de 1886, as obras da matriz continuavam precisando do auxílio do governo<sup>11</sup>.

A elevação à vila, em abril de 1865, possibilitou a instalação de uma câmara municipal. Nas primeiras sessões, já ficaram evidentes a precariedade das instalações e as dificuldades financeiras que a nova vila teria pela frente. Um ofício enviado ao governo provincial dá conta disso:

Tendo hoje esta Camara entrado em exercicio de suas funções, tempo em que já se achão arrecadados todos os impostos pertencentes a este Município pela Câmara da Villa de Botucatu, estando por isso sem renditos, e nem meios para a compra de Livro moveis para a mesma e mais despezas eventuaes que tanto urgem. Em consequencia pois, por deliberação de hoje rezolveu esta Camara levar ao alto conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, as necessidades acima mencionadas e pedir a V. Ex<sup>a</sup> a quantia de trezentos mil reis, valor em que foi orçado para a compra dos Livros precisos moveis e para as mais despezas eventuaes, sem o que, se acha inabilitada a cumprir seus deveres, visto a dacta em que começam os seus trabalhos.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Officios diversos 1849-1891, AESP.

<sup>11</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP.

<sup>12</sup> Livro de Atas 1866-1886, 12 de julho de 1866, ACMLP.

No entanto, a resposta não foi das mais animadoras por parte do tesouro provincial:

Tenho a honra de informar a V. Ex<sup>a</sup> em cumprimento ao determinado na ordem nº 145, de 14 de agosto findo, que remetteo o officio, que devolvo da Câmara Municipal da Villa dos Lençóes, no qual pede a quantia de R\$ 300\$000, para compra dos livros de que necessita, e para oito algemas, moveis, e outras despesas eventuais que o orçamento vigente não consigna quota para a despesa de que trata V<sup>a</sup> ordem porque he puramente municipal, e se nos cofres d'aquella corporação ainda não há fundos, deve esperar até que os tenha, se de outro meio não poderem lançar mãos os vereadores, que entre si poderão resolver convenientemente esses embarços.<sup>13</sup>

Aos olhos das autoridades locais, o progresso da vila estava ligado à necessidade de sair do isolamento, por isso era constante o pedido para abertura de estradas e construção de pontes para todos os lados em que houvesse uma povoação: para São Domingos, “atalhando algumas voltas que existem”<sup>14</sup>, para Piracicaba, “passando pela freguesia dos Remédios”<sup>15</sup>, para o porto do Tietê<sup>16</sup>, para Botucatu, “visto que a existente é cheia de voltas e arruinada”<sup>17</sup>. Uma estrada para Avanhandava era um sonho recorrente:

[...] visto ser aquelle lugar ainda muito além pertencente a este districto onde contem grande numero de moradores que se achão preteridos de communicarem a esta povoação por estarem cercados por um espaço de mattas incultas que separa estes dois lugares[...].<sup>18</sup>

A penúria financeira da incipiente vila (“o município pouco rende e não da para remediar as necessidades”<sup>19</sup>) era um impeditivo à construção da ordem administrativa. Quando o porteiro da câmara solicitou o pagamento de seus ordenados, ouviu como respostas que seria paga apenas a metade de seus vencimentos, “devido a escassez de renditos”<sup>20</sup>. Obras deixavam de ser construídas, como o matadouro, rejeitado pela insuficiência de recursos. A escassez de meios financeiros, como notou Franco, “constituiu o entrave fundamental ao desígnio de burocratizar a administração”<sup>21</sup>.

Em parte, a penúria era devido à incúria na cobrança dos impostos municipais, “pela falta de energia de quem os arrecada”<sup>22</sup>. Talvez se possa dizer, como faz Franco em seu já citado estudo, que a conduta do servidor público:

<sup>13</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, Pasta 1, AESP.

<sup>14</sup> Livro de Atas 1866-1886, 14 de julho de 1866, ACMLP.

<sup>15</sup> Ibid., 13 de setembro de 1866, ACMLP.

<sup>16</sup> Ibid., 13 de outubro de 1866, ACMLP.

<sup>17</sup> Ibid., 26 de julho de 1866, ACMLP.

<sup>18</sup> Ibid., 26 de julho de 1866, ACMLP.

<sup>19</sup> Ibid., 16 de agosto de 1868, ACMLP.

<sup>20</sup> Ibid., 26 de julho de 1867, ACMLP.

<sup>21</sup> FRANCO, op. cit., p. 130.

<sup>22</sup> Livro de Atas 1866-1886, 2 de maio de 1869, ACMLP.

Orientada mais pelos vínculos que o prendiam aos interesses de seu meio social, que pela lealdade para com seu empregador distante e desmaterializado, começa a tornar-se inteligível quando se evidencia como era *de fato* ainda rudimentar o próprio conjunto de fórmulas que disciplinava a realização dos objetivos do Estado.<sup>23</sup>

A citada “situação crônica de penúria” levava a outro fenômeno identificado por Franco em Guaratinguetá, a aplicação de recursos privados em serviços públicos. O presidente da câmara, Generoso Antonio de Oliveira, declara que “a Câmara até hoje não tem auxílio do governo. Como presidente, tem feito às suas custas o serviço e pode continuar assim enquanto for presidente”<sup>24</sup>. Diz, no entanto, ser necessário alugar uma casa para as sessões.

Em 26 de março de 1870, o presidente indicou que a câmara alugasse uma sala para as sessões e “que tenha os mais cômodos que são necessários”. Vereadores foram nomeados para “fazerem o contrato de uma sala com duas alcovas que seja próprias para as sessões desta câmara e sessões do júri”<sup>25</sup>. No final daquele ano, tendo a casa passada às mãos de outro dono e este querendo duzentos mil-réis por ano, novamente fez-se necessário a procura de outra, de preço mais barato<sup>26</sup>.

A utilização de recursos privados em obras públicas, assim como de propriedades particulares, levava à:

[...] extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda.<sup>27</sup>

A confusão entre a coisa pública e a esfera privada fica nítida quando uma nova legislatura teve início e a câmara oficiou ao ex-presidente exigindo os livros e papéis pertencentes ao arquivo<sup>28</sup>. Apenas em março do ano seguinte, compareceu o ex-presidente e apresentou o livro que servia de receita e despesa, tão mal detalhado que pouco serviu para os vereadores. O descuido (descuido?) era total: pelo exame do livro verificaram haver “um saldo a favor desta Câmara vindo da passada administração da quantia de 328\$020, sem que se saiba em poder de quem existe essa quantia”<sup>29</sup>.

<sup>23</sup> FRANCO, op. cit., p. 42. (destaques da autora).

<sup>24</sup> Livro de Atas, 1866-1886, 5 de maio de 1869, ACMLP.

<sup>25</sup> Ibid., 26 de março de 1870, ACMLP.

<sup>26</sup> Ibid., 16 de dezembro de 1870, ACMLP.

<sup>27</sup> FRANCO, op. cit., p. 131.

<sup>28</sup> Livro de Atas 1866-1886, 13 de dezembro de 1869, ACMLP.

<sup>29</sup> Ibid., 22 de março de 1870, ACMLP.

A apropriação de um bem público pela entidade privada não se fazia apenas por aqueles encarregados da administração. Por várias vezes, cidadãos foram multados por interromperem caminhos.

A sessão de 16 de fevereiro de 1872 deliberou enviar o fiscal, auxiliado pela polícia, para intimar e multar o cidadão Salvador Vieira de Andrade porque este:

[...] morador neste Município em distancia de um quarto de légua mais ou menos desta Villa, tapou a estrada publica e caminhos de sacramento de varios habitantes e isto com um portão, e chave impedindo assim o transito publico desde o dia o dia quinze das quatro horas da tarde mais ou menos em diante.<sup>30</sup>

A negação da abertura da estrada e do pagamento da multa, acarretaria ao cidadão oito dias de prisão.

A falta de pessoal habilitado para a função pública, mesmo para tarefas que exigiam pouco preparo intelectual, era outro fator que debilitava a administração. O pedido de demissão do fiscal suplente Alexandrino José de Almeida não foi aceito “porque não havia n’esta Villa pessoa idônea que quisesse aceitar o mencionado cargo”<sup>31</sup>.

A saúde pública também era alvo das atenções das autoridades, mas também aí as dificuldades e a recusa dos moradores de se “enquadrar” na ordem em construção tornavam a tarefa vã. Em abril de 1867, um vereador discorreu sobre a necessidade de abertura de “um exgoto no fundo do quintal de José Rodrigues da Silva para dessecar uma lagoa alli existente que se torna pestifera, e que a bem da salubridade publica julgada mister esse serviço”<sup>32</sup>. No ano seguinte, a câmara deliberou exigir providências do fiscal a respeito da existência no quintal de um morador de um lago profundo que “conserva água estagnada d’onde se desenvolve miasma que traz a epidemia d’intermittentes e outras febres, e que como se acha este lago nas margens do rio Lençóes, por isso indica a precisão de ser esgotado”<sup>33</sup>.

Até o sepultamento era objeto das atenções. Algumas “pessoas do sitio que trazem cadáveres para sepultar no cemitério publico d’esta Villa, costumão a fazerem sepulturas rasas do que resultava a exalação pútrida d’aquelles cadáveres”<sup>34</sup>, daí a necessidade de solicitar providências ao pároco.

À resistência da população podia corresponder a uma maior repressão das autoridades. Quando José Pereira de Lima foi multado duas vezes pelo fiscal devido ao bloqueio de um caminho, foi determinado pela câmara que o mesmo fosse “notificado

<sup>30</sup> Livro de Atas 1866-1886, 16 de fevereiro de 1872, ACMLP.

<sup>31</sup> Ibid., 24 de julho de 1867, ACMLP.

<sup>32</sup> Ibid., 4 de abril de 1867, ACMLP.

<sup>33</sup> Ibid., 15 de janeiro de 1868, ACMLP.

<sup>34</sup> Ibid., 2 de maio de 1868, ACMLP.

novamente para fazer o dito caminho porque tornou-se rebelde deveria ser multado no duplo”<sup>35</sup>.

Aliás, para as autoridades locais, o povo “menospreza as posturas que formadas mas ainda não aprovadas regularão durante o anno da licença para esse fim concedida”<sup>36</sup>.

Desde o início da formação de Lençóis já havia uma grande preocupação das autoridades com o crescimento desordenado que poderia comprometer a aparência do povoado. São várias indicações dos vereadores no sentido de manter o “formoseamento” das ruas e praças, além da necessidade de manutenção de pontes e a eliminação de animais ferozes que perambulavam pela vila, pois ainda havia costume das pessoas de amansarem “animais bravos no perigo de offender as pessoas e crianças pelas ruas devido a falta das respectivas multas”<sup>37</sup>.

A preocupação com a aparência fica patente numa indicação do presidente da Câmara, em janeiro de 1867, em que solicita:

[...] officiar-se ao fiscal para que não conceda datas de terrenos devolutos no patrimonio desta Villa para construção de prédios em lugares desmembrados dos que se achão occupados afim de que fique assim incorporada a povoação e formoseada [...].<sup>38</sup>

Em abril do mesmo ano, as autoridades ordenam a limpeza das testadas das casas e quintais existentes na vila, “para formoseamento da mesma e para facilitar o transito do povo”<sup>39</sup>. Ainda no mesmo abril, a câmara atesta a necessidade “que há de serem rebocadas e caiadas todas as casas desta Villa para formoseamento da mesma”<sup>40</sup>.

São várias as determinações para que os proprietários providenciassem a limpeza das testadas das casas e quintais, mas a negligência deles era uma reclamação constante do fiscal encarregado de verificar a situação da limpeza e ordem públicas. Não é à toa que estes pedidos eram recorrentes na câmara. Em pelo menos um momento, em janeiro de 1869, a câmara deliberou officiar ao subdelegado de polícia auxiliar o fiscal nesta tarefa.

A preocupação em preservar certas áreas do patrimônio para finalidades específicas emerge da documentação. Em abril de 1867, um vereador indica encaminhar ofício ao fiscal “para que não concedesse datas de terreno no largo que se acha em frente da

<sup>35</sup> Livro de Atas 1866-1886, 13 de julho de 1870, ACMLP.

<sup>36</sup> Ibid., 07 de fevereiro de 1871, ACMLP.

<sup>37</sup> Ibid., 21 de agosto de 1869, ACMLP.

<sup>38</sup> Ibid., 10 de janeiro de 1867, ACMLP.

<sup>39</sup> Ibid., 6 de abril de 1867, ACMLP.

<sup>40</sup> Ibid., 8 de abril de 1867, ACMLP.



casa de Antonio Marques Ribeiro, para ficar destinado para parada das boiadas que paçassem n'esta Villa, e que ficasse denominado largo do Riachuelo”<sup>41</sup>.

Em agosto de 1869, o “formoseamento” da vila volta a ser assunto. O presidente da câmara afirmou que alguns trechos de ruas estavam cobertos de capim e mato pela negligência de proprietários que não tinham o devido cuidado e que esta situação “não só concorre para o desformoseamento da povoação como também para conservação das cobras que há com abundancia”<sup>42</sup>.

Embora houvesse esta preocupação por parte das autoridades, nem sempre o “formoseamento” foi prioridade para aquela gente que vivia tempos difíceis. Casas surgiam aqui e acolá, nem sempre dentro dos padrões que as autoridades ditavam. A necessidade foi, em muitos casos, a única arquiteta disponível.

A elaboração do código de posturas para a vila foi um capítulo à parte na construção da ordem administrativa. Inicialmente, foram adotadas as posturas de Botucatu:

[...] visto que esta Câmara ainda não pôde formatar o seo código de posturas em consequência de ser o município composto somente do districto desta Villa, e estar na esperança de conseguir d'Assembleia Provincial a passagem do districto de São Domingos para este município para depois organizar suas posturas.<sup>43</sup>

O pedido de autorização para continuar utilizando as posturas daquela vila repetiu-se em 1868<sup>44</sup> e 1869<sup>45</sup>.

A falta de preparo para o exercício de atividades não era “privilegio” das autoridades encarregadas da administração pública. Lauro Maria Barreiros, agente do correio, foi acusado de negligência e má-fé. Segundo o juiz de Lençóes, em ofício reservado de dezembro de 1882, o referido agente:

[...] tem se ausentado para Botucatu por mais de uma ves deixando ora um individuo ou outro que não offerece garantia para a segurança da inviolabilidade das correspondencias. O próprio agente não offerece garantia pela posição de dependencia que tem com um individuo n'esta localidade que tem muitos desafiandos. Para provar a V. Sa. que elle não está nas condições de ser Agente do Correio pela falta de bom siso ou má fé refiro um facto que se deu o Presidente da Provincia enviou uns autos a este Juiso, elle abriu os papeis pensando que era mala do correio, mas verificando que não era, mandou levar ao D<sup>o</sup>r Juis Municipal, este depois que viu devolveu ao Agente, disendo que não era para elle, nesses papeis vinha uma denuncia contra o mesmo Juis Municipal, que tornou-se publico immediatamente.<sup>46</sup>

<sup>41</sup> Livro de Atas 1866-1886, 3 de abril de 1867, ACMLP.

<sup>42</sup> Ibid., 26 de agosto de 1869, ACMLP.

<sup>43</sup> Ibid., 21 de julho de 1867, ACMLP.

<sup>44</sup> Ibid., 12 de agosto de 1868, ACMLP.

<sup>45</sup> Ibid., 21 de agosto de 1869, ACMLP.

<sup>46</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, AESP.

As alegações do agente para suas faltas procuram sensibilizar as autoridades. Neste caso, confundem-se as dores privadas com a impessoalidade do serviço público. Afirmou ele que “gemia n leito da dôr minha velha Mãi, esse ente aquem no mundo mais presava”. A dúvida o atormentava e ele “vagou de conjectura em conjectura, de um lado o dever do cargo e de outro a Mãi moribunda que chamava o filho na derradeira hora!!!”<sup>47</sup>.

Ora é o agente do correio acusado de faltar ao serviço e de violar a correspondência, ora é o cidadão que se faz passar pelo que não é, como um que se diz farmacêutico formado e licenciado sem o ser, levando as autoridades a pedir o fechamento de sua farmácia<sup>48</sup>. Ou então, segundo denúncia de um morador, a venda de drogas deterioradas em vasilhames e com rótulos novos na única farmácia da vila<sup>49</sup>.

A falta de recursos médicos colocados à disposição da população levava à elevação do tom dramático nos apelos ao governo provincial. O “flagelo das bexigas” era uma constante visita à vila. Assim foi em 1870, o que fez com que a câmara solicitasse ao governo provincial o envio de vacinas<sup>50</sup>, remédios e alimentos para os pobres. A população “orrhorizada fogem p<sup>a</sup>. longe, so fica na Villa os pobres que não podem sair”, é o clamor das autoridades locais<sup>51</sup>.

No ano seguinte, a câmara deliberou levar, “pela segunda vez”, ao presidente da província, “a necessidade de pus vacínico”<sup>52</sup>. Em 1872, a bexiga ainda é um problema e o delegado de polícia faz o que pode, “contractando infermeiro, hospital botica e curandeiros por falta de medicos habilitados, podendo V. Ex<sup>a</sup>. nos fornecer com um que tenha habilitaçõens, por cuja falta de socorro já foi sepultado um escravo”<sup>53</sup>.

A incúria atingia também o serviço religioso. Ao assumir a paróquia da vila de Lenções, o padre José Magnani encontrou os livros de registro paroquiais em estado bastante precário, “rasgadas diversas folhas e jogados estes destroços no fundo de uma gaveta na sacristia, em aberto, a mercê de todo”. Magnani fez a encadernação, a capa e todos os concertos, deixando-os outra vez em boas condições, mas pergunta-se se os livros sofrerão “outra vez a mesma sorte que por duas vezes lhe tocou? Continuará sempre o ódio de

---

<sup>47</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Ofícios diversos 1849-1891, AESP.

<sup>48</sup> Ibid., Pasta 2, AESP.

<sup>49</sup> Livro de Atas 1866-1886, 4 de novembro de 1889, ACMLP.

<sup>50</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Ofícios Diversos 1849-1891, AESP.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Livro de Atas 1866-1886, 15 de março de 1871, ACMLP.

<sup>53</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Ofícios Diversos 1849-1891, Pasta 1, AESP.

sacerdotes ao meu nome e ao meu serviço?”<sup>54</sup>. Ao desleixo, somam-se as rixas pessoais e o ódio de uns contra outros, precarizando ainda mais a administração do serviço público.

Se a escassez de recursos era uma reclamação recorrente das autoridades, aos moradores não passava despercebida as precárias condições da vila no que concerne aos meios de subsistência. Quando o fazendeiro Joaquim Martins de Siqueira recorreu à Assembléia Provincial solicitando que sua propriedade – dividida em duas partes devido à uma divisão territorial estabelecida pelo governo em 1882, entre Lençóis e Botucatu – ficasse toda ela no termo desta última povoação, argumentou que a divisão o prejudicou porque:

[...] todos os seus negocios e relações commerciaes são para Botucatu, que vai sempre em progresso, pessoal muito melhor, quando Lençóis não tem os mesmos recursos e nem meios de transações e é por isso q. o supp.e vem requerer a esta respeitavel Assembleia a passagem do sitio de sua propriedade para o termo de Botucatu afim de não continuar a soffrêr em seus interesses.<sup>55</sup>

### 3.2 A arbitragem dos conflitos

Retomando Martins, para quem “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece”<sup>56</sup>, a vila de Lençóis não perdeu de todo sua condição de fronteira no limiar da nova ordem republicana. Mesmo surgindo mais a oeste outros núcleos de povoamento, as características da fronteira ainda se faziam presentes.

O pedido de criação de subdelegacia, feito em 1851 e só atendido seis anos mais tarde, deixa entrever o potencial de conflitos que os “campos dos Lençóis” apresentavam. A falta de pessoal qualificado para o exercício dos serviços públicos – tantas vezes lembrada pelas autoridades – jogava nas mãos de uma elite letrada e aparentada entre si os principais cargos da vila. E freqüentemente os usava em benefício próprio ou dos seus, para manter sob controle os camponeses pobres ou como arma de vingança contra os inimigos políticos.

O coronel Joaquim de Oliveira Lima tomou posse como subdelegado de polícia em junho de 1859<sup>57</sup>. Anos depois, em 1863, era apontado por José Baptista do Nascimento como um dos dois potentados que “praticão as maiores injustiças, violão todos os direitos e tudo usurpão”<sup>58</sup>. O outro potentado era seu concunhado, José Inocência da Rocha.

<sup>54</sup> Observações no final do Livro 12, ACB.

<sup>55</sup> Documento EE. 83. 4. 1, ALESP-DAH.

<sup>56</sup> MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 151.

<sup>57</sup> CHITTO, Alexandre. **Lençóis Paulista boca do sertão**. [S.l.: s.n], [1980?]. p. 175.

<sup>58</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, Pasta 2, AESP.

Anos depois, em 1882, o mesmo coronel Oliveira Lima envolvia-se numa questão de terras contra a “família Gouveia”, tendo o apoio do juiz Amaral Gurgel e de outros depoentes, gente que se reunia na casa do juiz para jogar, amigos que disso tiram “aquilo que podem gastar com serveja ou vinho, couza commum sempre entre pessôas intimas”<sup>59</sup>.

Pedidos para construção e, posteriormente, reforma da cadeia eram uma constante e começam nos primeiros tempos de elevação de Lenções à vila. Em março de 1870, a câmara, por “falta de prática”, informa ter deixado de enviar ao presidente da província o orçamento dos serviços de que a vila necessitava, entre eles “um puchado na insignificante cadêa desta Villa para mais comodidade de poder servir também de quartel”<sup>60</sup>.

Uma comissão encarregada de fazer uma avaliação do estado da mesma concluiu, em novembro de 1876, que “de prestável somente as telhas as poucas madeiras de cima as portas e janellas, e as grades de ferro”<sup>61</sup>.

Em dezembro daquele 1876, o juiz Amaral Gurgel também reclama do estado da cadeia e aproveita a deixa para reivindicar ao presidente da província reforço policial, uma vez que sete praças para um vasto território era um número irrisório. O juiz descreve o território, enumera suas freguesias, diz que sua “população não tem menos de vinte e tantas mil almas, cresce quase que diariamente com a emigração mineira para o lado do sertão” e afirma que:

Por esta simples exposição V. Exa. vê que a força de sete guardas é diminuta e insignificante, mal da para guardar a cadeia da Villa e acudir as necessidades dentro ou nos arredores da Villa. A autoridade por mais bem intencionada que seja não poderá tentar qualquer diligencia para capturar criminosos, visto não haver força. Sei que criminosos passeiam na freguesia de São Pedro, sei que perto da Villa de Santa Crus está homisiado um criminoso de morte da Faxina, sei que em uma fazenda retirada desta quinze leguas tem pelo menos cinco criminosos, e como capturalos? Portanto é justo que V. Exa. mande acrescentar a força policial para este termo até o numero de vinte praças e um Alferes, para este partir daqui nas ocasiões precisas em diligencia segundo as necessidades que offerecerem.<sup>62</sup>

Poucos meses antes, em agosto de 1876, Amaral Gurgel, então juiz municipal de Lenções, descrevia a situação em que se encontrava a vila com relação à segurança. Dizia ele que se via:

[...] privado de tentar qualquer diligencia para capturar criminosos que abundão neste termo por falta de força, a existente mal dá para guardar os presos da cadeia e esta não offerece segurança alguma devido a má construcção. Tenho recebido constantemente queixas dos offendidos que os criminosos passeião livremente pelas freguesias e nas villas novas deste termo, e outros conservão-se passivamente em seus sítios. Tenho por mais de uma vês recommendado aos subdelegados a prisão

<sup>59</sup> Caixa 44, Ordem 4789 Anos 1872-1891, AESP.

<sup>60</sup> Livro de Atas 1866-1886, 10 de março de 1871, ACMLP

<sup>61</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Officios diversos 1849-1891, AESP.

<sup>62</sup> Ibid., Pasta 2, AESP.

dos criminosos, elles respondem que não podem captura-los por falta de forças, e tem receio de ficarem desmoralizados porque os amigos ou parentes de qualquer criminoso em vista de não haver força podem tirar do poder da autoridade policial o preso, como já succedeu no anno passado na freguesia São Pedro do Turvo.<sup>63</sup>

As reclamações se repetem monotonamente. Em outubro de 1881, a vila tem “atualmente dois soldados e um cabo, alem deste numero ser insignificante, o cabo não merece confiança alguma”. Prossegue o mesmo relato, dando conta que há:

[...] tres meses foi espancado o Tabellião Julio César, e consta haver promessa contra elle e contra outros cidadãos pacificos desta Villa, o motivo porque esses cidadãos a noite não sahem de suas casas temendo ser agredidos, existem capangas que passeiam publicamente nas ruas desta Villa e promettem fazer novos attentados. O Delegado major Generoso cidadão bem intencionado não pode tentar qualquer deligencia tendente a fazer desaparecer essas promessas, e tranquilisar os animos por falta de força necessária.<sup>64</sup>

Anos depois, em março de 1887, a falta de quadros ainda é um empecilho ao regular funcionamento da justiça. Naquele ano, o juiz pede, pela terceira vez, 8 praças para o destacamento da vila, visto que um importante réu, o capitão João Antonio Damasceno e Sousa (que anos antes havia sido delegado de polícia), estava a poucos dias de ser pronunciado. Com a força atual, afirma o juiz, “exigir do Delegado de Policia a captura desse réo é concorrer para que o Delegado fique desmoralizado ou que soffra qualquer offensa”. E passa a relatar um episódio que ilustra a precária situação da vila:

Hontem o Delegado Capitão Moura Telles, voltou de uma diligencia que foi capturar o réo Antonio Ivo, de crime de homicídio, isto por denuncia de moradores, que este é homem turbulento e criminoso, más o Capitão Moura Telles cumpridor dos seus deveres, acompanhou a escolta, andou dose horas e pela madrugada setiarão a caza do criminoso, este vendo que era preso desfexou alguns tiros que não offendeu a escolta, esta disparou dois tiros pela tenás resistencia do criminoso, a escolta temendo ser offendida, apesar de serem sete praças correrão deixarão o Capitão Moura, sómente diante do perigo que sustentou com todo denodo a sua posição recostado sobre um tronco de alvore distante do criminosos tres braças a espera da escolta, más esta como não voltasse o Delegado abandonou o seu posto. O Comandante do destacamento Ildefonso Antonio Pereira foi o 1º que correu, os seus companheiros acompanharão. Eis a rasão porque tenho pedido a V. Excia. 8 praças e insisto atendendo que temos diversos criminoso.<sup>65</sup>

O juiz defende a demissão incontinente e posterior substituição do delegado Ildefonso e dos soldados fujões. Alarmado, o juiz afirma que o capitão Damasceno e Sousa “prometteu publicamente que quando for pronunciado entrará nesta Villa com 30 homens para maltratar as autoridades”. Temeroso, diz ainda que, não sendo atendido, pedirá licença e se retirará da comarca “para não soffrer desacato”.

<sup>63</sup> CHITTO, op. cit., p. 42-43.

<sup>64</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP.

<sup>65</sup> Ibid.

Em 1880, o promotor Marcolino Pinto Cabral relatava às autoridades que a “cadeia não offerece a menor segurança e no entretanto temos um prezo de muita importância com V.Ex.<sup>cia</sup> deve saber” e que estava “uma das janellas da cadeia cahida e essa não há quem mande collocar-a”<sup>66</sup>. Na mesma correspondência, tratava da situação de penúria que atingia os presos pobres, pois os mesmos:

[...] queixarão-me de não haver quem quizesse fornecer-lhes o necessário para sua subsistência, porque o carcereiro que era fornecedor; desistiu em vista de ser o dinheiro muito pouco, sendo apenas 340 réis diários. Assim pois não há quem queira alimentar-os por tão insignificante a quantia e por isso participo a V.ex.<sup>cia</sup> para providenciar com energia pois que o próprio subdelegado em exercicio, respondêo-me quando pedi-lhe providencias, que era para elles, que estavam cumprindo sentença, mais um castigo e que a providencia que pretendia tomar, era dizer ao colector que mandasse dar diariamente a cada um os 340 réis p.<sup>a</sup> comprar pão, quando o Snr. Presidente, infelizmente, nem aqui há uma padaria.<sup>67</sup>

Ainda a cadeia. Depois de relatar às autoridades provinciais que encerrou a sessão do júri do termo, em fevereiro de 1882, o juiz de Lençóes aproveita:

[...] o ensejo para pedir a V.Ex.<sup>cia</sup> providencia em relação ao estado de ruína que se acha a cadeia desta Villa, e bem assim o estado insalubre das prisões. Dois presos que estiverão detidos na prisão, por espaço de tres meses, pelas physonomias parecião que estavam soffrendo grave incommodo de saúde.<sup>68</sup>

Em fevereiro de 1877, os vereadores fizeram chegar ao governo da província a necessidade de se criar uma comarca para atender “o vasto terreno occupado pela Comarca de Botucatu”, ficando Lençóes, por sua importância, cabeça de comarca<sup>69</sup>. A comarca seria instalada em outubro daquele mesmo ano, mas os problemas nem por isso deixaram de ser constantes. O primeiro juiz foi Joaquim Antonio do Amaral Gurgel<sup>70</sup>.

Alguns anos (janeiro de 1882) depois de assumir e estando vaga a promotoria da comarca reclama da falta de quem aceite ocupá-la:

[...] nas condições de desempenhar os seus deveres, com independencia e imparcialidade, ella era por necessidade de recahir em pessoa que não merecerá a confiança do Juiz na occasião como esta, que está marcado a sessão do Jury para o dia 28 do corrente mês, que ouço dizer que entrarão na Cadeia 5 criminosos de importancia, e protegidos, para serem submettidos a julgamento.<sup>71</sup>

Falta ou despreparo do promotor permeiam as correspondências entre o juiz da vila e as autoridades provinciais. Numa delas, em novembro de 1888, o juiz informava que o promotor Augusto Elizio de Castro Fonseca pedira licença pra retirar-se para Pernambuco,

<sup>66</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Officios diversos 1849-1891, AESP.

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP.

<sup>71</sup> Ibid.

onde tinha família, prejudicando a comarca que “por suas condições especiaes” não poderia ficar sem a presença de um. E mais, o juiz asseverava que o promotor é:

[...] um moço muito inexperiente, muito pouco sensato e bastante desmoralizado. Informão-me pessoas de todo o criterio que, dentro desta Vila, tem elle chegado a dar tiros caçando passaros que pouzão pelas ruas, indo de uma feita os projectios dar em uma habitação, onde quase mataram a uma criança, que estava á janella. Isto tudo, que é perfeitamente veridico, e que occorre na parte mais central e habitada do povoado, prova a sensatez do orgão da justiça! Por outro lado, é instrumento cego de um dos grupos da terra e justamente d’aquelle cujo cabeça tem particular interesse em conservar as águas revoltas. Mette-se em pagodes á monte e anda arrombando portas, enfim é um anarchista, e não inspira confiança.<sup>72</sup>

Apenas um mês depois de assumir, juiz Amaral Gurgel já tinha dúvidas em como proceder com relação a algumas questões:

Tenho idéia de ter visto publicado um Aviso do Ministério da Justiça do anno 1873 dispensando o Juiz de Direito de fazer sessão do Jury quando não houver reo preso ou afiançado. Entretanto examinando as colleções de Leis do referido anno e o relatório do Ministério da Justiça, não encontrei o referido Aviso. Em vista disso submetto a illustrada consideração de V.Ex.<sup>cia</sup> para resolver a respeito. Aproveito o ensejo para pedir a V.Ex.<sup>cia</sup> remessa das colleções de Leis geraes dos annos de 1875 e 1876 que não recebi e tem sido praxe o Governo distribuir gratuitamente aos Magistrados.<sup>73</sup>

As dúvidas prosseguem, prossegue a construção de todo um saber jurídico por parte daquele que era o encarregado da justiça no sertão. Sabendo que era proibido o exercício da medicina por aqueles que não eram “facultativos”, o juiz tinha dúvidas sobre as localidades que não dispunham de nenhum profissional formado na área, perguntando se:

[...] aonde não ha facultativo, o licenciado pela Junta Central da Hygiene Publica, ou outro que tem algum conhecimento pratico da medicina pela força de necessidade poderá qualquer delles exercer a medicina temporariamente uma ves que nada exige pelo seu trabalho.<sup>74</sup>

Indagava o mesmo a respeito de alguém que tivesse um conhecimento prático na “sciencia” da “Homeopathia” e sobre a venda de medicamentos por negociantes de fazendas, ferragens e armarinhos. Uma das dúvidas é algo prosaico: se no caso de proibição da venda pelos negociantes, se estes poderiam dá-los a seus fregueses, uma vez que o artigo de um citado regulamento cogitava apenas da venda dos medicamentos, não de sua doação.

As autoridades provinciais responderam pela negativa quanto à primeira questão:

Só pode exercer a medicina ou qualquer de seus ramos aquelle que tiver titulo conferido pelas escolas de medicina do Brasil ou aquelle que, formados em escolas ou universidades estrangeiras, fizerem perante aquellas exame de sufficiencia. Esta é a pratica actual. Ora, esta disposição rege em absoluto, e a circumstancia de não haver na localidade profissionaes, não pode autorisar o exercicio de individuos fora

<sup>72</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP.

<sup>73</sup> Ibid.

<sup>74</sup> Ibid.

d'aquellas condições, ainda mesmo que nada exijam pelo seo trabalho, pois que a saude publica não pode ficar sujeita ao capricho e a ignorancia dos amadores da medicina.<sup>75</sup>

A homeopatia, diz a resposta, não era cogitada no “Regulamento de 1851”, nem oficialmente autorizada, podendo, portanto, ser seu emprego tolerado. Quanto à questão da venda ou doação de medicamentos por parte de negociantes, as autoridades são enfáticas ao afirmar que:

Se taes negociantes não podem ter drogas ou medicamentos como os podem dar? Nesta hypothese, quem vende não é mais criminoso do que quem dá. A gravidade da infracção não se mede por esta bitola. O crime está na administração das drogas e medicamentos e sua presumivel nocividade, por ser feita por pessoa não autorisada legalmente.<sup>76</sup>

No ano seguinte à sua posse, o juiz Amaral Gurgel encaminhava ao governo provincial uma correspondência na qual elencava uma série de questões as quais lhe causavam dúvidas. As dúvidas do juiz mostram sua ainda pouca familiaridade com os temas que chegavam às suas mãos referentes aos problemas de um mundo de fronteira. Amaral Gurgel construía, aos trancos e barrancos, a ordem judiciária da vila. Indagava ele, por exemplo, “se nos crimes afiançáveis e policiaes sendo o delinqüente official da guarda nacional ou o outro equiparado pelo privilegio que gosa, uma vez que não tenha prisão especial deve ser conservado preso na Casa da Câmara Municipal?”<sup>77</sup> Ao que se responde que tais pessoas “não devem ser recolhidos a Cadeia, havendo prisão própria ou mais decente”<sup>78</sup>.

No fim daquele ano de 1879, novas dúvidas, agora com respeito ao habeas-corpus<sup>79</sup>.

No início de 1881, uma questão de medição de terras revela a precariedade da justiça em arbitrar conflitos quando a força legal era impotente frente à particular. Terras pertencentes a Francisco Fernandes Borges não puderam ser medidas:

[...] em virtude da opposição forma que fasia o Capitão João Antonio Damaceno e Sousa, que apresentou no acto da audiencia com grupo de capangas, que procurou provocar com palavras offencivas o advogado do requerente Borges, e dizendo posteriormente a audiencia que essa medição não se fasia. Não tendo este juiso força para fazer garantir os trabalhos da medição, pois que contava certo haver conflito, resolvo adiar pra o dia 7 do proscimo mes de Fevereiro. Tendo porem certesa que o referido Capm. João Anto. Damaceno, obstará com força para impedir a medição, porisso levo ao conhecimento de V. Exa. e pede uma força de 15 praças com um official, para garantir os trabalhos da medição sem o que este juiso não poderá executar a lei.<sup>80</sup>

<sup>75</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP..

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios Diversos 1849-1891, AESP.



As paixões partidárias foram responsáveis por outros tantos conflitos na vila. Em 1872, desavenças quanto à “inauguração” da Assembléia Paroquial pôs duas facções frente à frente na praça da matriz. De um lado, membros da Guarda Nacional, liderado pelo “bellicato comandante superior interino Joaquim de Oliveira Lima” que, seguido por um cortejo composto de muitos familiares seus e “cento e tantos homens ostensivamente armados fes sua solene entrada na matriz”. O relatório do juiz de paz informa que:

[...] assentes de afrontar o colosso, que era um arsenal de guerra, pondo-nos em marcha para a matriz, levando a frente o pavilhão nacional, e, chegados a praça, fomos encontrados pelo vigário padre Vito Filamore, que temendo effusão de sangue, nos veio pedir para allí determos em quanto elle ia conferenciar com o comandante superior interino[...].<sup>81</sup>

O padre conseguiu desmobilizar os revoltosos.

Na noite de 21 de abril de 1881, o boticário Francisco Telles do Nascimento estava com alguns amigos no interior de sua residência. Ouviu baterem à porta, abriu-a e, não encontrando ninguém, saiu à rua e encontrou com um grupo de 6 homens que diziam querer falar-lhe. Convidou-os a entrar e viu, então, que estava todos armados e que eram seus desafetos políticos. Entre eles estava o promotor público Marcolino Pinto Cabral – em completo estado de embriaguez, segundo Telles – respondendo-lhe que vinham tirar satisfação e se vingar. O boticário julgou que vinham assassiná-lo, não o fazendo por estar com visitas em casa, o que os agressores ignoravam. Os demais elementos eram os capitães Joaquim Moreira Machado de Oliveira e João Antonio Damasceno e Sousa, o tabelião Julio César de Oliveira, o solicitador Theodolindo César Ramos e José Eufrosino Damasceno e Sousa. Repelidos, os homens prometeram voltar.

O episódio prosseguiu dias depois. Nas palavras de Telles, no dia 13 de maio, à noite:

[...] os mesmos homens improvisarão uma passeata com musica pela rua, para sómente me insultarem, soltando dois foguetes deitados para minha caza, cuja explosão foi sobre o telhado. Em virtude do occorrido reuni gente em nossa caza, e mandei comprar foguetes, pois que se a provocação continuasse com foguetes inclinados, mandaria da mesma forma lhes lançar foguetes no grupo e esperava as consequencias, felizmente meus inimigos sabendo derão por finda a passeata, e dispersarão-se, acodio também em nosso soccorro o Delegado de Policia com a força.<sup>82</sup>

Em agosto de 1882, eleitores liberais requisitaram a influência do Centro Liberal da capital paulista para conseguir a demissão do promotor público da vila, Simão Eugenio de Oliveira Lima, por ser este conservador. Pelo menos era esta a alegação do juiz de Lenções para tentar barrar a demissão, alegando ao presidente da província que:

<sup>81</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios Diversos 1849-1891, AESP.

<sup>82</sup> Ibid.

O actual Promotor Publico, é um moço muito sensato cumpridor dos seus deveres, não se envolve em política e nem é eleitor desta Parochia, quem demissão delle, porque existem neste Termo réos de crimes de morte revestidos de perversidade que desejão pôr em julgamento do Jury, como o Promotor é incapaz de transigir com a Justiça, motivo porque não serve para Promotor, elles desejam antes um homem leigo para Promotor capás de fazer tudo.<sup>83</sup>

Em 1882, o já citado boticário Francisco Telles do Nascimento acusou, em dois artigos publicados no jornal Província de São Paulo, o juiz de Lenções Joaquim Antonio do Amaral Gurgel, de manter casa de jogo em sua residência. Em retaliação Amaral Gurgel excluiu-o do alistamento eleitoral, “por não poder provar a qualidade e a renda legal”<sup>84</sup>. De acordo com o juiz, Telles recorreu ao tabelião Julio César, a fim de que este lhe fornecesse um documento falso que lhe garantisse a entrada no rol dos votantes. Diante da negativa, foi:

[...] o Tabelião espancado, que deixarão por morto, o facto deu-se em uma noite escura os delinquentes occultarão, mas a opinião publica aponta elle como mandante. Fiserão o auto do corpo de delicto, os ferimentos forão julgado que podiam ser que produsissem graves encommodos de saúde, e ficou archivado no cartório da Delegacia. Telles tem nesta Villa dois indivíduos taberneiros que vivem negociando sobre a fiança delle, são estes os seus capangas, são estes que a opinião publica aponta como mandatários no attentado contra o Tabellião.<sup>85</sup>

As eleições davam muito trabalho ao juiz Amaral Gurgel. As eleições do dia 21 de junho de 1883 deram motivo a novas queixas endereçadas à presidência da província. Mais uma vez, o epicentro das discussões envolve o nome do boticário Telles do Nascimento. Segundo o juiz, na eleição daquele dia, um “fósforo” eleitoral, indiciado em processo, ordenou ao sargento enviado pelo delegado de polícia para acompanhar o processo, que retirasse do recinto os dois praças que ali estavam. Obedecendo à ordem, o delegado desmoralizava o delegado, “homem muito prudente e bem intencionado”, segundo Amaral Gurgel, para quem:

[...] se o Delegado não fosse prudente poderia dar ordem de prisão pela desobediencia, más para evitar qualquer perturbação no processo eleitoral sómente mandou por meio de uma portaria que o sargento entrasse na prisão pelo crime de desobediencia, e mandou lavar o auto de prisão. O Delegado é o Capitão João Antonio Damasceno e Sousa, independente bem intencionado pelo facto de não se prestar a ser instrumento do desordeiro Francisco Telles que aconselha o sargento para desobedecer, e este individuo ainda está sendo processado neste Termo.<sup>86</sup>

Acaloradas discussões políticas agitavam o núcleo urbano da vila. No dia 10 de janeiro de 1885, uma discussão entre liberais e conservadores, por ocasião da eleição para a presidência da câmara, levou à saída do recinto daqueles últimos. Os liberais procederam à eleição e, quando os trabalhos estavam ultimados, foram surpreendidos com a chegada dos

<sup>83</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP.

<sup>84</sup> Ibid.

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> Ibid.

conservadores acompanhados dos poderosos membros da família Rocha. Segundo depoimento por escrito do porteiro da câmara, Candido de Moraes Mello, “estes senhores estavam em estado agitados, colericos, mostrando assim predisposições de má consequência”<sup>87</sup>.

Em 1887, seriam realizadas eleições para deputados provinciais. O ambiente, no entanto, causava temores no juiz substituto da comarca, Marcolino Pinto Cabral. Em ofício endereçado à presidência da província, Cabral, fazendo referência a acontecimentos de meses antes, temia, “pelos boatos que correm, com certeza a ordem publica tem de ser alterada pois que um grupo que pleitea a eleição, promete tomar desforra dos acontecimentos de 31 de março deste anno”<sup>88</sup>. Pedia que enviasse e deixasse à disposição do delegado de polícia da vila 15 praças para acompanhar a eleição.

Até o fim do período, sucederam-se os pedidos de reforço policial e de recursos para equipar a justiça com condições de vigiar os vastos sertões da fronteira oeste da província de São Paulo.

### 3.3 As necessidades da vida

Data de antes ainda da freguesia de Lenções ganhar o *status* de vila os primeiros documentos que retratam a construção da estrutura educacional daquela boca do sertão. No dia 24 de novembro de 1862, Maria Carolina Marques de Almeida escreveu ao inspetor geral da Instrução Pública pedindo autorização para abrir uma escola, uma vez que:

[...] não se acha provida a Cadeira das instruções primarias do sexo feminino desta Freguesia, e havendo sofrivel numero de meninas que se achão em estado de receberem a educação propria de seu sexo, seus Paes me tem pedido para que eu as licione, mediante a gratificação que convencionarmos. Desejando porem atender as instancias que me tem feito estes Paes de familias, conciderando que é urgente a necessidade que os colloca em tal posição, e não podendo o faser sem expressa licença de V. Sa. por isso tomo a deliberação de pedir a V. Sa. licença para que eu possa abrir aula nesta Freguesia e licionar as meninas que me seião apresentadas de baixo das condições acima exposta.<sup>89</sup>

No ano anterior, um professor já havia iniciado suas atividades como interino de primeiras letras para o sexo masculino. Respondendo a uma circular da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, Theodoro Marques Vieira informava que estavam matriculados 10 alunos em sua escola (“e todos frequentes”); que não realizara

<sup>87</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Officios diversos 1849-1891, AESP.

<sup>88</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891, AESP

<sup>89</sup> Caixa 48, Ordem 5069, Officios 1870, AESP.

exame no “anno anterior em concequencia de nessa epocha se axar vaga a cadeira, e meo exercicio da de 1º de Agosto do corr.e anno”, e que a respeito de haver “collegios, Aulas, e Escolas particulares de um ou outro sexo de Instrução primaria e secundaria [...] informo a V. Sa. q não me consta a verem neste Destricto”<sup>90</sup>.

Esperava, para confirmar sua posse, a nomeação de novo inspetor para que este remetesse à Inspetoria Geral uma “relação das pessoas mais habeis p. faser meo exame, vejo q o praso esta a findar se e q dentro do praso não sera possivel eu faser exame p. falta de examinadores”<sup>91</sup>. O inspetor anterior, com quem ele já tinha se acertado, pedira demissão do cargo.

O professor Marques Vieira, no entanto, não ficou por muito tempo no magistério e outros o sucederam e, ao que parece, de forma bastante precária. Em 1868, o vigário Carlos José Rodrigues suspirava, em carta ao inspetor da Instrução Pública da Província:

[...] ardentes suplicas em favor da tenra mocidade desta nascente Villa mergulhada no lodaçal da ignorancia, por falta de instrucção que a possa salvar deste contagio pois que, os que athe agora exercião esses lugares, erão pessoas bem incapazes de semelhantes Magisterios. Agora porem, que se acha esta Villa com esta falta á muitos mezes, levo ao conhecimento de V. Sa. a quem dignamente compete, remediar tão grandes males, havendo alias nesta Villa mesmo pessoas d’ambos os sexos capazes exercer esses lugares com toda a dignidade. Espero que V. Sa. se dignará acolher minhas suplica em favor desta mocidade, que não merecem tanta desatenção.<sup>92</sup>

Em janeiro de 1869, foi a vez da câmara pedir a nomeação de uma professora para a cadeira de primeiras letras do sexo feminino nesta vila “que se achão sem recursos receber a necessária educação nos verdes annos da vida”<sup>93</sup>. Em julho do ano seguinte, novamente se discute a ausência de uma professora<sup>94</sup>.

A precariedade não se caracterizava apenas pela ausência ou inabilidade dos professores, mas também difíceis condições materiais a que estavam sujeitos os mestres. Ao ser reintegrado na cadeira de primeiras letras do sexo masculino, em janeiro de 1869, o professor Henrique Xavier Gonçalves Benjamim faz saber ao Inspetor Geral:

[...] não foi possivel entrar em exercicio logo que cheguei por não achar caza para alugar para abrir a escola, e faço mais sciente a V. Sa. que o Prezidente da Camara entregou-me os moveis e utensis [utensílios] como imprestados por não ter recebido ordens de V. Sa. para me fazer entrega, e communico mais a V. Sa. que existe nesta Villa uma escola particular dirigida pelo Snr. Antonio Rodrigues da Maia e outras na redondesa d’este Districto que estão me fazendo grande mal, e por isso espero que V. Sa. dara as necessarias providencias a este respeito.<sup>95</sup>

<sup>90</sup> Caixa 48, Ordem 5069, Ofícios 1870, AESP.

<sup>91</sup> Ibid.

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> Livro de Atas 1866-1886, 25 de janeiro de 1869, ACMLP.

<sup>94</sup> Ibid., 11 de julho de 1870, ACMLP.

<sup>95</sup> Caixa 48, Ordem 5069, Ofícios 1870, AESP.

Em julho de 1869, era esta a situação da vila: duas escolas de primeiras letras, uma para cada sexo, mas a última vaga, o que era lamentado por uma autoridade local, visto que as meninas, mais do que os meninos, precisavam de instrução para transmiti-la aos seus filhos, “que ao depois serão util a Deos e a Pátria”. Neste momento, não havia escolas particulares, o que há é que “um ou outro Pay encina o Alphabeto a seus filhos na falta de mestres”. Naquele ano, a escola masculina havia matriculado 33 alunos, dos quais 23 eram freqüentes<sup>96</sup>.

Até meados daquele ano, as crianças freqüentavam a escola duas vezes ao dia, à manhã e à tarde. Em 30 de junho daquele ano, um ofício dirigido ao professor alterava o funcionamento para apenas um único período, das oito horas da manhã à uma da tarde. A alteração causou grande transtorno na escola, nas palavras do professor Gonçalves Benjamin, pois os pais diziam:

[...] que seos filhos ião para eschola em jejum apenas com uma chavena de café e que ião almoçar á uma hora da tarde e que tambem era muito o trabalho diario para um menino que ia em jejum para eschola, e que assim d’esta maneira seos filhos não irião mais para á eschola e por este motivo muitos Pais tirarão seos filhos, e como o estilo do lugar é de servirem-se tarde dos manjares e ja estando acostumados com o antigo sistema da eschola ser duas vezes no dia, e depos d’ella é que seos filhos irão se servir de alguma cousa por isso é o motivo por que cauzou esta opposição.<sup>97</sup>

Diante disso, o professor voltou ao antigo sistema e os pais voltaram a colocar seus filhos na escola.

Uma lista de alunos, ou melhor, um “Mappa dos Alumnos matriculados, e frequentes da Eschola Publica de Primeiras Lettras do sexo masculino da Villa de Lenções, desde 28 de Janeiro até 22 de Setembro de 1869”<sup>98</sup>, indicava que havia 35 alunos “matriculados”, mas apenas 25 “freqüentes”, o que pode revelar descaso dos pais para com a educação, as dificuldades de acesso à escola ou, ainda, a necessidade da mão-de-obra da criança na lavoura. Haveria outras possibilidades, como as dificuldades relativas aos horários, como vimos acima, ou outros aspectos relativos ao funcionamento da escola. De qualquer forma, parece que as necessidades da vida cotidiana não careciam do domínio da leitura e da escrita.

O fato de a “Epocha das matriculas”, segundo o mapa, variar de 28 de janeiro até 22 de setembro e, por fim, a aparente presença de irmãos freqüentando a mesma aula, indica que alunos de várias idades e diferentes graus de adiantamento misturavam-se no mesmo

<sup>96</sup> Caixa 48, Ordem 5069, Ofícios 1870, AESP.

<sup>97</sup> Ibid.

<sup>98</sup> Ibid.

espaço (como, aliás, era freqüente na época), precarizando, ainda mais, o trabalho do professor.

Uma observação constante no mapa dá conta de que os “alumnos frequentes estudão diversas materias ms. tudo em princípios” e que “10 destes os mais adiantados ja não frequentam por se haverem mudado”. Constantes referências à “mudanças” fazem crer numa relativa mobilidade de parte dos habitantes da fronteira.

Em outubro de 1870, o professor Gonçalves Benjamin reclamava que os pais não se importavam “de apreciar o progresso da educação de seos filhos, e sim da lavoura que é no que mais se empregão, e dando-se por satisfeitos quando os filhos mal sabem ler alguma cousa e assignarem-se [...]”<sup>99</sup>.

Com todos estes problemas, o Censo de 1872<sup>100</sup> retratou a situação da instrução pública na paróquia dos Lençóes (TABELA 2).

O índice de analfabetismo, como seria de se esperar, era elevado. Apenas 748 homens, entre 2.644, tinham domínio da leitura e escrita (28,3% de “alfabetizados”); enquanto que 307 mulheres, entre 2.541 (12,1%), estavam nesta situação. Daí que os filhos tendiam a “herdar” a condição dos pais.

**Tabela 2 - População livre segundo sexo e instrução. Paróquia da Nossa Senhora da Piedade dos Lençóes.**

Homens			Mulheres			Total		
Sabe l/e	Analf.	Total	Sabe l/e	Analf.	Total	Sabe l/e	Analf	Total
748	1896	2.644	307	2.234	2.541	1.055	4.130	5.185

Obs.: l/e = ler e escrever; Analf. = analfabetos (as)

Fonte: tabela organizada a partir de BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do passado**: dados demográficos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. 1 CD-ROM.

Ao final do ano de 1874, a situação da instrução pública masculina é retratada num outro relatório. Naquele momento, havia 79 alunos matriculados, dos quais 22 haviam saído, por “diferentes motivos”, ficando 57 sujeitos à matrícula. Destes, segundo o professor José Pereira Jorge, 42 eram freqüentes. O adiantamento dos alunos seria:

<sup>99</sup> CHITTO, op. cit., p. 87.

<sup>100</sup> Na Província de São Paulo, devido a certas circunstâncias, o censo foi realizado não na data estabelecida, 1.º de agosto de 1872, mas apenas a 30 de janeiro de 1874 (BASSANEZZI, 2001, Censo de 1872, Textos, Anexo 3p1, p. 3).

[...] satisfatorio senão faltassem tanto a eschola; uns obrigados pelas exigencias da lavoura, outros pelo excessivo apoio de certos pais de familia, que esquecidos dos deveres mais sagrados, não meditam no futuro de seus filhos, não ha persistencia no numero de matriculados por falta de residencia firme da parte de alguns pais, que retirando seus filhos da eschola para effectuarem sua mudança, nem ao menos a causas da retirada de seus filhos communicão ao mestre.<sup>101</sup>

Aqui também presentes os mesmos elementos que permitem entender a lógica dos pais, a saber, tiram seus filhos da escola “pelas exigencias da lavoura”, ou simplesmente, pelo fato de não verem importância naquela ferramenta para o futuro dos filhos. Aqui também a referência à “mudança” dos pais, fazendo crer que seguiam sertão adiante ou retornavam a seus lugares de origem.

O relatório do professor Pereira Jorge aponta grande falta de móveis para a escola, o que dificulta seus trabalhos, principalmente na “distribuição dos trabalhos calligraphicos”. A casa onde funciona a escola é outro problema:

[...] está completamente deteriorada, acresce mais um ponderoso motivo, que seu dono tem de consertar-a ou vendel-a, nessas circunstancias, vejo me sem casa para leccionar depois das ferias, sujeitar-me-hei a alugar alguma por alto preço, visto a falta de casas neste lugar, é bastante doloroso desfalcar-se o professor do seu mesquinho ordenado para satisfazer exigencias do magisterio publico, de viva voz e com a devida submissão V. Sa. attenderá minhas justas reclamações.<sup>102</sup>

A situação da escola feminina, com relação à frequência, não difere muito. Em 1876, de 30 alunas matriculadas, apenas 20 frequentavam as aulas da professora Maria Generosa de Figueiredo<sup>103</sup>.

Respondendo a uma circular da Inspeção Geral da Instrução Pública da Província, de setembro de 1878, o inspetor do distrito, Julio César de Oliveira informava, no mês seguinte, as condições da vila no aspecto cultural: não havia bibliotecas, museus ou gabinetes de leitura, tanto públicos como particulares; não havia escolas particulares ou públicas de ensino primário ou secundário; havia duas cadeiras criadas para o sexo masculino e duas para o feminino, no entanto, as duas primeiras estavam vagas (delas, a primeira havia já três anos e a segunda nunca provida) a povoação e seu subúrbio apresentavam um quadro superior a 150 alunos “que estão se criando sem ensino por falta de Professores”. Das duas cadeiras para as meninas, a primeira estava regida pela professora Maria Generosa de Figueiredo e nela constavam 34 alunas matriculadas, das quais 18 frequentes. Havia, ainda, uma aula no Curato do Divino Espírito Santo da Fortaleza (posteriormente, Bauru), distante da vila de Lençóis 4

<sup>101</sup> Caixa 48, Ordem 5069, Ofícios 1870, AESP.

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> Ibid.

léguas, regida pela professora Maria Carolina de Almeida, com 31 alunas matriculadas, das quais 16 freqüentes<sup>104</sup>.

Em dezembro de 1878, foi realizado o exame do estado de adiantamento das alunas da 2ª cadeira da professora Maria Carolina de Almeida. Estavam presentes o Inspetor do Distrito, Júlio César de Oliveira, e os examinadores Joaquim Antonio do Amaral Gurgel e Francisco Martins da Silva. A professora apresentou a lista das alunas matriculadas e freqüentes, “achando o Inspetor e examinadôres que estas estão adiantadas nas materias do ensino primario, e que aproveitão o ensino”<sup>105</sup>.

Móveis e utensílios (“utensis”) para uso dos mestres são novamente reclamados, desta vez já tendo a vila entrado nos anos 80. A segunda cadeira do sexo masculino agora está provida (novembro de 1883), pelo professor Octaviano Martins Brizolla, mas desde que “abriu aula” tem se utilizado de objetos emprestados, os quais poderia, a qualquer momento, serem pedidos pelo proprietário, ficando assim, o professor “na contingencia, ou de conservar os alumnos em pé, durante o exercicio do ensino, ou d’ mendigar estes objetos indispensaveis a particulares”<sup>106</sup>.

A educação continuou, por todo o período, a ser apenas um simulacro de aprendizagem de leitura e escrita. Professores mal preparados, alunos ausentes, pais indecisos entre a urgente necessidade da mão-de-obra na lavoura e a duvidosa necessidade de instrução para um futuro já quase traçado, eis o quadro da instrução pública numa parte da fronteira oeste paulista.

---

<sup>104</sup> Caixa 48, Ordem 5069, Ofícios 1870, AESP.

<sup>105</sup> Id., Ofícios 1861-1892, AESP.

<sup>106</sup> Id., Ordem 5069, Ofícios 1870, AESP.



## 4 A ECONOMIA DA FRONTEIRA

### 4.1 Suor de livres e escravos

A Paróquia de Nossa Senhora da Piedade dos Lençóis contava com 629 escravos, entre uma população total de 5.814 almas (Censo de 1872). Os 10,8% de escravos estavam divididos em 337 homens e 292 mulheres. Em 1886, a população escrava de 436 indivíduos representava 9,6% da população total de 4.542 almas (o decréscimo da população deve-se a sucessivos desmembramentos de territórios).

A análise de 54 inventários que cobrem o período de 1860 a 1887 mostra que a escravaria de Lençóis era basicamente composta por jovens, mesmo levando-se em conta que após a Lei do Ventre Livre a idade média dos escravos tendia a subir pela exclusão dos nascidos após a promulgação da lei. Os menores de 15 anos representavam 34,7% dos escravos e os de cinquenta anos ou mais eram 11,2% (TABELA 3).

**Tabela 3 - Distribuição dos escravos segundo a faixa etária. Lençóis, 1860-1887**

Faixa	Nº absoluto	%
0-14	111	34,7
15-49	165	51,6
50 ou mais	36	11,2
Não consta	8	2,5
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>100</b>

Fonte: FERNANDES, Edson. **Escravidão na fronteira: um estado da escravidão negra numa boca de sertão paulista. Lençóis, 1860-1888.** 2003. 114f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2003. p. 34.

Pouco mais da metade dos escravos estava na idade produtiva. São 51,6% entre 15 e 49 anos de idade e mesmo nesta faixa havia um acentuado equilíbrio entre homens e mulheres. Considerando que entre as atividades produtivas de Lençóis estavam as culturas de milho e algodão, que não podem ser caracterizadas como tradicionalmente reservadas a homens, compreende-se a forte presença de mulheres mesmo nesta faixa. Além disso, mesmo a produção pecuária de pequeno porte bem podia ser atividade também das mulheres e crianças escravas.

Predominava nas propriedades de Lençóis os pequenos plantéis de escravos. Conforme a Tabela 4, quase 70% dos proprietários possuíam de 1 a 5 escravos. Por outro lado, controlavam menos de 1/3 desta mão-de-obra. No outro extremo, 16,6% dos proprietários controlavam a metade da escravaria em seus plantéis de mais de 10 escravos. A

elite escravista apontada pelos inventários, os possuidores de mais de 20 escravos, eram apenas 5,5% dos proprietários que possuíam 1/4 dos escravos. Os proprietários de apenas 1 escravo eram 24,1%. Juntos, detinham apenas 4,1% da mão-de-obra.

**Tabela 4 - Estrutura de posse de cativos por faixas de tamanho de plantéis. Lençóes, 1860-1887**

FTP	Proprietários		Escravos	
	N	%	N	%
1	13	24,1	1	4,1
2	6	11,1	1	3,8
3	5	9,3	1	4,7
4	10	18,5	4	12,5
5	2	3,7	1	3,1
1 a 5	36	66,7	9	28,2
6 a 10	9	16,7	7	22,2
11 a 20	6	11,1	8	25,0
21 ou mais	3	5,5	7	24,6
<b>Total</b>	54	100	3	100

Obs.: FTP – Faixas de tamanho de plantéis.

Fonte: FERNANDES, op. cit., p. 35.

Pela tabela inferimos que 83,4% dos proprietários possuíam plantéis com até 10 cativos e controlavam 50,4% da escravaria, enquanto que os restantes 16,6% dos proprietários possuíam plantéis com mais de 10 cativos, controlando 49,6% da população escrava.

O maior plantel da boca do sertão lençoense pertencia a Elyseo Antunes Vieira Cardia, cujo inventário foi feito em agosto de 1864<sup>1</sup>. Além dos 33 escravos arrolados, alguns dos quais já em poder dos herdeiros, muitos outros bens como as várias sesmarias englobando milhares de alqueires, engenho, canavial, morada de casa na vila, animais etc., caracterizando o que foi, provavelmente, a maior fortuna da vila. Ao falecer, em outubro de 1873, Messias José de Andrade tinha, também, acumulado um expressivo plantel, legando a seus dez filhos (3 com a primeira mulher e 7 com a segunda) um plantel de 18 escravos avaliado em 9:700\$000, valor maior do que os avaliadores estabeleceram para os bens de raiz, 7:880\$000<sup>2</sup>.

Outros herdeiros tiveram menos sorte. D. Maria Joaquina de Jesus<sup>3</sup> legou apenas um escravo de nome Nicolau, 40 anos, por ocasião do falecimento do marido, o mesmo ocorrendo com Sabina Bárbara de Jesus que ficou com uma única escrava, Joaquina, de 50 anos mais ou menos, ao falecer seu marido, em 1871<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia, 1864, CPOCA.

<sup>2</sup> Inventário de Messias José de Andrade, vol. 2, n.º 17, 1873, CPOCA.

<sup>3</sup> Inventário de José Joaquim Ramos, n.º 22, 1871, CPOCA.

<sup>4</sup> Inventário de Ignácio Martins da Lus, n.º 16, 1871, CPOCA.

Havia os que possuíam apenas um escravo e, ao que tudo indica, dividindo com o senhor o trabalho na terra e o sustento da família. Era o caso do plantel unitário de Antonio Joaquim de Oliveira que consta no inventário realizado quando do falecimento de sua mulher. Apenas um escravo, Joaquim, de 18 anos<sup>5</sup>. A crioula Joaquina, 20 anos, também era o único cativo entre os bens do finado Vidal Barbosa Dutra<sup>6</sup>. A crioula Rosa, 22 anos, teria que dividir seu serviço entre a criação de sua filha de 2 meses e a numerosa família de Ignácio Anselmo Rodrigues, pai de 12 filhos de dois casamentos<sup>7</sup>.

Em situação pior estavam os que possuíam plantel unitário, mas cujo escravo não representava força de trabalho efetiva. Ao falecer, João Antonio da Siqueira deixou apenas uma escrava “já velha”, Delfina<sup>8</sup>. Outra escrava velha, de nome Maria, doente e de idade entre 50 e 60 anos, foi o que legou Vicente Ferreira de Souza pelo falecimento da mulher em 1873<sup>9</sup>. Do escravo Severino não dependia a sobrevivência da numerosa família (8 filhos) de João Antonio de Mattos, mesmo sendo ele o único escravo. Tinha 64 anos e era descrito como sendo “muito defeituoso”<sup>10</sup>. Outro plantel, embora composto de 4 escravos, não representava muito em termos de mão-de-obra. Eram duas mulheres, Maria, 45 anos e doentia, e Victoria, 50; e dois homens, Antonio, 44 anos, e Fabiano, mais novo, 35 anos, mas “quebrado e doentio”<sup>11</sup>.

Em certos casos, pelo que se nota, possuir escravos podia significar uma despesa a mais para a família. Representaria o preço do *status* ou era resultado de laços afetivos construídos ao longo de um tempo de convivência?

Do que foi exposto tem-se com clareza que o trabalho escravo não era exclusivamente o que fazia a terra produzir. Ao lado dele estava o trabalho livre na figura do camarada ou, talvez, do proprietário e/ou pessoas de sua família (vimos que filhos eram retirados da escola “pelas exigências da lavoura”). Isto fica reforçado pelas informações já citadas do censo de 1872, que aponta uma população escrava de 629 indivíduos num total de 5184 habitantes para a paróquia de Nossa Senhora da Piedade dos Lençóis. Os 10,8% de escravos, incluindo aí crianças e velhos, não eram mão-de-obra suficiente para, apenas eles, fazer a terra produzir para todos.

---

<sup>5</sup> Inventário de Anna Ignacia de Jesus, vol. 3, n.º 16, 1874, CPOCA.

<sup>6</sup> Inventário de Vidal Barbosa Dutra, 1876, CPOCA.

<sup>7</sup> Inventário de Maria Rosa de Oliveira, 1876, CPOCA.

<sup>8</sup> Inventário de João Antonio da Siqueira, vol. 2, n.º 23, 1873, CPOCA.

<sup>9</sup> Inventário de Balbina Ferreira de São José, vol. 2, n.º 125, 1873, CPOCA.

<sup>10</sup> Inventário de Escolástica Maria de Godoy, 1875, CPOCA.

<sup>11</sup> Inventário de Luiza Thereza de Jesus, 1876, CPOCA.

A utilização do trabalho de camaradas livres ressalta na farta documentação de contratos de serviços, principalmente para a formação de cafezais, quando esta cultura começou a ganhar as terras da região, a partir da década de 1870.

## 4.2 Os frutos da terra

Em abril de 1878, a câmara municipal de Lençóes, respondendo a uma circular do governo provincial, informava o estado geral da agricultura, indústria pastoril e outras atividades econômicas desenvolvidas na vila:

[...] que a agricultura n'este Municipio, consta somente das boas matas, em grande quantidade, mas occupadas somente na lavoura dos frutos alimenticios; trabalho esse sem arte, emprego de machina ou qualquer meio que o facilite a bem do emprego dos braços. Quanto a industria pastoril, é regular n'este Municipio, onde á diversos criadores de gado, e alguns de outros animais muares e cavallares. Os agricultores então, crião porcos em grande quantidade que esportão para fora do Municipio.<sup>12</sup>

Descontando uma possível pintura mais carregada, capaz de gerar uma providencial comiseração das autoridades provinciais, este parece ser o quadro da vila, válido, inclusive, para praticamente todo o período estudado.

Poucos anos antes, em junho de 1874, a câmara respondia a outra circular, desta vez para que se providenciasse produtos de lavoura e de indústria da vila a fim de que fosse remetido à exposição universal que seria inaugurada na Filadélfia, Estados Unidos, por ocasião do centenário da independência daquele país. Diziam os vereadores que:

[...] este nascente Município ainda nada tem que possa influir de maneira alguma na referida exposição a fazer gloria ao Brasil; por isso tem o sentido despraser de ponderar a V Excia. que não póde fornecer o que V. Excia exige em sua refereida Circular.<sup>13</sup>

Referências à pobreza dos cidadãos e da economia da vila são constantes. Quando se cogitou a construção da ferrovia Itu-Jundiaí, foi requerido pelo governo provincial que fosse formada uma comissão em Lençóes, cuja missão “seria angariar assignatura, para tomada de acçoens” para a construção de tal obra. Obteve o governo como resposta, em março de 1870, a constatação de que só se pôde “conseguir as assignaturas constantes da lista incluza contando 50 acçoens, não podendo conseguir mais por ser esta bem distante da estação, e mesmo serem os habitantes despidos de grandes fortunas”<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Officios diversos 1849-1891, AESP.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-189, AESP.

Para os primeiros tempos do povoado, as informações são esparsas, muitas delas retiradas da tradição oral, como as que deixaram os antigos bugreiros que andaram pela região e cujos relatos – ou de seus descendentes - foram registrados por historiadores regionais.

Aparece de maneira recorrente nestes relatos a presença de mineiros que teriam partido de sua terra natal em busca de terras na fronteira aberta que era o oeste paulista em meados do século XIX. Vindo com suas famílias e pertences, ou então deixando para trazer seus familiares após terem se estabelecido nas novas terras, esses migrantes mineiros estabeleciam roças e criavam animais, porcos, por exemplo, culturas tradicionais em sua terra natal<sup>15</sup>.

Em meados do século XIX, para além da *cuesta* de Botucatu, já se fazia notar a presença de plantadores de café abrindo clareiras na mata para suas fazendas, enquanto nos sertões do Paranapanema criadores e lavradores com o gado solto pelos campos e as primeiras roças de subsistência alteravam a paisagem natural. Dali, os criadores partiam com suas caravanas de bois e porcos com destino aos mercados de Botucatu, Sorocaba e Lençóis – este último ainda incipiente. Os rebanhos eram acompanhados por carros de boi carregados de toucinho, carne seca e fumo, tanto para o consumo dos condutores quanto para a venda do excedente<sup>16</sup>.

A produção agrícola e pecuária de modo geral, nos primeiros tempos de desbravamento dos sertões, ainda não se destinava aos mercados de longa distância. Os lavradores e criadores da região, não estando integrados neste comércio, destinavam sua pequena produção aos mercados local e regional.

Em sua peregrinação pela província paulista entre 1860 e 1861, Augusto-Emilio Zaluar, falando sobre Piracicaba, afirmou que “pela comunicação fluvial é freqüentada esta povoação pelos Santanistas que vêm de Paranaíba, os de Miranda, Botucatu, Jaú, Lençóis, os quais trazem aqui seus gêneros e exportam sal.”<sup>17</sup>.

Deve-se ressaltar que as dificuldades impostas ao escoamento da produção para o litoral – das quais, a ausência de ferrovias é uma clara indicação – praticamente desestimulavam o investimento neste sentido. Além disso, são constantes as reclamações de moradores de Lençóis a respeito do estado das estradas da região.

Estudando a grande lavoura no Oeste Paulista, Warren Dean afirma que:

---

<sup>15</sup> MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec : Polis, 1984. p. 133-134.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>17</sup> ZALUAR, Antonio-Emilio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Martins, [195-]. p. 155.

Rio Claro constituía, por volta de 1850 e 1860, o último limite do cultivo rendoso do café. Mais além o custo do transporte até Santos absorvia uma parcela grande demais do preço de venda. As estradas até Santos eram meras veredas, no máximo com dois metros de largura, e que não podiam ser percorridas por veículos de rodas. Numerosos córregos tinham de ser vadeados ou atravessados em barcos pouco seguros; o café do Oeste Paulista, portanto, tinha de ser transportado em lombo de mula.<sup>18</sup>

Por volta de 1860, a economia de Lençóis girava em torno da produção agrícola e pecuária de pequeno porte. Indicações destas atividades são constantes em inventários e contratos da época. Para a década de 1860, as indicações ainda são esporádicas. O milho era presença quase obrigatória nos roçados, devido à sua importância para a alimentação tanto humana quanto animal. É razoável supor que, ocasionalmente, parte da produção era destinada à venda nos mercados próximos<sup>19</sup>.

Em setembro de 1863, no distrito de Lençóis, Dona Rita Victoria de São Camillo vendeu a José Pereira Simões uma fazenda de cento e vinte alqueires, dos quais sessenta cultivados com milho, pelo preço de 1:500\$000. No ano seguinte, Silvestre Correa de Moraes Bueno comprou seis alqueires de milho e um carro de três juntas de novilhos por 380\$000. Uma escritura datada de 02 de junho de 1865 registra uma troca de duas partes de terreno por uma casa e o terreno correspondente medindo um alqueire plantado com milho<sup>20</sup>.

O algodão também parece ter sido uma cultura relativamente comum nestes tempos e não só na fronteira. Por esta época a cultura algodoeira se desenvolvia em várias outras regiões do Estado. Alice Canabrava demonstrou que, na década de 1860, esta cultura foi introduzida em municípios do Oeste como Constituição (atual Piracicaba), São Carlos do Pinhal, e alcançou a fronteira do povoamento<sup>21</sup>. Ali, “na direção do Oeste, as sementeiras mais avançadas, nos sertões de Botucatu e Lençóis, balizavam os pontos extremos atingidos pelos centros povoados do território paulista.”<sup>22</sup>

Ao menos um fazendeiro de Lençóis, Silvestre Correa de Moraes Bueno, possuía uma máquina de descaroçar algodão movida por água<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 52-53.

<sup>19</sup> FERNANDES, op. cit., p. 20-21.

<sup>20</sup> Livro de Notas Antigas, 1863-1865. p. 1, 27 e 62, CNPLP.

<sup>21</sup> CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1951. p. 77.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>23</sup> LUNÉ, Antonio J. B. de; FONSECA; Paulo Delfino da. **Almanaque da Província de São Paulo para 1873**. Ed. fac-similada. São Paulo: IMESP, 1985. p. 445-448.

No dia 12 de novembro de 1865, João Baptista Marques e sua mulher venderam a Jerônimo Alves da Silva uma propriedade de seis alqueires e meio no subúrbio da vila de Lenções pelo preço de 195\$000. Os vendedores se comprometeram a medir

[...] os ditos seis alqueires e meio de terras logo que pelo comprador lhes for exigida a medição, e com direitos de colher uma roça que tem dentro dessas terras incluzivamente um algodôal, e sem direito algum as palhas ou soqueira do algodôal [...].<sup>24</sup>

Numa venda de terras efetuada em 27 de janeiro de 1866, uma descrição nos revela a cultura algodoeira, ao afirmar que as divisas se encontravam “princiando em hum portão que se acha na estrada na beira do algodôal de José Joaquim Marques [...]”.<sup>25</sup>

A cultura algodoeira passou por altos e baixos durante o período. Uma correspondência do juiz substituto de Lenções ao presidente da província, enviada em junho de 1881, pede a distribuição, na vila, de sementes de algodão herbáceo, “visto ter-se completamente degenerado esta espécie”. Afirma, ainda que dez anos antes, “aqui se fes grande plantação, que deu brilhante resultado; foi mais tarde sua cultura abandonada, pela dificuldade de obter se sementes novas, especialmente para os pequenos lavradores”. Para o juiz:

Convem chamar o quanto antes a atenção dos lavradores, especialmente dos pequenos lavradores, para a cultura de vegetaes, de verdadeira importancia para a industria e commercio, e que demandam, especialmente, pequenos capitais achando se porisso ao alcance de todos. É urgente que se convenção que o caffè, cuja cultura demanda fortíssimo capital, grande e vultissimo trabalho e por muitos annos, pode ser substituida por outras culturas digo culturas de fácil expediente, com economia de tempo, do trabalho, com magníficos resultados.<sup>26</sup>

A despeito do alerta do juiz, a cultura cafeeira desenvolveu-se, inicialmente de maneira tímida, como experiência de alguns lavradores, depois de maneira mais vigorosa e consistente. Uma das primeiras, senão a primeira, indicações de café aparecem numa escritura de venda de terras, realizada em 17 de março de 1866. Nela, João Rodrigues de Almeida e sua mulher, Dona Gertrudes Maria de Jesus, vendem vinte e quatro alqueires de terras a Benedicto Gonsalves de Oliveira pelo preço de 300\$000. Na descrição das benfeitorias constam uma casa, paiol, bananeiras e café plantado, entre outras<sup>27</sup>.

Havia já alguns potentados locais. O inventário realizado por ocasião do falecimento de Elyseo Antunes Vieira Cardia, maior proprietário escravista dentre os inventariados – possuía 33 escravos, incluindo os que estavam em posse dos herdeiros -, no

<sup>24</sup> Livro de Notas Antigas, 1865-1866. p.28, CNPLP.

<sup>25</sup> Ibid., p.40.

<sup>26</sup> Caixa 296, Ordem 1091, Offícios diversos 1849-1891, AESP.

<sup>27</sup> Livro de Notas Antigas, 1865-1866. p.48, CNPLP.

dia 09 de agosto de 1864, arrolava uma grande quantidade de bens, incluindo 26 carros de boi, a 26\$000 cada; 13 vacas com cria, a 18\$000 cada; 50 porcos magros avaliados em 300\$000; terras com benfeitorias como engenho e dependências, casa e canavial, avaliados em consideráveis 3:500\$000, além de outras inúmeras propriedades. A soma dos bens do inventariado resultou na soma de 55:698\$000, o que mostra que a fronteira não impediu alguns de acumularem fortuna e nem de adquirir *status* de nobreza, uma vez que o filho do falecido, José Emygdio de Almeida Cardia, tornar-se-ia o barão de Avanhandava<sup>28</sup>. Este caso parece, entretanto, ser uma exceção, principalmente nesta década de 1860 quando prevaleciam unidades produtivas de pequenos lavradores<sup>29</sup>.

A década de 1870 traz mais e melhores indicações das atividades econômicas a que se entregavam os moradores de Lençóis. O fumo era uma alternativa para os lavradores, como se depreende de uma carta enviada no dia 17 de fevereiro de 1873, por Joaquim Pereira de Carvalho ao seu compadre João José da Conceição, a respeito de uma dívida, onde o primeiro implora “tenha mais paciência que estou plantando fumo, tenho esperança [...]”<sup>30</sup>.

O Censo de 1872 (1874) traz algumas informações. O número de pessoas ligadas ao comércio dava a esta atividade uma relativa importância na economia da vila. Na categoria “Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros”, estão relacionados 44 homens e 6 mulheres de nacionalidade brasileira e 3 homens estrangeiros. As “Profissões Agrícolas”, no entanto, ocupam a maior parte da população: são 1.279 lavradores homens e 306 mulheres de nacionalidade brasileira e 11 lavradores (homens) estrangeiros<sup>31</sup>.

A década de 1880 assistiu a uma transformação econômica que se caracterizou pela entrada definitiva da agricultura cafeeira e que teve reflexos nas relações de trabalho. Em 11 de julho de 1880, Caetano Alberto de Campos Mello fez contratos de locação de serviços com 3 locadores para que plantassem e cuidassem, em seu sítio de São Pedro dos Agudos, vila de Lençóis, de 10.000, 4.000 e 4.000 pés de café, respectivamente, obedecendo a algumas condições que seriam características dali em diante. Os contratos rezavam que os pés de café seriam plantados:

[...] em alinhamento de quinze palmos de distancia em cujo lugar também se obriga a fazer a roçada, derrubada e queima do matto a sua custa, obrigando se a dar seis carpas no anno pelo tempo de quatro annos e de cada vez que fizer as carpas obriga se a fazer as replantas nas covas onde encontrar falhas ; fará as covas para planta do café com profundidade de um palmo e cobrirá todas as covas com cazinhas de pau até a idade de dous annos. Pelo locatário Caetano foi dito que obriga se a pagar ao

<sup>28</sup> Inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia, 1864, CPOCA.

<sup>29</sup> FERNANDES, op. cit., p. 22.

<sup>30</sup> Inventário de D. Antonio Maria Perpétua, 1876, CPOCA.

<sup>31</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do Passado**: dados demográficos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. 1 CD-ROM.



locador no fim de quatro annos a quantia de quatrocentos reis (400) por cada pé de café de quatro annos que encontrar formado ou a razão de cem reis (100) por pé por anno. Obriga se mais a dar ao locador quantias de que elle for precisando a proporção do serviço que for fazendo; obriga se mais a dar ao locador sem onnus algum a produção do café do terceiro anno...”.<sup>32</sup>

O mesmo senhorio contratou mais um inquilino, a 28 de agosto do mesmo ano, para plantar mais 6.000 pés de café no mesmo sítio<sup>33</sup>. Em 1881, mais três contratos foram firmados para a plantação de 2.000, 6.000 e 4.000 pés de café. Em 12 de dezembro de 1881 foi firmado um contrato de parceria entre José Sirino da Silva, procurador de Dona Maria de Godoy e o locador João Pires de Oliveira no qual:

[...] pelo primeiro [Sirino] foi dito que nesta data fes com o segundo o contracto parciário no Engenho da Cerra e suas propriedades edificadas em sua fazenda Lageadinho, e bem assim o engenho de moer canna ao segundo parceiro locador para este gozar e desfrutar pelo tempo de quatro annos rezervando o parceiro locatário uma terça parte dos resultados dados pelos serviços obtidos das machinas, ficando a cargo do parceiro locador todos os concertos nesseçarios [...].<sup>34</sup>

Um trato de 2.000 pés de café foi o acerto entre senhorio e inquilino no dia 27 de março de 1882. Os contatos vão se sucedendo para a formação de pequenos cafezais: 2.000, 1.500, 1.000, 5.000 pés de café<sup>35</sup>.

A formação do primeiro grande cafezal nos é sugerida a partir do contrato de parceria firmado entre Joaquim de Oliveira Lima, um grande proprietário de escravos, pelos padrões da boca do sertão, com o locatário Manoel Amancio de Oliveira Lima Machado, no dia 18 de maio de 1885. Por ele, o locador dava de parceria ao locatário, durante 4 anos e 5 meses, seu cafezal calculado em 50.000 pés, mais ou menos, de diversas idades, a ser tratado, pelo qual o locatário receberia a terça parte do que colhesse. O senhorio se comprometia a dar pessoal suficiente para tratar do cafezal, colher e beneficiar seus frutos, fornecer todo utensílio necessário e, quando o senhorio precisasse, fornecer uma pessoa para auxiliá-lo. Pelo inquilino foi dito:

[...] primeiro que neste contrato de parceria sugeitava sua peçoça e o escravo Silvestre de quem tem uso e fruto durante o praso de quatro annos e cinco meses, para com o pessoal fornecido pello primeiro, tratar do cafesal mencionado percebendo em troca porçoço a terça parte dos frutos colhidos; segundo que se obriga a plantar todo mantimento neçessário para o sustento da gente pertencente ao primeiro parceiro locatário [...].<sup>36</sup>

<sup>32</sup> Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.4-5, CPOCA. O escrivão inverte os sentidos usualmente empregados dos termos “locador” e “locatário”. Em nosso texto, preferimos o sentido usual, ou seja, de “senhorio” e “inquilino”, respectivamente.

<sup>33</sup> Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.9, CNPLP.

<sup>34</sup> Ibid., p.28, CNPLP.

<sup>35</sup> Ibid., p.19, 49, 50, 63, CNPLP.

<sup>36</sup> Ibid., p.54-55, CNPLP.

Em 1887, outros contratos de locação de serviços foram firmados com o mesmo objetivo: roçar e derrubar mata para plantar 6.000, 4.000 e 3.000<sup>37</sup>, este último estabelecendo que o inquilino podia “plantar milho, feijão, batatinha e outras plantas com exceção de arroz, cana e algodão [...]”<sup>38</sup>.

Até a abolição foram acertados outros pequenos cafezais: 4.000, 3.000, 3.000 e 3.000 pés<sup>39</sup>. A agricultura cafeeira se instalava na região.

### 4.3 As condições de vida

Ao chegar à região, por volta de 1897, Floriza descreve a casa que estava à sua espera:

A casa era muito pequena e baixa. As paredes um tanto velhas e estragadas, eram feitas de barróte com casca de coqueiro, e somente a salinha de jantar era forrada de pano de estopa já bastante apodrecido pelas goteiras, e cheio de buracos por onde vazavam cacos de telha e até ratos os quaes estavam de correria pelo telhado tanto de dia como de noite. E tudo muito preto da fumaça que subia da cosinha que era na parte ainda mais baixa da casa. Agua não havia dentro e a luz era de kerozene.<sup>40</sup>

Embora esta descrição seja referente a alguns anos depois do período aqui analisado, remete a uma típica moradia dos habitantes daquela parte da fronteira oeste paulista. As condições materiais da existência parecem ser semelhantes para ricos e pobres, diferenciando-os a quantidade de terras e uns poucos escravos que alguns tinham e outros não. Conforto era uma palavra que não exprimia coisa alguma naquele sertão.

Os recursos colocados à disposição das pessoas na fronteira não dependiam tanto da riqueza das famílias. A posse dela garantia privilégios, mas de outra ordem, privilégios políticos, favores religiosos, subserviência das pessoas ao redor. Porém, a falta de médicos ou de professores, por exemplo, afetava tanto à elite política que concentrava os principais cargos públicos (vereadores, juizes, promotores etc.) quanto às famílias pobres que viviam dispersas pelos inúmeros bairros rurais que então formava a freguesia/vila de Lençóis.

Vimos que a educação sofria frequentemente com a falta de professores. Não há registros, para o período, mas é razoável supor que um ou outro pai contratasse um professor particular para cuidar da educação exclusiva de seus filhos, mas é muito improvável que isto fosse uma regra geral para a elite, pelas próprias dificuldades impostas pela distância de

<sup>37</sup> Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.61-64, CNPLP.

<sup>38</sup> Ibid., p.64.

<sup>39</sup> Ibid., p.65-70.

<sup>40</sup> CORRÊA, Floriza Ferraz da Silveira. Manuscrito inédito, cedido pela família, 1947. p. 112.

Lençóes dos centros urbanos mais desenvolvidos e onde a oferta de professores poderia ser maior.

Também não há registros de pais mandando seus filhos para estudar fora, como aconteceria posteriormente, inclusive dos filhos da citada Floriza.

O mesmo se sucede com relação aos recursos médicos colocados à disposição. Uma análise das causas das mortes entre a população livre e a população escrava é elucidativa a este respeito.

Entre os anos de 1867 e 1888, foram registrados 748 óbitos em Lençóes, 91% deles (681 casos) de livres e 9% (67 ocorrências) de escravos ou libertos (TABELA 5).

Era alta a mortalidade infantil entre a população escrava de Lençóes. Um pouco mais de um quarto de meninos e meninas morria antes de completar 1 ano de idade. A porcentagem era ligeiramente maior entre bebês masculinos (27,8%). Na faixa de 1 a 14 anos, a mortalidade era maior entre as meninas, pouco mais de um quarto delas (25,8%). Entre os meninos, 16,7% morriam nesta faixa etária. Embora a mortalidade infantil fosse alta entre escravos e ingênuos, muitos deles chegavam à idade adulta. Quase um terço (32,8%) morria entre 15 e 49 anos. Entre as mulheres, esta porcentagem alcançava 38,7%, enquanto que entre os homens era de 27,8%. Os que tinham 50 anos ou mais representavam 14,9% dos mortos, 22,2% entre os homens e 6,5% entre as mulheres.

Entre os livres, a situação não era muito diferente. Senão, vejamos: 25,8% dos livres morriam antes de completar 1 ano de idade. Este número era maior entre os meninos (28,9%) do que entre as meninas (22,1%). Um quarto (24,5%) morria entre 1 e 14 anos. Neste caso, mais entre meninas (27,4%). Na faixa etária de 15 a 49 anos, 24,9% dos mortos eram homens e 34,2% mulheres, total 29,1%. Entre os mais velhos, com 50 anos ou mais, os homens representavam 19,2% dos óbitos e as mulheres 11,1%. Esta faixa etária era responsável por 15,6% do total dos mortos.

**Tabela 5 - Idade ao falecer de livres e escravos/ingênuos de ambos os sexos. Lençóes, 1867-1888**

Faixa etária	Livres		Escravos ou ingênuos	
	N	%	N	%
Menos de 1	176	25,8	18	26,9
1-14	167	24,5	14	20,9
15-49	198	29,1	22	32,8
50 ou mais	106	15,6	10	14,9
Nc	34	5	3	4,5
Total	681	100	67	100

Fonte: FERNANDES, op. cit., p. 84.

Analisando os dados da tabela 5, comparando a mortalidade entre os livres e os escravos, só podemos concluir pela “democratização” da morte. Os números são muito parecidos. Tanto entre livres quanto entre escravos e ingênuos, a mortalidade infantil era extremamente elevada. Em ambos os casos, pouco mais de um quarto dos que morriam tinha menos de 1 ano de idade. Entre 1 e 14 anos há, percentualmente, mais mortos entre os livres que entre escravos e ingênuos. Ou seja, a cor não dava maior possibilidade de sobrevivência a uma criança livre do que a uma escrava ou ingênuo.

Segundo Samara, as crianças brasileiras:

[...] quando não morriam ao nascer, dificilmente chegavam aos cinco anos de vida, por falta de tratamento adequado do cordão umbilical, vestuário e alimentação impróprios e o desprezo pelas moléstias da primeira infância. Todos esses motivos somados à falta de higiene, às más condições das habitações e mesmo à sífilis eram responsáveis pelo grande número de crianças mortas precocemente.<sup>41</sup>

Outra causa das mortes prematuras, segunda a mesma autora, era a utilização de parteiras, “atividade exercida precariamente por brancas, negras e caboclas desde os tempos coloniais e que, além de partejarem, curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas e benzeduras”<sup>42</sup>.

Havia uma grande mortalidade também entre os moradores livres e escravos de Lençóis na faixa de 15 a 49 anos. Isto ocorria especialmente entre as mulheres e aí não há distinção de condição jurídica: 34,2% das mulheres livres e 38,7% das escravas e ingênuas morriam nesta faixa etária e isto se deve, em boa parte, à alta mortalidade presente em situações de parto. Das 105 mulheres livres que morreram nesta faixa, há informações sobre a causa da morte em 71 óbitos. Destes, 29,6% devem-se à morte no parto ou devido à “recaída de parto”; os restantes 70,4% se devem a outras causas. Entre as 12 escravas que morreram nesta faixa etária, em apenas 7 casos há o registro da causa, sendo que morte no parto representa uma delas. Também entre os mais velhos (50 anos ou mais), a morte não levava em conta a condição jurídica da pessoa. Eram 15,6% de livres e 14,9% de escravos ou libertos.

Vimos que, não raro, as autoridades da vila faziam dramáticos apelos ao governo provincial em prol da saúde pública. O “flagelo das bexigas”, a “necessidade de pus vacínico”, a “falta de facultativos” são uma constante nos relatórios e ajudam a explicar a elevada mortalidade de crianças e jovens, pobres ou ricos.

---

<sup>41</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 28.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 28.

Pode-se evocar, novamente, a imagem estabelecida por Franco ao dizer que “era mínima a diferenciação das condições materiais de vida, nessa região, em que pesem as desigualdades de fortuna e de categoria social de seus habitantes”<sup>43</sup>, ao descrever a “quase indigência” que se encontrava o Vale do Paraíba no início do século XIX.

---

<sup>43</sup> FRANCO. Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 116.

## 5 A FAMÍLIA NA FRONTEIRA

### 5.1 Os censos de 1872, 1886 e 1890

Há informações advindas de contagem da população para três momentos específicos de Lençóis: o Recenseamento Geral do Império, de 1872; o relatório elaborado pela Comissão Central de Estatística da província de São Paulo no ano de 1886 (faltam informações sobre alguns municípios); e, por fim, o Recenseamento de 1890.

A primeira contagem da população de Lençóis deu-se com o Recenseamento Geral do Império de 1872 (na Província de São Paulo, realizado em 1874). Este primeiro censo nacional apontou uma população livre de 5.185 almas para a paróquia de Nossa Senhora da Piedade, sendo que 2.644 eram homens e 2.541 eram mulheres. Para as demais paróquias que compunham o município de Lençóis, São Domingos e Santa Cruz do Rio Pardo, a população livre era, respectivamente, de 3.629 e 3.623 almas (TABELA 6). Estas duas últimas paróquias, que não estão contempladas neste estudo, situavam-se ainda mais sertão adentro, do que resulta sua menor população.

**Tabela 6 - População de Lençóis e paróquias, 1872**

	Livres			Escravos			Total da população
	H	M	Total	H	M	Total	
N. S. P. dos Lençóis	2.644	2.541	5.185	337	292	629	5.814
São Domingos	2.004	1.625	3.629	64	52	116	3.745
S. C. do Rio Pardo	1.948	1.675	3.623	109	100	209	3.832
<b>Total</b>	<b>6.596</b>	<b>5.841</b>	<b>12.437</b>	<b>510</b>	<b>444</b>	<b>954</b>	<b>13.391</b>

H – Homens; M – Mulheres.

Fonte: tabela elaborada a partir de: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do passado: dados demográficos**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. 1 CD-ROM.

Ainda de acordo com o censo de 1872, Lençóis possuía 629 escravos, representando 10,8% da população. Destes, 337 eram homens e 292 eram mulheres. Para as demais paróquias que compunham o município de Lençóis, São Domingos e Santa Cruz do Rio Pardo, estas porcentagens eram, respectivamente, 3,1% e 5,5%. Em 1886, o número de escravos em Lençóis era de 436, representando 9,6% da população total. Eram 221 homens e 215 mulheres (TABELA 7).

**Tabela 7 - População escrava de Lençóes em 1872 e 1886**

População escrava em 1872						População escrava em 1886					
Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
337	53,6	292	46,4	629	100	221	50,7	215	49,3	436	100

Fonte:; tabela elaborada a partir de: BASSANEZI, 2001.

A população de Lençóes (livre e escrava) sofreu bruscas e inusitadas variações entre 1872 e 1890, o que pode ser creditado ao intenso movimento de desmembramento de território e de população para a criação de novas vilas. Em 1872, a população total era de 5.814 habitantes, sofrendo um decréscimo em 1886 quando atingiu 4.542. Em 1890, a população deu um salto chegando a 9.452 habitantes (TABELA 8).

**Tabela 8 - População total de Lençóes em 1872, 1886 e 1890**

	Pop. 1872	Pop. 1886	Pop. 1890
N.S.P. Lençóes	5.814	4.542	9.452

Tabela elaborada a partir de: BASSANEZI, 2001.

O presente estudo está relacionado a uma época de desmembramentos e incorporações, o que explica as bruscas variações na população da paróquia de Nossa Senhora da Piedade dos Lençóes (doravante, apenas Lençóes): os desmembramentos verificados na história do município (principalmente das duas outras paróquias, em 1876) acarretaram perda de população que foi compensada com a entrada de novos moradores durante todo o período.

A contagem efetuada em 1886 foi precária em Lençóes, não trazendo a população livre dividida por sexo. Já os censos de 1872 e 1890 (TABELA 9) indicam uma crescente superioridade numérica dos homens sobre as mulheres. A razão de sexo apontada pelo primeiro censo é de 104,05, bem próximo ao total da província, 104,77. Em 1890, era de 112,31, superior à taxa de 104,62 do agora estado de São Paulo<sup>1</sup>.

**Tabela 9 - População livre de Lençóes, 1872 e 1890**

Censo de 1872			Censo de 1890		
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2644	2541	5185	5000	4452	9452

Fonte: tabela elaborada a partir de: BASSANEZI, 2001.

<sup>1</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do Passado**: dados demográficos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. 1 CD-ROM.

Em 1872, a população de Lençóes era essencialmente jovem (TABELA 10): cerca de 60% de homens e mulheres tinham até 20 anos. Quanto mais elevada a faixa etária, menor a população, o que reforça algumas idéias: o povoamento recente da região; a busca, por parte das gerações mais jovens, de oportunidades que a fronteira aberta oferecia; a chegada de casais relativamente jovens trazendo seus muitos filhos e fixando-se na região.

**Tabela 10 - População livre de Lençóes por faixa etária, 1872**

<b>Faixa etária</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>0-10</b>	1036	39,5	963	38	1999	38,7
<b>11-20</b>	571	21,7	571	22,5	1142	22,1
<b>21-30</b>	317	12,1	331	13,0	648	12,6
<b>31-40</b>	174	6,6	173	6,8	347	6,7
<b>41-50</b>	148	5,6	111	4,4	259	5,0
<b>51 ou mais</b>	382	14,5	388	15,3	770	14,9
<b>Total</b>	2628	100	2537	100	5165*	100

Fonte: tabela elaborada a partir de: BASSANEZI, 2001, Quadro 2d.

\* Há uma diferença em relação à população total descrita nas tabelas 9 e 11 em razão de haver 20 “ausentes” (16 homens e 4 mulheres), quando do levantamento. Como é uma diferença relativamente pequena e por estar distribuída entre as faixas etárias, consideramos que ela não altera significativamente os resultados.

O “mercado matrimonial” da fronteira em 1872, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, apresentava boas condições tanto para os rapazes quanto para as moças encontrarem um parceiro para uma união consensual. As faixas etárias que compreendem a idade matrimonial (grosso modo, da faixa 11-20 até a 41-50 anos) apresentam equilíbrio: eram 1210 homens e 1186 mulheres. Portanto, razão de sexo de 102,02.

O relativo equilíbrio entre os sexos nesta fronteira paulista está, provavelmente relacionado à entrada de casais e famílias que reiteravam seu modo de vida, estabelecendo lavouras com produção destinada a consumo próprio e comércio de eventuais excedentes no mercado da vila.

O censo de 1890 não apresenta a população por faixa etária.

**Tabela 11 - População segundo a situação conjugal. Lençóes, 1872**

<b>Situação conjugal</b>	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>		<b>Total</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Solteiros</b>	1878	71,0	1750	68,9	3628	70,0
<b>Casados</b>	741	28,0	755	29,7	1496	28,8
<b>Viúvos</b>	25	1,0	36	1,4	61	1,2
<b>Total</b>	2644	100	2541	100	5185	100

Fonte: tabela elaborada a partir de: BASSANEZI, 2001.



O aumento da participação masculina adulta no conjunto da população, entre os censos de 1872 (TABELA 11) e 1890 (TABELA 12), teve impacto na situação conjugal dos habitantes da vila. Em ambas as datas há mais homens solteiros do que mulheres nesta condição, mas há um nítido aumento desta proporção. O número dos que se declararam casados não coincide em nenhum dos censos, o que pode ser creditado à percepção diferente de parceiros em face da sua situação: casamentos não legalizados, viúvos que se declaravam casados, parceiros que não moravam juntos etc. Pode ser creditado também, principalmente quando o número de homens casados é maior que o das mulheres, à vinda solitária do marido ao mundo da fronteira, deixando esposa e filhos para uma posterior vinda.

**Tabela 12 - População segundo a situação conjugal. Lençóes, 1890**

Situação conjugal	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
<b>Solteiros</b>	3309	66,2	2751	61,8	6060	64,1
<b>Casados</b>	1612	32,2	1507	33,9	3119	33,0
<b>Viúvos</b>	68	1,4	192	4,3	260	2,8
<b>Divorciados</b>	11	0,2	2	-	13	0,1
<b>Total</b>	5000	100	4452	100	9452	100

Fonte: tabela elaborada a partir de: BASSANEZI, 2001.

A grande presença de solteiros é uma das características mais marcantes da fronteira oeste paulista. Muitos deles eram as numerosas crianças que acompanhavam seus pais na aventura da descoberta de novas terras. Outra parcela, porém, eram jovens que vinham tentar a vida e aqui se estabeleciam.

A comparação entre os dois censos mostra isto: a queda, ainda que pequena, no número de solteiros e a correspondente elevação do número de casados é sinal de que a fronteira correspondeu as expectativas de parte da população entrante que fez nela sua morada e sua família.

## 5.2 Os donos do poder - as listas de votantes de 1871, 1876 e 1879

Os primeiros registros paroquiais relativos à população que ocupou a boca do sertão paulista na área compreendida pelos rios Tietê e Paranapanema datam da década de 1850, mas tornam-se mais consistentes e regulares apenas na década seguinte. Como a região começou a ser ocupada logo nas primeiras décadas do século XIX, por povoadores agindo de maneira isolada ou por grupo deles, esta população ainda instável ficou à margem dos

registros por décadas, situação que só seria contornada com a estabilização do povoamento possibilitada pelos frutos que a terra forneceu à sobrevivência das famílias.

O movimento inicial de povoamento desta fronteira da civilização caracterizou-se - é razoável supor - pela irregularidade e inconstância dos fluxos migratórios e por ser em parte formado por gente de vínculos familiares precários ou mesmo inexistentes. Pistas disso nos são fornecidas pelas listas de votantes que qualificavam os cidadãos aptos a votar nas eleições para vereadores e juizes de paz. As possibilidades de uso desta fonte já foram demonstradas por pesquisadores<sup>2</sup>.

Três listas de votantes sobreviveram à ação do tempo e das pessoas e estão disponíveis para análise. A primeira delas é de 1871<sup>3</sup>, a segunda e a terceira, com mais informações, são, respectivamente, de 1876 e 1879<sup>4</sup>. Utilizaremos para esta análise as duas últimas, fazendo referências à primeira quando a base de comparação for a mesma.

O “Alistamento geral dos votantes qualificados na Parochia desta Villa de Lençóes” de 1876 e 1879 traz informações que ajudam a minimizar a incerteza do movimento inicial de povoamento da boca do sertão, além de permitir uma melhor compreensão daquela gente que vivia nos limites do mundo (mal) conhecido e (mal) amparado pelos braços da lei.

As eleições no Império (até 1880) eram diretas, para cargos locais, e indiretas (em dois graus) para o Senado, Câmara dos Deputados e as Assembléias Provinciais. Neste último caso, os votantes escolhiam os eleitores que, por sua vez, elegiam os ocupantes dos cargos públicos. Este sistema vigorou até que, em 1881, todas as eleições passaram a ser diretas<sup>5</sup>.

Participavam das eleições homens com mais de 25 anos (21, se casados ou oficiais militares, e independentemente da idade, se clérigo ou bacharel). Havia exigência de renda mínima anual: 100 mil réis para ser votante e 200 mil réis para ser eleitor. Estes valores foram duplicados em 1846<sup>6</sup>.

A lista de votantes era preparada previamente ao dia das eleições por uma Junta de Qualificação presidida pelo Juiz de Paz. A partir de 1875, pela primeira vez foi exigida documentação que provasse a renda do votante<sup>7</sup>. A lista passa a ter mais informações sobre o votante: além da numeração seqüencial e nome, a idade, o estado, a instrução (“sabe ler ou escrever?”), a filiação, o domicílio e a renda.

---

<sup>2</sup> DAUMARD, Adeline; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria; GRAF, Márcia Elisa de Campos. **História Social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: Ed. UFPR, 1984. p. 140-147.

<sup>3</sup> Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).

<sup>4</sup> Centro de Documentação História de Lençóis Paulista (CDHLP).

<sup>5</sup> NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 10-11.

<sup>6</sup> Ibid., p. 11.

<sup>7</sup> Ibid., p. 12-13.

A confiabilidade das informações da lista de votantes pode ser considerada igual a de qualquer outro documento que dependa de informações prestadas pela população, como os registros paroquiais e cartoriais. Ou seja, deve-se analisar os números com o cuidado que este tipo de fonte exige e, sempre que possível, confrontar seus resultados com outras fontes.

No caso das listas, a renda declarada, por exemplo, podia ser:

[...] conhecida (casos arrolados na lei: oficiais, advogados e solicitadores, médicos, cirurgiões e farmacêuticos, bacharéis, clérigos, professores, proprietário e administradores de fazendas rurais, fábricas e oficinas, entre outros), renda provada (meios de prova de renda legal estabelecidos na lei) ou renda presumida (declaração expressa dos motivos da presunção e fontes de informação utilizadas).<sup>8</sup>

Feita a ressalva que os dados coletados pelas listas referiam-se à uma parte específica da população (homens adultos, com renda anual mínima de 200\$000), ficando de fora os miseráveis que lutavam pela sobrevivência num amplo território que se estendia léguas sem fim, exploremos seus dados.

Entre 1871 e 1879, houve um grande incremento no número de votantes em Lenções, resultado do afluxo de povoadores que para lá se dirigiam, do crescimento populacional e da melhoria econômica de parte da população, o que a qualificava enquanto votante (TABELA 13). De 295 votantes em 1871, passou a 741, em 1879. A vila, como local de domicílio dos cidadãos que apresentavam alguma renda, foi perdendo importância ao longo daquela década: enquanto 23,4% dos votantes tinham-na como domicílio no início da década, ao final dela, esta realidade era vivida por apenas 12,5% dos votantes. A maior parte da população, cada vez mais, espalhava-se pelo vasto território da fronteira, fazendo da vila apenas o local de satisfação das necessidades burocráticas, religiosas ou comerciais. Daí que o incremento populacional, ao menos dos “com renda”, dava-se, em maior grau, nos bairros rurais ou nos sítios isolados dos arredores da vila.

Importante salientar que esta proporção de votantes da área urbana e das áreas rurais não traduz com perfeição a distribuição espacial da população como um todo, uma vez que abarcava apenas a parcela da população qualificada para o exercício do voto. A proporção de moradores da área urbana (ou seja, a vila propriamente dita, centro religioso, comercial e administrativo) que preenchia estes requisitos era maior do que a dos moradores dos bairros rurais, muitos deles vivendo em precárias condições.

---

<sup>8</sup> SALGADO, Elaine Desirée. O processo eleitoral no Brasil Império. **Paraná eleitoral**, n. 47, jan. 2003. Disponível em: <[http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo\\_impresso.php?cod\\_texto=158](http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?cod_texto=158)>. Acesso em: 11 dez. 2006.

**Tabela 13 - Domicílio dos votantes de Lençóes, 1871, 1876 e 1879**

Domicílio	1871		1876		1879	
	N	%	N	%	N	%
Vila	69	23,4	76	18,4	93	12,5
Bairros	226	76,6	338	81,6	648	87,5
<b>Total</b>	295	100	414	100	741	100

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóes, 1871, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

Com base nos registros de batismo e/ou nascimento - aqueles que indicavam o local de nascimento -, pode-se dizer que alguns destes bairros, no entanto, abrigavam uma população maior que a própria vila.

A população apta a votar era essencialmente jovem (TABELA 14), como de resto era jovem boa parte da população desta região de povoamento recente e que ainda recebia moradores de várias partes da província de São Paulo e até de outras.

**Tabela 14 - Participação dos votantes por faixa etária, em 1871 e 1879.**

Faixa etária	1871		1876		1879	
	N	%	N	%	N	%
20 a 30 anos*	114	38,6	156	37,7	301	40,6
31 a 40 anos	95	32,2	139	33,6	217	29,3
41 a 50 anos	64	21,7	74	17,9	130	17,5
51 anos ou mais	22	7,5	45	10,8	93	12,6
<b>Total</b>	295	100	414	100	741	100

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóes, 1871, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

\* O eleitor mais jovem em 1871 tinha 24 anos; em 1876, 20 anos; e, em 1879, 22 anos.

Vimos que tinham direito a voto homens com pelo menos 25 anos. Aos 21 anos, também tinham este direito homens casados ou oficiais militares. Outros, independentemente da idade, também podiam votar: eram os clérigos e bacharéis. Em Lençóes, no entanto, há, na lista de 1876, seis lavradores com 20 anos de idade, todos casados. Vista grossa das autoridades ou, talvez, interesses convergentes das autoridades responsáveis e dos cidadãos poderiam explicar esta fraude, não fosse por um detalhe: seria menos arriscado fraudar na idade, imputando 21 anos, pelo menos, aos pretensos votantes. Até porque, as idades – nesta época, neste ambiente, nestas condições – eram, para muitos, apenas aproximações e seriam menos objeto de desconfiança numa instância superior do que uma declarada idade imprópria – fraude facilmente detectável. Resta a hipótese de desconhecimento dos detalhes da lei (21 anos, para os casados), plausível para aquela gente que estava apenas começando a elaboração de um aparato institucional. Algo como o descrito por Franco, citando Saint-Hilaire,

referindo-se aos homens do Vale do Paraíba, mesmo os mais abastados: revelavam extrema ignorância, limitada inteligência e pouco critério<sup>9</sup>.

O padrão etário apresentou uma certa regularidade nas três listas. A porcentagem de votantes jovens, menores de 30 anos, foi grande durante todo o período, próxima de 40%, resultado do recente processo de povoamento da região. Apenas uma pequena parte dos votantes era natural da vila de Lençóis; a maioria era formada por entrantes – crianças e jovens à época da chegada.

A regularidade – mas não a realidade - do padrão etário fica comprometida apenas no que se refere aos votantes mais velhos, de 51 anos ou mais: eram 7,5%, em 1871; passaram a 10,8%, em 1876, chegando a 12,6%, em 1879. É uma indicação de que a população advéncia era selecionada, entre outros fatores (herdeiros, casais ou solteiros jovens em busca de oportunidades etc.), pelo critério da resistência aos rigores das longas jornadas: os mais velhos eram exceções. Os jovens entrantes, no entanto, foram envelhecendo. A lista do começo da década ainda é afetada pelo recente movimento de entrada de povoadores e seu desequilíbrio etário. Ao longo da década, no entanto, os efeitos “artificiais”, exógenos desta imigração vão se diluindo na estabilização da população, o que se reflete na lista de 1879 – envelhecimento “natural” dos votantes. De qualquer forma, a porcentagem de eleitores mais velhos é compatível com a população nesta faixa etária: 14,5% dos homens e 15,3% das mulheres, pelo censo de 1872.

Sabemos que parte dos pioneiros da região era formada por foragidos da justiça ou do alistamento militar, herdeiros de gado, terras e escravos que vinham tentar a sorte na fronteira aberta, deserdados e outros tipos, enfim, aventureiros de toda espécie. Indivíduos solitários - muitos deles, filhos ilegítimos - também buscavam oportunidades que a terra natal já não oferecia.

A filiação indicada em algumas das listas (TABELA 17. Não há esta indicação na lista de 1871) dá indicações de quão precárias eram as ligações familiares destes pioneiros, ou melhor, De alguns deles, aqueles que conseguiram formar um patrimônio mínimo para se qualificarem enquanto votantes. Ainda uma vez mais podemos perceber a estabilização da vida social dos habitantes da fronteira do mundo “civilizado”.

Qual parcela da população, por faixa etária, tinha o mínimo de recursos econômicos, ou seja, tinham direito a voto? É possível esboçar uma resposta a esta questão relacionando os dados da Tabela 14 com o censo de 1872. Sabe-se que este censo foi, na

---

<sup>9</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 116.

província de São Paulo, realizado apenas em janeiro de 1874<sup>10</sup>. Como não há disponível uma lista de votantes para este ano, podemos fazer uma projeção utilizando como baliza as duas listas conhecidas, de 1871 e 1876. A Tabela 15 simula o número de votantes para os anos intermediários, supondo um crescimento regular de ano para ano.

**Tabela 15 - Projeção de votantes para os anos de 1872 a 1875**

<b>Faixa etária</b>	<b>1871</b>	<b>1872</b>	<b>1873</b>	<b>1874</b>	<b>1875</b>	<b>1876</b>
20 a 30 anos*	114	122,4	130,8	139,2	147,6	156
31 a 40 anos	95	103,8	112,6	121,4	130,2	139
41 a 50 anos	64	66	68	70	72	74
51 anos ou mais	22	26,6	31,2	35,8	40,4	45
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>318,8</b>	<b>342,6</b>	<b>366,4</b>	<b>390,2</b>	<b>414</b>

\* O eleitor mais jovem em 1871 tinha 24 anos

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóes, 1871 e 1876. AESP e CDHLP

Procedeu-se da seguinte forma: subtraiu-se os votantes de 1871 daqueles de 1876; este resultado foi dividido por 5, número correspondente ao intervalo entre aqueles anos. O número encontrado foi sendo adicionado em cada ano, a partir de 1871, formando uma seqüência regular entre aquele ano e o de 1876. Provavelmente, o crescimento real do número de votantes não teve esta regularidade, mas os números são um parâmetro, na falta dos dados empíricos.

**Tabela 16 - Porcentagem de votantes entre a população livre masculina, 1874**

<b>Faixa etária</b>	<b>População</b>	<b>Votantes**</b>	<b>%</b>
21 a 30 anos*	317	139,2	42,9
31 a 40 anos	174	121,4	69,8
41 a 50 anos	148	70	47,3
51 anos ou mais	382	35,8	9,4
<b>Total</b>	<b>1021</b>	<b>366,4</b>	<b>35,9</b>

\* O eleitor mais jovem em 1871 tinha 24 anos

\*\* Projeção, conforme Tabela 15.

Fonte: Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóes, 1871 e 1876 e Censo 1872.

Chegamos, então, à Tabela 16, que mostra a abrangência da legislação eleitoral no que concerne à renda. Um pouco mais de um terço da população masculina com idade mínima para votar tinha, efetivamente, este direito. Isto representa 7,1% da população total (livre) da vila. Por faixa etária, vemos que os resultados não são uniformes. Os votantes mais jovens representavam 42,9% da população na faixa etária de 21 a 30 anos. Um dado, porém, torna este número cercado de cuidados, uma vez que, por uma razão sem explicação aparente,

<sup>10</sup> BASSANEZZI, op. cit.

o eleitor mais jovem desta lista tinha adiantados 24 anos. É improvável – nas condições da região - não haver jovens de 23 anos e até menos, casados e com renda igual ou superior a 200\$000. Talvez mais um “descuido” das autoridades.

Da população de 174 cidadãos com idade entre 31 e 40 anos, projetados 121,4 tinham direito a voto: 69,8%. Os números caem nas faixas etárias seguintes: 47,3%, na faixa de 41 a 50 anos, e 9,4% entre os que tinham 51 anos ou mais.

Esta grande abrangência do eleitorado, principalmente entre os mais jovens, leva a novas questões: a renda mínima de 200\$000, estabelecida pela legislação eleitoral, era tão fácil de amealhar por uma população lavradora? Ou então, os 200\$000 declarados eram factíveis, ou apenas fictícios?

Com relação a esta última questão, deve-se salientar que a lista, no quesito renda, traz uma monótona seqüência de “200\$000”, interrompida ocasionalmente por um “400\$000”; 600\$000”; e, mais raramente, um valor igual ou superior a 1:000\$000. Fica a forte impressão de que a renda mínima era uma espécie de “senha” para a entrada no mundo dos votantes. O que não significa que qualquer um podia declarar o que bem entendesse. Embora a lei falasse também em “renda presumida”, dando brecha para o improvável, não é razoável supor que lavradores – conhecedores uns dos outros – declarariam uma renda muito além de sua real capacidade de adquiri-la.

Quanto à facilidade de amealhar tal renda anual, pode-se usar como parâmetro alguns valores da época – avaliações extraídas de inventários do ano de 1871: 27 porcos de 6 meses e um asno avaliados por 130\$000<sup>11</sup>; 3 vacas com cria, 90\$000; 3 novilhos de 2 para 3 anos, 60\$000; 1 novilha de 4 anos, 25\$000; 3 novilhas de 2 para 3 anos, 60\$000; 2 cavalos, 70\$000; 1 potranca, 4 anos, 15\$000; 8 carneiros, 14\$000; 30 porcos criados, 300\$000<sup>12</sup>; 1 égua, 16\$000; 1 cavalo, 40\$000<sup>13</sup>. Estava avaliada em 350\$000, uma chácara na margem do rio Lençóis<sup>14</sup>.

Vê-se que uma pequena criação negociada ou um pequeno lote de terra poderia ser suficiente para que o lavrador estipulasse sua renda em 200\$000. A criação de porcos, por exemplo, era uma atividade muito comum na região, tanto pela sua importância na alimentação, quanto pelo seu baixo custo.

A grande abrangência do número de eleitores explica-se, então, pela negligência ou falta de rigor das autoridades na qualificação, pela elasticidade do conceito de “renda

---

<sup>11</sup> Inventário de João da Costa Raposo, 25 de fevereiro de 1871, CPOCA.

<sup>12</sup> Inventário de Luiza Maria de Jesus, 22 de março de 1871, CPOCA.

<sup>13</sup> Inventário de Antonio Francisco de Paula, 17 de março de 1871, CPOCA.

<sup>14</sup> Inventário de M. Rocha Leite, 29 de março de 1871, CPOCA.

presumida”, pelas possibilidades reais do cidadão conseguir a renda determinada e, por fim, pelo fato da legislação não ser tão restritiva como poderia parecer à primeira vista.

Sérgio Buarque de Holanda corrobora esta última afirmação, ao se referir ao limite de renda estabelecido pela Constituição de 1824:

Este limite de renda, que se estabelecera por julgar-se que indicaria um relativo grau de independência para o votante, ainda que fosse restritivo em 1824, deixava de sê-lo cinquenta anos mais tarde, mesmo com o aumento havido quando se mudou o valor da moeda, e na proporção dessa mudança. Dizia-se, então, que só mendigos não estariam em condições de atender a semelhante exigência, de sorte que era possível afirmar a existência, na prática, do sufrágio universal.<sup>15</sup>

Vale dizer, uma grande parcela da população adulta masculina tinha direito a voto.

Há poucos trabalhos que se utilizam desta fonte, mas já são suficientes para confirmar o que se descobriu para a vila de Lençóes, a saber, a existência, na prática, do sufrágio universal masculino. Neila Ferraz Moreira Nunes<sup>16</sup> encontrou, como média das três paróquias de Campos dos Goytacazes, na década de 1870, a seguinte proporção de votantes: representavam 23% dos homens livres; 11,4% da população livre; e, por fim, 6,9% da população total. Em Lençóes, estes números são, respectivamente, 13,9%; 7,1%; e 6,3%. Ressalte-se que, para Lençóes, fez-se uma projeção do número de votantes de modo a poder compará-lo aos números do Censo de 1872 (1874); enquanto que, para Campos dos Goytacazes, Nunes utilizou o Censo de 1872, para a população, e Listas de Qualificação de 1876, para uma paróquia, e de 1878, para outras duas. Portanto, utilizou dados de anos diferentes, conforme alerta a própria autora (nota 13).

Entre os mais velhos, a parcela da população votante era menor. Pode-se arriscar algumas hipóteses para isto: eram, em parte, recém-chegados à região, já entrados na idade e que ainda não haviam conseguido a renda necessária; muitos talvez fossem dependentes economicamente dos filhos, sem condições de produzir e apresentar renda; ou, simplesmente, eram anônimos na região.

Boa parte dos votantes não declarou, em 1876, os nomes paternos (TABELA 17): eram 211; 2 declararam o nome da mãe, e 201 (48,6%) declinaram o nome do pai. Apenas três anos depois, o desconhecimento do pai tem uma acentuada queda: 213 votantes não o nomearam; para outros 5, o campo “filiação” está em branco; 4 deles declinaram o nome da

<sup>15</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.) **História geral da civilização brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. t. 2. v. 7. p. 211.

<sup>16</sup> NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 dez. 2006.



mãe por, supõe-se, desconhecer o pai. Portanto, 222 deles, representando 30% do total de 741 votantes, desconheciam o nome do pai. De uma lista para outra, portanto, houve um acréscimo substancial de votantes, resultado tanto da tardia entrada de novos povoadores, quanto um sinal de que as possibilidades de ganhar a vida no sertão finalmente começaram a se concretizar: mais pessoas tinham a renda mínima exigida. Entre estes novos votantes, uma grande parte tinha um histórico familiar mínimo: sabia quem era seu pai.

**Tabela 17 - Ascendência paterna desconhecida ou não declarada, em 1876 e 1879**

País	1876		1879	
	N	%	N	%
<b>Declarados</b>	201	48,6	519	70
<b>Não declarados</b>	213	51,4	222	30
<b>Total</b>	414	100	741	100

Tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóis, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

Analisando por faixa etária (TABELA 18), percebemos que os números são condizentes com a percepção de que muitos dos pioneiros – ou seja, os mais velhos dentre os votantes – eram pessoas cujos laços familiares haviam se perdido no tempo.

**Tabela 18 - Ascendência paterna desconhecida ou não declarada, por faixa etária, em 1876 e 1879**

Faixa etária	1876		1879	
	N	%	N	%
20-30 anos	48	30,7	57	18,9
31-40 anos	81	58,3	56	25,8
41-50 anos	48	64,9	52	40,0
51 anos ou mais	36	80	57	61,3
<b>Total</b>	213		222	

Tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóis, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

Estes dados vêm confirmar a idéia de estabilização da população no transcorrer do período. O desconhecimento dos pais entre os jovens de 20 a 30 anos reduziu de 30,7%, em 1871, para 18,9%, em 1879. É a passagem de uma fase de povoamento recente - característica da fronteira -, marcada pela entrada de pessoas de ascendência desconhecida, para outra, de estabilização e formação de famílias. Pode-se ter aqui, também, um sinal da maior presença do Estado e da Igreja, ou seja, à elaboração da ordem institucional a que já nos referimos.

Mais uma vez é preciso alertar que a acentuada diferença dos números num intervalo de tempo de apenas três anos não é reflexo apenas da entrada tardia de novos

povoadores ou do crescimento vegetativo da população, mas também pela melhoria da renda de parte da população, possibilitando sua entrada no mundo dos “votantes”.

Os dados permitem caracterizar parte da população que povoou a região, reforçando aquilo que já se disse: eram foragidos, errantes, aventureiros de todo tipo, filhos naturais gerados à margem da “moral e dos bons costumes”, em suma, sem vínculos familiares, ou, ao menos, sem a preocupação com eles. Muitos deles, provavelmente, filhos ilegítimos ou bastardos.

Conforme se avança na faixa etária, em ambos os anos, aumenta a porcentagem daqueles que declararam desconhecimento do nome paterno. Ou seja, a curva de “desconhecimento” é praticamente a mesma, o que muda é o seu patamar. Conforme os anos avançam, vai ficando para trás, literalmente, o passado esquecido.

Qual era a ocupação desta elite fronteiriça? Os dados confirmam (TABELA 19) o que parece claro já num primeiro momento: a imensa maioria dos votantes, tanto de 1871 (83,7%), quanto de 1876 (87%) e 1879 (86,6%), era formada por lavradores, seguida de longe pelos que se declararam negociantes: 22, ou 7,5%, em 1871; 34, ou 8,3%, em 1876; e 34, ou 4,6%, em 1879. Havia alguns poucos fazendeiros (7, em 1871; 17, em 1879), e funcionários públicos (2, depois 1 e 7). A incipiente vida jurídico-administrativa da vila, mesmo em 1879, se reflete no pequeno número de magistrados (2), escrivães (2), advogado (1), coletor (1) e funcionários públicos (7, sendo 5 “empregados públicos”, 1 “funcionário público” e 1 “funcionário da câmara”).

A vila era o único lugar em que os lavradores não eram a maioria. Para se ter uma idéia disto, os números a seguir referem-se à lista de 1879: 24 lavradores declararam seu domicílio na área urbana (25,8% dos votantes da vila). Eram negociantes 31 deles (33,3%). Os demais votantes da vila naquele ano tinham ocupações tipicamente urbanas: eram empregados e funcionários públicos (7), pessoas que viviam de “agências” (5), magistrados (2), alfaiates (2) e outros. Os bairros rurais abrigavam os demais 648 votantes. Deles, 618 (95,4%) eram lavradores e 15 se declararam fazendeiros (2,3%).

**Tabela 19 - Ocupação dos votantes, em 1871, 1876 e 1879.**

Ocupação	Votantes 1871		Votantes 1876		Votantes 1879	
	N	%	N	%	N	%
Lavrador	247	83,7	360	87	642	86,6
Negociante	22	7,5	34	8,3	34	4,6
Fazendeiro	7	2,4	-	-	17	2,3
Carpinteiro/marceneiro			6	1,5	13	1,7
Funcionário público	2	0,7	1	0,2	7	0,9
Advogado	1	0,3	1	0,2	1	0,1
Artista					5	0,7
Agência					5	0,7
Alfaiate					2	0,3
Carreiro			1	0,2	2	0,3
Coletor			1	0,2	1	0,1
Escrivão			3	0,7	2	0,3
Magistrado / Juiz			1	0,2	2	0,3
Maquinista					2	0,3
Sapateiro			2	0,5	1	0,1
Outros*	16	5,4	4	1	5	0,7
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>100</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>741</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lenções, 1871, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

\* Na lista de 1871, são 16 “off” (provavelmente oficiais). Foi possível identificar alguns: alfaiate, carpinteiro, ferreiro, marceneiro, ourives, seleiro e torneiro.

Na lista de 1876, são: seleiro (2), solicitador e tabelião.

Na lista de 1879, são: ferreiro, proprietário, solicitador, tropeiro, e vigário.

A distinção entre “fazendeiro” e “lavrador” parece ser o tamanho da propriedade ou, num critério parecido, a renda declarada. No entanto, nem sempre este critério foi obedecido: há casos de lavradores declarando renda de 1:000\$000, como de fazendeiro com renda de 400\$000. Para complicar, ninguém se declarou, ou nem foi qualificado, “fazendeiro”, em 1876, o que revela a tênue linha divisória que separava este de um “lavrador”, embora pareça claro que o tamanho da propriedade os diferenciase.

**Tabela 20 - Votantes segundo instrução, em 1876 e 1879**

Sabem ler ou escrever	Votantes 1876		Votantes 1879	
	N	%	N	%
Sim	156	37,7	316	42,6
Não	258	62,3	425	57,4
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>741</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lenções, 1876 e 1879. AESP e CDHLP.

A maioria dos moradores da fronteira era analfabeta. Entre os votantes, a situação não era diferente. Esta situação, como as demais que permitem aferir o grau de “normalização” da vida social, sofreu alterações com o tempo, sempre no sentido crescente.

Senão, vejamos: 258 votantes (62,3%) declararam não saber ler ou escrever, em 1876; eram 425 (57,4%), em 1879, conforme a Tabela 20.

Ou seja, a menor parte era instruída ou, ao menos, respondeu afirmativamente à questão “sabe ler ou escrever?”: 37,7%, em 1876; 42,6%, em 1879.

**Tabela 21 - Votantes segundo instrução e domicílio, em 1876 e 1879**

Domicílio	Lista de 1876			Lista de 1879		
	Votantes	Sabem l/e	%	Votantes	Sabem l/e	%
Vila	75	61	81,3	93	73	78,5
Bairros	339	95	28	648	243	37,5
<b>Total</b>	414	156		741	316	42,6

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóes, 1876 e 1879. AESP e CDHLP.

Na vila, onde as profissões exigiam melhor qualificação, as porcentagens de “alfabetizados” votantes eram flagrantemente maiores: 81,3%, em 1876; 78,5%, em 1879, enquanto que nos bairros rurais, habitados em larga escala por lavradores, apenas 28% (1876) e 37,5% (1879) declararam ter tal habilidade (TABELA 21). Há um pequeno decréscimo da alfabetização entre os votantes da área urbana, compensado largamente pelo aumento significativo de votantes das áreas rurais capazes de assinar o próprio nome, reflexo também da maior institucionalização da vida social. A melhoria econômica das famílias pode ter propiciado novas oportunidades de leitura e escrita para parte da população. As primeiras escolas primárias masculinas e femininas já funcionavam em 1868<sup>17</sup>, havendo um professor para os meninos já no início da década de 1860 que atendia à parcela da população em condições de dispensar por alguns momentos do dia a mão-de-obra infantil.

Instrução e renda caminhavam juntas: em 1871, 26 dos 27 votantes com renda de 1:000\$000 ou mais eram alfabetizados (96,3%). Já em 1879, dos 68 votantes com tal renda, 64 deles (94,1%) declararam saber ler e escrever. Está fora dos objetivos deste trabalho saber se a instrução permitiu o progresso econômico do cidadão e sua família, ou se, pelo contrário, a situação econômica é que permitiu o acesso das famílias às primeiras letras que a vila já oferecia aos que podiam pagar.

Se instrução e renda caminhavam juntas, instrução e dominação não tinham relação menor. Ao tratar do contexto caiçara, “inculto e rude”, Marcílio afirma que as chances de dominação dos alfabetizados eram dobradas porque “poderiam requerer terras, processar invasores ou importunos de suas posses, fazer valer seus direitos, ser eleitos homens

<sup>17</sup> Offícios diversos, Caixa 296, Ordem 1091, Pasta 1, AESP.

‘republicanos’, [...] deterem o poder local”<sup>18</sup>. O mesmo se pode dizer da sociedade “inculta e rude” de Lençóis.

Embora de difícil determinação em muitos casos, a renda declarada possibilita identificar os que estão no topo da hierarquia econômica (TABELA 22).

**Tabela 22 - Votantes segundo renda declarada, em 1871, 1876 e 1879**

Renda	1871		1876		1879	
	N	%	N	%	N	%
200\$000	207	70,2	309	74,6	443	59,8
De 200\$000 até 999\$999	75	25,4	78	18,9	230	31,0
1:000\$000 ou mais	13	4,4	27	6,5	68	9,2
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>100,0</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>741</b>	<b>100,0</b>

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóis, 1871, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

Poucos votantes de 1871 tinham renda de 1:000\$000 ou mais: eram 13 (4,4%). Com o decorrer do tempo, houve um acréscimo nesta elite: um, pequeno, para 6,5% (27 votantes), em 1876; outro, considerável, para 9,2% (68 votantes), em 1879.

O ano de 1876 parece ter sido atípico, neste aspecto de renda. Houve, conforme a Tabela 22, um aumento proporcional do número de votantes com renda mínima exigida (de 70,2%, em 1871, para 74,6%, em 1876), em detrimento dos que apresentavam uma “renda média” (de 200\$000 a 999\$000), que reduziram, em termos proporcionais, de 25,4% (75 indivíduos) para 18,9% (78 indivíduos).

Há registros de dificuldades provocadas por uma grande seca no ano de 1873, relatada numa correspondência enviada ao governo provincial, que concorreu para que:

[...] as colheitas dos generos alimentícios no corrente anno tem sido diminuta a ponto de haver miseria de mantimentos com o que muito tem de soffrer a classe menos abastada, dando assim motivo para algumas pessoas arrematarem as colheitas dos agricultores dos generos de primeira necessidade para depois venderem por preços fabulosos que a classe indigente não os poderão comprar ficando por essa razão expostos a fome.<sup>19</sup>

Pode estar aí tanto a causa do empobrecimento de parcela dos votantes, quanto do surgimento dos “novos ricos” (talvez alguns daqueles que vendem os gêneros a “preços fabulosos”).

<sup>18</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara**: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006. p. 233.

<sup>19</sup> Documento CP. 74. 17. 1, ALESP-DAH.

Na lista de 1871, apenas 13 votantes declararam renda igual ou superior a 1:000\$000; 12 deles tinham exatamente este valor, o outro declarou 2:000\$000. Era o coronel Joaquim de Oliveira Lima.

Em 1876, o topo da elite (renda igual ou superior a 1:000\$000) estava ocupado por 27 cidadãos, assim distribuídos: 1 tinha renda de 1:000\$000; 23 avaliaram sua fortuna em 1:600\$000; 1 em 2:000\$000; e, finalmente, 2 deles que eram os mais ricos, com renda de 4:000\$000. Novamente aparece entre estes dois últimos, o coronel Joaquim de Oliveira Lima; o outro rico era o juiz de direito Luis Ernesto Xavier.

Entre os 68 homens ricos da lista de 1879, eram verdadeiros potentados locais 5 deles, os que apresentaram renda de 6:000\$000: José Emigdio de Almeida Cardia (futuro Barão de Avanhandava); Joaquim de Oliveira Lima; Joaquim Moreira Machado de Oliveira e Delfino Alexandrino de Oliveira Machado (ambos filhos de Joaquim de Oliveira Lima); e Mamede Feliciano de Oliveira Rocha (genro e sobrinho de Joaquim de Oliveira Lima).

O patriarca Oliveira Lima comandava uma família poderosa. Em 1879, é qualificado na lista como sendo casado, idade de 64 anos (outros registros indicam que nasceu em 1812), sendo considerado lavrador (na de 1871 é tido como fazendeiro), sabendo ler e escrever e morador no quarteirão do Barreiro.

A maioria dos votantes nas três listas declarou renda de 200\$000, exatamente o mínimo que exigia a legislação eleitoral para a qualificação. Coincidência?

Tinham moradia urbana 32 (47,1%) dentre os 68 votantes de 1879 melhor posicionados em termos de renda. Na lista de 1871, a proporção é quase a mesma, 6 (46,2%) entre os 13 votantes moravam na vila. No entanto, em 1876, os moradores da vila eram em número de 18 dentre 27, representando 66,7%. A crise na agricultura - já aludida - empobreceu os que viviam da lavoura, poupando as profissões urbanas e concentrando a riqueza na vila.

A Tabela 23 confirma esta afirmação. Enquanto na lista de 1879 (portanto, anos depois da crise), 39,8% dos ricos detinham sua renda de atividades não ligadas à terra (juiz, advogado, negociante, coletor etc.); em 1876 (tempo em que os reflexos da crise ainda se faziam sentir), este número é de 66,7% (eram principalmente negociantes). Ou seja, a riqueza advinda da terra sofreu um recuo.

Ainda assim, a renda da terra era a maior riqueza da boca do sertão. A elite formada pelos 68 (em 1879) mais ricos tirava sua riqueza da terra, em primeiro lugar: eram lavradores e fazendeiros, com todas as incongruências que cercavam sua distinção. Muitos

destes que viviam da renda da terra tinham também moradia na vila e assim declararam na qualificação.

**Tabela 23 - Renda\* segundo a ocupação, em 1876 e 1879**

Ocupação	1876		1879	
	N	%	N	%
Lavrador	9	33,3	24	35,3
Negociante	11	40,8	18	26,4
Fazendeiro			16	23,5
Escrivão	1	3,7	2	2,9
Agência			1	1,5
Advogado	1	3,7	1	1,5
Coletor	1	3,7	1	1,5
Func. público	1	3,7	1	1,5
Magistrado/Juiz	1	3,7	2	2,9
Solicitador	1	3,7		
Proprietário			1	1,5
Tabelião	1	3,7		
Vigário			1	1,5
<b>Total</b>	27	100,0	68	100,0

\* Igual ou superior a 1:000\$000.

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóes, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

Os negociantes também respondiam por boa parte da riqueza: eram em 18 (26,4%). Havia, ainda, um pequeno segmento que ocupava cargos na burocracia do estado: eram escrivães, magistrados, coletor, coletor e funcionário público.

A maior parte dos votantes já constituía família (TABELA 24): durante toda a década representada pelas três listas, o número de votantes casados passou de 80%. Eram solteiros 9,5%, em 1871; 10,1%, em 1876; e 15,8%, em 1879. Viúvos eram a minoria, não passando de 4% em todo o período.

**Tabela 24 - Situação conjugal dos votantes, em 1871, 1876 e 1879.**

Estado	1871		1876		1879	
	N	%	N	%	N	%
Casados	259	87,8	358	86,5	602	81,2
Solteiros	28	9,5	42	10,1	117	15,8
Viúvos	8	2,7	14	3,4	22	3,0
<b>Total</b>	295	100,0	414	100	741	100,0

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóes, 1871, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

Os votantes com idade de 50 anos ou mais eram em número de 30 em 1871: 28 eram casados e 2 eram viúvos. Em 1876, os que estavam nesta faixa etária eram 62: 53

casados; 7 viúvos, e 2 solteiros apenas (celibato definitivo de 3,2%). Os votantes com 50 anos ou mais eram 121 em 1879. Destes, 4 (3,3%) eram solteiros, os celibatários definitivos; e 11 (9,1%), eram viúvos.

Entre os votantes, muitos eram irmãos, ao menos filhos do mesmo pai. Tomando como base a coluna filiação, da lista de votantes, foi possível estabelecer um quadro com o número de filhos de cada pai (TABELA 25). Em 1876, havia 133 pais, sendo que 84 deles (63,1%) foram citados apenas uma vez; outros 30 (22,6%) tinham 2 filhos presentes entre os votantes; 15 (11,3%) tinham 3 filhos; e 4 (3%) tinham 4 filhos. Em 1879, é bem maior o número de pais, assim como o de votantes. Dos 344 pais, 250 (72,7%) foram citados apenas uma vez; outros 39 (11,3%) tinham 2 filhos presentes entre os votantes; 34 (9,9%) tinham 3 filhos; 11 (3,2%) eram pais de 4 filhos, e outros 10 (2,9%) foram citados por 5 votantes como pai.

Aliás, boa parte da população dos bairros era formada por famílias. Filhos que se casavam e passavam a ocupar terras anteriormente pertencentes aos seus pais; primos que se casavam e se estabeleciam na região; pais que adquiriam novas terras próximas às suas e as destinavam aos filhos em idade de trabalhar; desta forma, os vínculos familiares permaneceram ao longo do tempo.

**Tabela 25 - Número de filhos votantes, em 1876 e 1879.**

Nº de filhos	1876		1879	
	Nº de pais	%	Nº de pais	%
1	84	63,1	250	72,7
2	30	22,6	39	11,3
3	15	11,3	34	9,9
4	4	3	11	3,2
5	-	-	10	2,9
<b>Total</b>	133	100	344	100

Fonte: tabela elaborada a partir das listas de votantes de Lençóis, 1876 e 1879. AESP e CDHLP

Lista de 1879: no bairro do Bauru havia os Borges, os Prestes, os Santos, os Prado etc.; na Fartura: família Rosa, Vieira, Pereira, Espírito Santo e outras; Fortaleza: os Aguiar, os Alcântara, os Siqueira etc.; na Grama, as famílias Maciel, Godoy e outras; no bairro do Pouso Alegre, eram comuns os Oliveira, os Venâncio Pires, os Freitas, os Lima etc.

Estes casos de vários membros de uma mesma família estarem presentes como votantes podem indicar uma transferência de condições de acúmulo de riqueza dos pais para os filhos. O sucesso dos pais possibilitava aos filhos seguir o mesmo caminho da sobrevivência digna, mesmo que o número de filhos (homens) fosse algo elevado, como 4 ou 5.



Antonio José Prestes tinha 51 anos em 1879. Morava no bairro do Bauru, onde era fazendeiro. Alfabetizado, declarou uma renda de 2:000\$000. Casado, tinha 5 filhos, todos moradores no mesmo bairro, alfabetizados e com uma mesma renda declarada: 400\$000. Suas idades eram: 33 (casado, fazendeiro); 31 (viúvo, lavrador); 30 (solteiro, lavrador); 28 (solteiro, lavrador); e também 28 (casado, lavrador).

Por outro lado, como já visto, era grande o número de votantes qualificados que conseguiram sobreviver sem a presença do pai, ou ao menos, desconhecendo-o: eram 51,4% em 1876, e 30% em 1879.

Entre aqueles que declararam desconhecimento dos pais, o que mais amealhou fortuna foi José da Silva do Espírito Santo. Tinha 58 anos em 1879, declarou-se fazendeiro, sem instrução, morador do bairro da Fartura, casado e sem filhos constantes da lista do mesmo ano. Renda declarada: 4:000\$000 (em 1876, declarou renda de 1:600\$000). Sabe-se por outras fontes mais detalhes de sua vida. Natural de Pouso Alegre (Minas Gerais), era casado com Ana Maria do Carmo e teve, ao menos, 4 filhas: Maria, nascida em 15/10/1875<sup>20</sup>; Mariana<sup>21</sup>, nascida em 17/3/1877; Ana<sup>22</sup>, batizada em 19/5/1879 e falecida 9 dias depois<sup>23</sup>; e outra menina com o mesmo nome, Ana<sup>24</sup>, batizada em 23/10/1881.

A fronteira oeste da província paulista na segunda metade do século XIX era uma vasta área de povoamento ralo e disperso com alguns núcleos urbanos à feição de “bocas do sertão” – ponto de apoio de expedições que demandavam os confins da província. Parte desta população vivia à margem das leis e sujeita aos perigos e percalços de toda espécie: índios, animais ferozes, doenças, isolamento etc.

No entanto, as listas de votantes nos mostram que outra parte desta população abrigou-se em núcleos urbanos ou em seu entorno – nos bairros rurais, estabilizou-se, formou famílias, conquistou renda e se qualificou para o exercício do voto. Tais fontes nos permitem compor o representante desta parcela da população, no final da década de 1870: era jovem (menos de 40 anos); lavrador; renda declarada de 200\$000; morava num dos inúmeros bairros rurais espalhados pela região e, por fim, não sabia ler ou escrever o próprio nome.

---

<sup>20</sup> Livro de Batismos 29, registro 567, 7 de novembro de 1875, ACB.

<sup>21</sup> Ibid., registro 980, 23 de abril de 1877.

<sup>22</sup> Livro de Batismos 33, registro 396, 19 de maio de 1879, ACB.

<sup>23</sup> Livro de Óbitos 12, registro 366, 28 de maio de 1879, ACB.

<sup>24</sup> Livro de Batismos 33, registro 914, 23 de outubro de 1881, ACB.

### 5.3 Livros da vida e da morte

Os registros utilizados para a pesquisa da família na fronteira estão em bom estado de conservação, à exceção de um ou outro que ficou exposto à incúria dos responsáveis à época pelo registro. Já foi citado o desabafo do padre Magnani que, ao assumir a paróquia, encontrou livros com folhas rasgadas “no fundo de uma gaveta na sacristia”, e atribuiu o fato ao “ódio de sacerdotes” ao seu nome e ao seu serviço. Casos à parte, o estado geral da documentação permite uma leitura corrente e quase sempre segura.

Os primeiros registros paroquiais concernentes ao povoado de Lençóes encontram-se nos livros de Botucatu, pois em Lençóes ainda não havia padre nem igreja. A partir de 1861 começam a surgir os livros específicos para os registros lençoenses. Os registros cartoriais surgem a partir de 1876.

Os registros de batismos normalmente trazem como informação o número de ordem, a data do batismo, a data de nascimento (ou a idade em dias, meses ou anos), o nome da criança, de seus pais e de seus padrinhos. Os cartórios anotavam, além destes dados, também o lugar de nascimento, a profissão e naturalidade dos pais, os nomes de todos os avós, os padrinhos e suas respectivas moradias e ocupações. Alguns registros assinalavam onde os pais haviam se casado. Indicava, ainda quando o pai era ou não alfabetizado, pela impossibilidade do mesmo assinar seu nome.

Os registros paroquiais de casamentos trazem: número de ordem, data, nomes dos noivos e de seus pais. Alguns trazem ainda a naturalidade, a profissão e a idade dos noivos. Os registros cartoriais permitem também averiguar a instrução dos noivos.

Os registros paroquiais de óbitos indicam o número de ordem, a data, o nome do falecido, a idade e a causa da morte. Trazem ainda o nome dos pais (se solteiro), e do cônjuge sobrevivente (se casado). Os cartórios acrescentavam, além destes dados, os nomes dos eventuais filhos e respectivas idades.

Registros paroquiais de escravos eram feitos em livros específicos, embora houvesse um ou outro registro de cativos em livros destinados aos livres.

Os registros de nascimento da igreja Presbiteriana informavam o nome da criança e de seus pais, as datas de nascimento e de batismo e o nome do celebrante. Havia, ainda, nos livros, uma coluna de “óbito”. Os registros de casamento continham a data, a hora e o local do casamento, nome, idade, profissão, naturalidade e moradia atual dos noivos, e os nomes dos pais dos noivos.

Nos primeiros anos, os registros eram feitos apenas na igreja. No entanto, a partir de 1876, com o início das atividades cartoriais na vila, muitos pais/noivos/declarantes passaram a registrar os nascimentos, casamentos e óbitos também no cartório. Ou seja, passa a haver uma duplicidade de registros e, o que é pior, nem sempre as informações são coincidentes.

Nestes casos de duplicidade não-coincidente, o procedimento adotado foi o de optar pelo registro que continha mais detalhes (nome dos padrinhos, profissão, local do evento etc) ou aquele em que o declarante era diretamente envolvido no evento (pai de uma criança nascida ou falecida; filho de um falecido etc.). Geralmente, estes dois aspectos estavam presentes nos registros dos cartórios.

Outro dado a ser considerado e que pesa a favor dos registros cartoriais é que os escrivães, provavelmente, deveriam ser gente da comunidade, conhecedora de muitas pessoas envolvidas nos eventos que demandavam registros. Os padres, pelo contrário, além de serem freqüentemente italianos (e não estarem tão bem familiarizados com a língua portuguesa), tinham rápida passagem pela igreja local, não tendo tempo, talvez, de conhecer devidamente o lugar em que vinham salvar as almas. Disso poderiam resultar registros com ligeiras incorreções.

Dos 5333 registros de nascimento, foi possível identificar o ano do nascimento de 5248 deles, ou porque constava a data ou a idade da criança, em meses ou anos. Excluiu-se um nascimento ocorrido em dezembro de 1856.

A tabela 26 apresenta todos os registros que puderam ser levantados referentes a nascimentos, casamentos e óbitos na freguesia/vila de Lençóis.

**Tabela 26 - Número de nascimentos, casamentos e óbitos. Lençóis, 1857-1889**

Anos	Nascimentos		Casamentos		Óbitos	
	N	%	N	%	N	%
<b>1857</b>	30	0,6	1	0,1	-	0
<b>1858</b>	15	0,3	0	0,1	-	0
<b>1859</b>	2	-	6	0,6	-	0
<b>1860</b>	21	0,4	19	1,8	-	0
<b>1861</b>	142	2,7	3	0,3	-	0
<b>1862</b>	50	1,0	1	0,1	-	0
<b>1863</b>	4	-	1	0,1	-	0
<b>1864</b>	4	-	2	0,2	-	0
<b>1865</b>	5	-	1	0,1	-	0
<b>1866</b>	12	0,2	0	0	-	0
<b>1867</b>	72	1,4	0	0	3	0,4

Anos	Nascimentos		Casamentos		Óbitos	
	N	%	N	%	N	%
1868	214	4,1	39	3,7	53	6,6
1869	221	4,2	29	2,7	27	3,3
1870	207	4,0	38	3,6	50	6,2
1871	239	4,5	27	2,6	41	5,1
1872	234	4,4	68	6,5	6	0,7
1873	284	5,4	56	5,3	0	0
1874	276	5,3	53	5,0	18	2,2
1875	253	4,8	108	10,3	29	3,6
1876	306	5,8	34	3,2	41	5,1
1877	246	4,7	10	0,9	8	1,0
1878	202	3,8	27	2,6	25	3,1
1879	248	4,7	40	3,8	48	5,9
1880	189	3,6	59	5,6	51	6,3
1881	187	3,6	32	3,0	30	3,7
1882	174	3,2	28	2,7	28	3,5
1883	186	3,5	31	2,9	54	6,7
1884	217	4,1	47	4,5	36	4,4
1885	195	3,7	59	5,6	51	6,3
1886	175	3,3	38	3,6	41	5,1
1887	147	2,8	29	2,7	27	3,3
1888	214	4,1	92	8,7	57	7,0
1889	277	5,3	75	7,1	85	10,5
<b>Total</b>	<b>5248</b>	<b>99,5*</b>	<b>1053</b>	<b>100</b>	<b>809</b>	<b>100</b>

\* 0,5% refere-se aos anos de número insignificante de registros de nascimento.

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos e nascimentos do ACB, do AIPILP e do CRCALP.

#### 5.4 Tal pai, tal filho – a legitimidade

O vigário de Lençóes, D. José Magnani, assinou o seguinte registro de batismo:

Aos trinta de novembro de mil oitocentos e oitenta e nove, nesta matriz, baptizei e puz os sanctos oleos a Pedro, filho natural de Firmina Maria de Jesus, nascido aos oito de julho deste anno: foram padrinhos Alfredo Lopes do Livramento e Maria do Espírito Santo, todos desta parochia.<sup>25</sup>

Seria mais um caso de ilegitimidade, não fosse pelo fato de que o menino Pedro também foi registrado no cartório da vila. Tal registro, porém, traz muito mais informações. Uma delas chama a atenção e diz muito da moral da época e do controle exercido pela igreja. Diz o texto:

Aos trinta dias do mez de novembro de mil oitocentos e oitenta e nove, nesta Villa de Lençóes em meu cartorio perante mim escrivão compareceu Alfredo Lopes do Livramento, e em prezença das testemunhas adiante nomeadas e assignadas, declarou que na qualidade de padrinho declara o seguinte: que no dia quinze do mez de junho do corrente anno, no bairro do Bom Jardim n'este município, distante

<sup>25</sup> Livro de Batismos 80, registro 394, 30 de novembro de 1889, ACB.

desta Vila duas leguas nasceu uma criança do sexo masculino o qual foi posto o nome de Pedro, filho de Firmina Maria de Jesus, natural de Itapetininga, solteira, ocupada em serviços domésticos; deixando de declarar o nome do pai da criança, por ser proibido; cuja criança tem por avos maternos João Rolim de Paula e Maria do Espírito Santo; foi padrinho de batismo da criança, elle declarante, e madrinha Getrudes Antonia de Oliveira. E para constar lavrei este em que me assigno com o declarante, fazendo a seu rogo por não saber escrever, Vicente Lopes de Oliveira”.<sup>26</sup>

Estes dois registros permitem algumas reflexões. Os “pais incógnitos” descritos nos registros poderiam não ser, de fato, incógnitos, como alerta Fernando Torres-Londoño: “Tal afirmação não era verdadeira em todos os casos, já que o nome do pai podia ser conhecido, até mesmo pelo próprio pároco, mas por diversas razões não era registrado”<sup>27</sup>. Como se vê, era este o caso.

Uma importante informação (o nome do pai) foi omitida no batismo. Ao que parece, o vigário seguia as instruções normativas das Constituições do Arcebispado da Bahia:

E quando o baptizado não for havido de legitimo matrimonio, tambem se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notoria, e sabida, e não houver escandalo; porém havendo escandalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe, se tambem não houver escandalo, nem perigo de o haver. E havendo algum engeitado, que se haja de baptizar, a que se não saiba pai, ou mãe, tambem se fará no assento a dita declaração, e do lugar, e dia, e por quem foi achado.<sup>28</sup>

No entanto, Rafael Ribas Galvão e Sérgio Odilon Nadalin questionam se as Constituições eram lidas e executadas da mesma maneira por todos os padres, mesmo aqueles do interior, muitos deles com seus próprios filhos<sup>29</sup>.

Alguns exemplos deste desconhecimento ou desrespeito dos padres às ordenações das Constituições são eloqüentes. Há 32 batizados em Lençóis em que ambos os padrinhos eram homens e 1 em que havia duas madrinhas, contrariando as determinações superiores:

[...] mandamos que no bautismo não haja mais que hum só padrinho, huma só madrinha, que se não admittão juntamente dous padrinhos, duas madrinhas, os quaes padrinhos serão nomeados pelo pay, ou mãy, ou pessoas, a cujo cargo estiver a criança [...].<sup>30</sup>

No dia 29 de abril de 1877, o capitão Delfino Alexandrino de Oliveira Machado e sua mulher D. Maria Januária da Rocha batizaram seu filho José, nascido no dia 20 daquele

<sup>26</sup> Livro de Nascimentos A1, registro 122, 30 de novembro de 1889, CRCA. (grifo nosso).

<sup>27</sup> TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família**: concubinato, igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 57.

<sup>28</sup> Constituições Primeiras, Título XX, 1853: 30 apud GALVÃO, Rafael Ribas; NADALIN, Sergio Odilon. Bastardia e ilegitimidade: murmúrios dos testemunhos paroquiais durante os séculos XVIII e XIX (nota prévia). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000. v. 1. p. 10, nota 36.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>30</sup> Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707, Livro I, Título XVIII, § 64, p. 28-29 apud PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**: família e sociedade no Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001. p. 181.

mês e ano. O menino teve duas madrinhas: D. Maria Isabel de Oliveira Machado e D. Ana Franco do Amaral César. O “capitão” e as “donas” antepostos aos nomes denunciam a “nobreza” dessa gente. Talvez por isso o padre Vito Januario Finamore tenha feito vistas grossas à flagrante desobediência, mas outros casos envolviam gente “comum”.

Luis da Costa Raposo e sua mulher Francisca Marques batizaram Benedita, de 1 ano, no dia 21 de fevereiro de 1885. A menina teve dois padrinhos homens: João Gonçalves Ferreira e José Inácio de Sousa. O padre era Ambrosio Amâncio Coutinho. Como estes há dezenas de outros casos na paróquia de Lençóis.

Embora a omissão do nome do pai citado anteriormente tenha sido feita por um outro padre, D José Magnani, estes exemplos mostram que as ordenações das Constituições nem sempre eram seguidas, por desconhecimento ou por negligência.

No caso de Pedro, nunca se saberá se o pai, embora conhecido, foi omitido por uma norma que o padre seguia; se por desconhecimento das ordenações por parte do padre, e em convivência com o pai e sua necessidade de permanecer no anonimato e não se expor; ou omissão da mãe e do padrinho (ele próprio, um bom suspeito de ser o pai), receosos diante da autoridade moral do padre.

De qualquer modo, casos de ilegitimidade como este não eram comuns nesta parte do sertão paulista, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista. A ilegitimidade de crianças livres era muito baixa em Lençóis, comparada a outras localidades, em que pese a situação de fronteira em que se caracterizava a região. Do total de 5333 crianças registradas, 314 eram ilegítimas, representado 5,9% do total, bem abaixo da ilegitimidade de outras paróquias. Burmester<sup>31</sup> calculou em 22,87% a ilegitimidade na paróquia de Nossa Senhora da Luz, na segunda metade do século XVIII; Bacellar<sup>32</sup> calculou a ilegitimidade de Sorocaba, entre o final do século XVII e as primeiras décadas do XIX, em 9,5%; Ubatuba, estudada por Marcílio<sup>33</sup> apresentava uma ilegitimidade de 17% na população livre; a mesma autora encontrou alta ilegitimidade na paróquia da Sé: dos 21681 batismos, 3468 eram crianças “expostas” e 5032 filhos ilegítimos, resultando que 39,2% de crianças eram filhos bastardos<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII segundo os registros paroquiais, 1751-1800.** 1974. 108f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 1974.

<sup>32</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume : FAPESP, 2001.

<sup>33</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.** 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

<sup>34</sup> Id. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos.** São Paulo: Pioneira : Ed. USP, 1973. p. 157.

Teixeira<sup>35</sup> estudou três períodos de Campinas; no total, encontrou uma baixa taxa de ilegítimos, 14,5% (TABELA 27).

**Tabela 27 - Sazonalidade comparada de batismos de crianças livres ilegítimas**

<b>Local/período</b>	<b>Total de batismos</b>	<b>Ilegítimos e expostos</b>	<b>%</b>
N. S. da Luz / 1751-1800 (a)	7914	1810	22,87
Sorocaba / 1679-1830 (b)	19467	1852	9,5
Ubatuba / 1785-1830 (c)	1910	325*	17,0
Campinas / 1774-1850 (d)	15075	2145	14,5
Paróquia da Sé / 1741-1845 (e)	21681	8500	39,2
Lençóes / 1859-1889**	5333	314	5,9

\* A autora não registra o número de casos, apenas a porcentagem, por isso este número pode ser uma unidade a mais ou a menos.

\*\* Para esta tabela foram computados todos os nascidos, não apenas os batizados na igreja católica. Isto inclui os registrados apenas em cartório e os batizados na igreja presbiteriana.

Fonte: (a) Burmester, 1974; (b) Bacellar, 2001; (c) Marcílio, 2006; Teixeira, 2004, e ACB.

Para Burmester, o alto índice de ilegitimidade na população livre da Paróquia de Nossa Senhora da Luz se explica pelas particularidades de uma região de trânsito: população aventureira, em parte dedicada ao comércio itinerante de gado, aliada à instabilidade favorecida pelas guerras sulinas e à extensão da paróquia<sup>36</sup>.

Já Bacellar não encontra explicações plausíveis para a baixa ilegitimidade de Sorocaba, comparativamente a outras paróquias. Segundo o autor, uma hipótese para tal índice, mas sem nada que comprove isso, seria o reforço da vigilância da Igreja sobre seu rebanho<sup>37</sup>.

Marcílio, estudando a população caíçara do litoral norte paulista, explica a baixa ilegitimidade encontrada pela maior austeridade camponesa nas áreas rurais de economia de subsistência. Numa zona mais urbanizada, diz a autora, “a cidade de São Paulo na mesma época, encontramos um conjunto de 39% entre naturais e expostos”<sup>38</sup>.

Teixeira observa que a alta legitimidade dos nascimentos de Campinas “demonstra uma marcante presença da Igreja nas paragens do interior paulista”<sup>39</sup>.

Peraro fez uma interessante relação entre as mulheres com sobrenome “de Jesus” e a ilegitimidade. Encontrou uma maior proporção de ilegítimos entre as mulheres com tal

<sup>35</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **A formação das famílias livres e o processo migratório**: Campinas, 1774-1850. 2004. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Programda de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

<sup>36</sup> BURMESTER, op. cit., p. 83.

<sup>37</sup> BACELLAR, op. cit., p. 190.

<sup>38</sup> MARCILIO, 2006, op. cit., p. 197.

<sup>39</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 199.

sobrenome<sup>40</sup>. Em Lençóis, dos 308 ilegítimos ou expostos, 103 eram filhos de mulheres “de Jesus” (33,44%). Para este cálculo, não se levou em conta a possibilidade de uma mesma mãe ter tido dois ou mais filhos ilegítimos, devido à dificuldade de diferenciar mães com nomes muito comuns, como Ana Maria de Jesus, Maria de Jesus, Teresa de Jesus, e levando-se em conta que muitos registros paroquiais eram extremamente sucintos, não dando informações que poderiam diferenciá-las.

Faria compara “áreas de passagem” (como as regiões mineradoras, onde a ilegitimidade era maior), com as áreas agrícolas, onde:

[...] a movimentação é mais lenta do que em centros urbanos e mineradores – os ciclos de sementeira, limpeza e colheita são relativamente longos, mesmo para uma simples lavoura de subsistência, como a da mandioca (no mínimo a espera é de seis meses para a colheita). Montar um canavial era mais complicado.<sup>41</sup>

Por isso, “mais do que uma ‘austeridade do camponês’, conclusão a que chegou Marcílio, os números espelham nitidamente uma realidade de comportamento familiar diferencial que está relacionada a diversas atividades econômicas e variada localização geográfica”<sup>42</sup>. A autora verificou que na Freguesia de São Salvador (RJ), região açucareira, 89,6% das crianças livres eram legítimas, entre 1748 e 1798. Na Freguesia Nossa Senhora das Neves, também norte fluminense, legitimidade alcançava 90,8% de livres, entre 1789 e 1813<sup>43</sup>.

Regiões “de passagem”, “de fronteira” ou “de trânsito” têm sido caracterizadas por alta ilegitimidade. “Nos arraiais das minas, nos casarios de fronteira, nas vilas das áreas de trânsito, nesta geografia marcada pela mobilidade, constituíram-se famílias geradas pelos arranjos consensuais, por fora do casamento e atravessadas pela ilegitimidade”, segundo Torres-Londoño<sup>44</sup>.

Como área fronteira, Lençóis apresentava condições propícias à uma elevada taxa de ilegitimidade: povoamento recente, fronteira entre o mundo dito civilizado e os “terrenos desconhecidos”, conflitos esporádicos com os índios. No entanto, sua taxa de ilegitimidade era extremamente baixa, 5,9%. Eram apenas 314 ilegítimos e, entre eles, há o registro de apenas 3 crianças expostas. Dos 314 ilegítimos da Vila de Lençóis, 14 tinham pais conhecidos e nomeados no ato do batismo.

<sup>40</sup> PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**: família e sociedade no Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001. p. 166-167.

<sup>41</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 53.

<sup>42</sup> Ibid., p. 57.

<sup>43</sup> Ibid., p. 57.

<sup>44</sup> TORRES-LONDOÑO, op. cit., p. 62.



Embora uma região de fronteira, Lençóis não era uma região de trânsito, mas de chegada (com eventuais saídas de alguns moradores), ponto final de quem buscava um melhor futuro. Não havia o problema de guerras contra o estrangeiro, nem ameaça de invasão e, conseqüentemente, não era necessária a constante mobilização de tropas. As escaramuças com os índios eram tentativas de expulsá-los para conquistar seus territórios, assim como os ataques indígenas eram tentativas de defesa deles. Ou seja, os temores de ameaças eram esporádicos e os conflitos temporários. Além disso, mobilizavam pequena parcela da população.

Ao que parece, a região correspondeu às expectativas de quem nela ingressou, apostando num futuro promissor, de estabilidade financeira, o que refletiu numa estabilidade familiar. Claro que isso não se passou sem percalços e dificuldades de todo o tipo.

O “espírito aventureiro” daqueles que largaram sua terra natal e partiram para o sertão paulista acomodou-se quando encontraram um novo pedaço de chão e nele fizeram morada e família estável.

Se boa parte dos adventícios que povoou a região tinha um histórico familiar incerto, ao se fixar na terra, constituiu família regida por princípios religiosos, gerou filhos dentro do casamento e batizou-os na igreja. Talvez um “comportamento familiar diferencial”, relacionado à atividade econômica e à localização geográfica, ou, uma “maior austeridade camponesa”, também tenha produzido seus efeitos nesta sociedade afastada dos grandes centros urbanos e comerciais.

Se os naturais eram em pequeno número, os expostos eram ainda mais raros. Não havia “roda” em Lençóis, de modo que as poucas crianças enjeitadas das quais se têm registro foram deixadas à porta das casas ou simplesmente abandonadas no mato. Foi o que ocorreu numa sexta-feira do mês de novembro de 1889. Antonio Franco de Godoy caminhava próximo à margem direita do rio Lençóis quando deparou-se – talvez alertado pelo choro – com uma criança recém-nascida, abandonada em meio à vegetação. Era por volta das seis e quinze da manhã. Antonio recolheu o menino e levou-o à Vila, distante daquele ponto um quarto de légua, entregando-o ao padre José Magnani. No mesmo dia a criança foi batizada com o nome de Moisés Etrusco – numa clara referência ao Moisés bíblico e ao episódio de seu recolhimento<sup>45</sup>. O padre soube depois que o menino havia nascido perto das nove horas da noite anterior. A mãe, Maria da Conceição, havia falecido. A sorte do menino, no entanto, durou pouco. Morreu poucos dias depois, “por causa da constituição viciosa de todo o seu organismo”<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Livro de Batismos 80, registro 380, 3 de novembro de 1889, ACB.

<sup>46</sup> Livro de Óbitos 40, registro 112, 19 de novembro de 1889, ACB.

## 5.4.1 Nomes, nomes

Marcílio chamou a atenção para a grande concentração em torno de alguns nomes: “Os Antônio, Joaquim, Francisco, José, João e Manuel constituíam cerca de dois terços da antroponímia do Brasil antigo”<sup>47</sup>. Encontrou ela um amplo leque de prenomes nos registros de batizados livres de Ubatuba, entre 1786 e 1830: 116 nomes diferentes dados aos meninos e 120 às meninas, usualmente vinculados à tradição religiosa católica<sup>48</sup>. Seu estudo sobre a população livre de São Paulo também apresentou uma grande variedade de prenomes: uma centena para as meninas e mais de 140 para os meninos<sup>49</sup>.

Em Lençóis, com um número muito maior de registros pesquisados, o leque de nomes é muito mais amplo: 303 nomes para os meninos e 285 para as meninas, embora muitos deles apareçam apenas uma vez: 143 nomes de meninos e 118 de meninas são únicos.

José, João, Joaquim, Antonio e Francisco concentravam quase 54% dos batizados. Há algumas diferenças entre os nomes lençoenses e os de Nossa Senhora da Luz: lá, 49,74% dos meninos foram batizados com os nomes de Manoel, Francisco, José e Antonio, sendo que havia um relativo equilíbrio entre estes quatro. Além disso, Manuel era o nome mais adotado, ficando José com o terceiro posto. Em Lençóis, José tinha a preferência dos pais: 17,13% de ocorrências. Em seguida, havia um equilíbrio entre João e Joaquim (TABELA 28).

**Tabela 28 - Freqüência comparada de prenomes masculinos**

Nossa Senhora da Luz / 1751-1800 (a)			Ubatuba 1786-1830 (b)			Lençóis / 1857-1889		
Nomes	N	%	Nomes	N	%	Nomes	N	%
Manoel	565	14,17	Manuel	200	21,4	José	474	17,13
Francisco	504	12,64	José	118	12,5	João	304	10,99
José	501	12,57	Antonio*	96	10,3	Joaquim	296	10,70
Antonio	413	10,36	Francisco*	85	9,1	Antonio	233	8,42
João	319	8,00	João*	77	8,2	Francisco	179	6,47
Joaquim	210	5,27	Joaquim*	47	5,0	Manoel	105	3,79
<b>Total</b>	2748		<b>Total*</b>	935		<b>Total</b>	2767	

\* Na tabela elaborada pela autora não constava a porcentagem relativa a estes nomes, apenas o número de ocorrências. Não constava também o total de ocorrências. Os números aqui apresentados foram calculados a partir dos dois primeiros nomes, o que pode ocasionar uma mínima diferença.

Fonte: (a) Burmester, 1974; (b) Marcílio, 2006, ACB e CRCALP.

<sup>47</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 19.

<sup>48</sup> Ibid., p. 230.

<sup>49</sup> Id., 1973, op. cit., p. 74-75.

José também era o nome preferido dos paulistanos (16,8%), número muito próximo à vila de Lençóis. A frequência dos outros nomes preferidos apresentava um relativo equilíbrio de ocorrências.

Os caiçaras batizaram seus meninos de maneira muito parecida com os paranaenses de Nossa Senhora da Luz: os quatro primeiros nomes são os mesmos e representam igualmente perto da metade dos batizados: 53,3%. Neste caso também, Manuel/Manoel era o nome preferido pelos pais.

Nos casos acima referidos, os primeiros seis nomes mais utilizados em cada comunidade são os mesmos, variando a primazia de um ou outro.

Teixeira, em seu estudo sobre a formação das famílias livres em Campinas (1774-1850), mesmo sem citar números de ocorrências, registra uma situação muito semelhante à de Lençóis: José era o nome mais frequente, seguido por Antonio, João e Joaquim<sup>50</sup>.

Entre as meninas (TABELA 29), a situação é praticamente idêntica nos três casos estudados, além de Campinas. Maria e Ana representavam 39,47% dos nomes na Paróquia de Nossa Senhora da Luz; 45,9%, em Ubatuba; 35,36%, em Lençóis; e 41,8%, em Campinas

**Tabela 29 - Frequência comparada de prenomes femininos**

Nossa Senhora da Luz / 1751-1800 (a)			Ubatuba 1786-1830 (b)			Lençóis / 1857-1889		
Nomes	N	%	Nomes	N	%	Nomes	N	%
Maria	1008	25,67	Maria	295	33,8	Maria	608	23,94
Ana	542	13,80	Ana	106	12,1	Ana	290	11,42
Francisca	197	5,02	Rita*	48	5,5	Francisca	138	5,43
Isabel	137	3,49	Francisca*	35	4,0	Rita	76	2,99
Gertrudes	134	3,41	Mariana*	35	4,0	Mariana	72	2,83
Rosa	95	2,42	Teresa*	28	3,2	Benedita	44	1,73
<b>Total</b>	<b>2419</b>		<b>Total*</b>	<b>873</b>		<b>Total</b>	<b>2540</b>	

(a) Burmester, 1974; (b) Marcílio, 2006.

\* Na tabela elaborada pela autora não constava a porcentagem relativa a estes nomes, apenas o número de ocorrências. Não constava também o total de ocorrências. Os números aqui apresentados foram calculados a partir dos dois primeiros nomes, o que pode ocasionar uma mínima diferença.

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos e nascimentos do ACB e do CRCA.

Esta parte do sertão paulista era um mundo de “Josés” e Marias”. A vida isolada que as pessoas levavam impediam-nas de ter contato com o que se passava no mundo “civilizado”. Isto tinha efeito sobre a escolha dos nomes dos recém-nascidos. Embora, como vimos, houvesse um amplo leque de nomes na fronteira, muitos deles eram unitários e desconhecidos pela grande maioria da população. Ou seja, não faziam parte do repertório colocado à disposição de todos. Em verdade, devido ao isolamento de parte da população, este

<sup>50</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 58.

“repertório comum” de “bons” nomes era bastante limitado, principalmente para as camadas mais pobres, muito mais sujeitas ao isolamento. Isto fazia com que diversos membros de uma mesma família tivessem nomes iguais. Ocorria também o aproveitamento do nome de uma criança falecida, usando-o para batizar um irmão ou irmã nascido(a) posteriormente. Embora fosse um procedimento comum na cristandade europeia, conforme observado por Marcílio<sup>51</sup>, também servia, no sertão, a um propósito prático: não “desperdiçar” um bom nome.

Já se mencionou em outra parte deste trabalho um caso destes: José da Silva do Espírito Santo era casado com Ana Maria do Carmo e teve, ao menos, 4 filhas. Uma delas foi batizada com o nome de Ana<sup>52</sup>, em 19 de maio de 1879. Nove dias depois do batismo, a menina faleceu<sup>53</sup>. Pouco mais de dois anos depois, nasceu outra menina, a qual foi dado o mesmo nome<sup>54</sup>.

O mencionado amplo leque de nomes verificado em Lençóis tem sua origem em outro fenômeno: a transmissão oral de nomes a que estava sujeita grande parcela da população fazia com que um nome diferente, estranho aos ouvidos daquela gente, mas que soasse agradável, fosse aproveitado ao modo sertanejo e adotado num batismo conforme lhes parecia correto: daí surgem nomes como “Alvaristo”, “Barandina”, “Odoxia”, “Ozebio”, “Orias” e muitas outras preciosidades.

Assim como verificado por Marcílio e Burmester, quando a criança nascia recebia apenas o prenome. Não era registrado o nome de família. A criança era batizada simplesmente como “Sebastião”, ou “Joana”. Não era raro uma pessoa assumir vários sobrenomes ao longo da vida, principalmente entre as mulheres. Num registro de casamentos podemos encontrar Claudina Maria das Dores e, no de óbito, Claudina Maria de Jesus, para a mesma pessoa.

Com relação aos homens, era comum que o nome do filho fosse exatamente igual ao do pai. Por exemplo: o carpinteiro Francisco José da Conceição, de idade 40 anos em 1879, tinha o mesmo nome de seu pai.

Deve-se levar em conta, também, que entre os lavradores pobres – ou seja, grande contingente populacional da fronteira – o sobrenome não tinha muita importância: não “abria portas”, não dava nenhum tipo de privilégio ao seu detentor, em suma, era plenamente dispensável.

É interessante notar que alguns nomes que eram comuns naquela época continuam a ser muito utilizados nos dias de hoje. Outros, no entanto, caíram em desuso, em

---

<sup>51</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 231.

<sup>52</sup> Livro de Batismos 33, registro 396, ACB.

<sup>53</sup> Livro de Óbitos 12, registro 366, ACB.

<sup>54</sup> Livro de Batismos 33, registro 914, ACB.

conformidade com o que observado por Marcílio para a população de São Paulo<sup>55</sup>. Aqueles de tradição cristã continuam: Francisco, José, Joaquim, João, Maria, Teresa, Ana. Caíram no ostracismo nomes como Escolástica, Brandina, Guilhermina, Vicência, Umbelina, Balduino, Cosme, Custódio, Tertuliano, Fortunato e outros. Messias era um nome usado para batizar crianças de ambos os sexos. Outros nomes soam modernos demais para a época e para o lugar: Adriana, Cristina, Flávio, Julia, Luiza. Alguns eram estranhos: Brasilio, Ambrosina, Auta, Eudoxia, Batistina, Caetana, Emerenciana, Prudenciana, Turíbio.

Os nomes unitários referidos acima são fruto da imaginação das pessoas, do seu eventual acesso à leitura ou algum tipo de informação (alguns nomes pertencem à história), ou ainda, de uma “deformação” de algum nome ouvido. Exemplos: Abel, Adélia, Adolfinha, Agenor, Alaíde, Albino, Aldivino, Alexandre, Aminha, Altina, Amador, Amarília, Cornustíbio, Cridio, Dalila, Eliriano, Euclides, Glicério, Isalino, Lucrecia, Mirandolina, Nabor, Napiel, Ozimbiro, Tarquínio, Temístocles, Trajano, Ubaldina, Valeriano.

## 5.5 Os filhos da terra – a natalidade

### 5.5.1 Batismos

Entre 1859 e 1889 foram registrados 5333 nascimentos em Lençóis. Destes, 5106 foram batizados na igreja católica, 137 na igreja presbiteriana e os demais foram apenas registrados em cartório (ressalte-se que alguns batizados nas igrejas católica e presbiteriana também foram registrados em cartório). Dos batismos católicos de crianças livres, porém, os primeiros 55 foram realizados nesta época em que ainda não havia padre em Lençóis. Portanto, o dia e mês do batismo não dependiam da vontade dos pais, mas sim, da disponibilidade do padre. Por esta razão, as tabelas seguintes que mostram a sazonalidade dos batismos incluirão apenas aqueles realizados pelo pároco da igreja da vila de Lençóis, já quando esta possuía sua matriz. Somam, neste caso, 5051 ocorrências.

Os meses finais do ano concentravam o maior número de batismos em Lençóis (TABELA 30). Novembro e dezembro eram os meses preferidos pelos pais. Na seqüência, janeiro também era um mês bastante procurado. Nos três meses seguintes, o número caía, para novamente elevar-se em maio e junho. Outubro era o mês de menor ocorrência desta cerimônia.

---

<sup>55</sup> MARCÍLIO, 1973, op. cit., p. 76.

Dentre os 5051 registros, a maioria continha a data do nascimento da criança: 3507 (69,4%), muito embora tenham sido encontradas variações entre a data do nascimento registrado no cartório e aquela declarada no ato do batismo, reflexo do pouco apego da maioria da população - analfabeta - ao tempo medido pelo calendário. Além disso, é comum a indicação da idade da criança, medida em meses, às vezes anos, no lugar da data do nascimento. Há uma profusão de “um mês”, “dous meses”, “quatro meses”, revelando a inabilidade com o tempo “oficial” desta gente, muito mais afeiçãoada ao ritmo das estações do ano e ao calendário agrícola.

**Tabela 30 - Movimento sazonal de batismos. Lençóis, 1861-1889**

<b>Mês de batismo</b>	<b>Nºs absolutos</b>	<b>Divisor</b>	<b>Nºs diários</b>	<b>Nºs proporcionais</b>
Janeiro	446	31	14,39	104,1
Fevereiro	353	28,25	12,50	90,4
Março	419	31	13,52	97,8
Abril	376	30	12,53	90,7
Maio	432	31	13,94	100,8
Junho	419	30	13,97	101,1
Julho	423	31	13,65	98,7
Agosto	390	31	12,58	91,0
Setembro	398	30	13,27	96,0
Outubro	356	31	11,48	83,1
Novembro	498	30	16,60	120,1
Dezembro	541	31	17,45	126,2
<b>Total</b>	<b>5051</b>		<b>165,88</b>	<b>1200</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB.

A Tabela 31 compara a sazonalidade dos batismos em várias localidades. Burmester não notou um movimento bem delineado para as cerimônias de batismo em seu estudo sobre a paróquia de Nossa Senhora da Luz, constatando apenas um maior número deles nos meses iniciais e finais do ano, e um declínio nos meses intermediários, principalmente no inverno, junho e julho<sup>56</sup>. Em Sorocaba, havia uma distribuição mais equilibrada de batismos durante o ano, com pequeno destaque para os meses de junho, novembro, julho, setembro e fevereiro<sup>57</sup>.

Em Ubatuba, os meses de menor frequência de batizados de livres eram julho, março e dezembro, os dois últimos coincidentes com o período proibido. Para os demais meses do ano, havia uma distribuição relativamente equilibrada<sup>58</sup>.

<sup>56</sup> BURMESTER, op. cit., p. 58-60.

<sup>57</sup> BACELLAR, op. cit., p. 86.

<sup>58</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 233-234.

Em São Paulo, Marcílio anotou que “no decorrer da primeira metade do século XIX, o movimento sazonal é quase imperceptível; observamos uma queda nos meses de dezembro, e para os demais meses quase nenhuma flutuação”<sup>59</sup>, como mostra claramente a curva do gráfico 1.

Teixeira, sem apresentar tabelas com números absolutos, encontrou para Campinas (1774-1850) uma maior quantidade de batismos nos meses de abril, maio, julho, setembro e novembro<sup>60</sup>.

**Tabela 31 - Sazonalidade comparada de batismos na população livre**

Meses	Sorocaba / 1683-1830 (a)	Nossa Senhora da Luz / 1751- 1800 (b)	Ubatuba / 1786-1830 (c)	Paróquia da Sé / 1800- 1850 (d)	Lençóes / 1859-1889
Janeiro	95	100,88	114	103	104,1
Fevereiro	103	106,82	103	99	90,4
Março	88	90,62	79	99	97,8
Abril	94	92,00	101	101	90,7
Maio	98	92,42	99	104	100,8
Junho	109	89,06	113	100	101,1
Julho	107	87,82	66	101	98,7
Agosto	99	99,09	104	103	91,0
Setembro	105	104,88	115	101	96,0
Outubro	99	102,86	106	102	83,1
Novembro	108	118,50	116	97	120,1
<b>Dezembro</b>	94	115,00	84	90	126,2

Fonte: (a) Bacellar, 2001; (b) Burmester, 1974; (c) Marcílio, 2006; (d) Marcílio, 1973 e ACB.

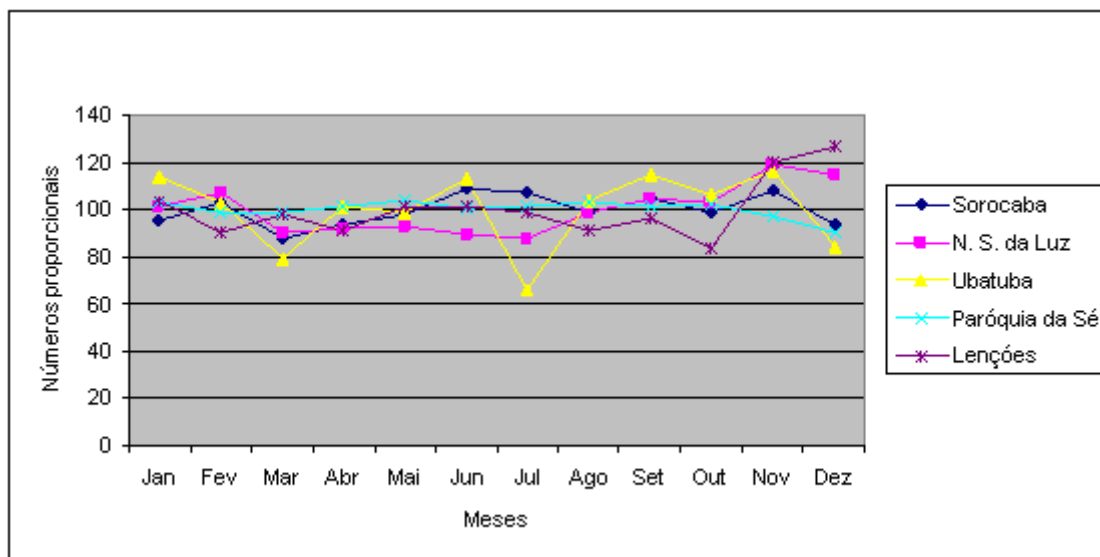
Bacellar e Teixeira utilizam o mês de batismo para inferir a concepção, desconsiderando o tempo decorrido entre o nascimento e o batismo, em concordância com Marcílio, que afirma que “os pais costumavam batizar seus filhos com poucos dias de idade”<sup>61</sup>. Em uma amostra que esta autora fez, encontrou um tempo médio entre estes dois eventos de 20 dias apenas. Esta inferência para Lençóes é inviável, visto decorrer, na vila, um tempo maior entre o nascimento e o batismo. Afinal, ir à vila era uma atividade realizada apenas de tempos em tempos, em razão da distância e da dificuldade de locomoção de toda a família. No entanto, como a maioria dos nossos registros de batismo traz a data do nascimento, utilizaremos esta para inferir a concepção.

<sup>59</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 154.

<sup>60</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 62.

<sup>61</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 229.

Com exceção de Ubatuba, onde há maiores variações, a curva de batismos para as várias localidades apresenta semelhanças, conforme se depreende do Gráfico 1.



**Gráfico 1 – Sazonalidade comparada de batismos.**

Fonte: Bacellar, 2001; Burmester, 1974; Marcílio, 2006; Marcílio, 1973, e dados do ACB.

Há 3476 crianças batizadas na igreja católica da vila de Lençóes, cujas datas de nascimento foram declaradas no ato. Embora tenham sido encontradas algumas discrepâncias entre a declaração do nascimento no cartório e no ato do batismo, pensamos que estes casos não alteram o quadro geral. Para os 1633 restantes, os pais declararam a idade ao invés da data de nascimento. Fizeram isto de várias maneiras, sendo as mais comuns a idade em meses ou anos inteiros. Menos comum eram “meses e meio”, e meses e dias (“um mês e cinco dias”). Alguns declaravam em meses mesmo quando a criança já passava de 1 ano (“dezoito meses de idade”). E, finalmente, alguns poucos batismos não apresentam nenhuma referência à idade.

Para a tabela 32, foram computados, além dos 3476 batismos com data de nascimento declarada, aqueles com a idade em meses e dias, pois revelam um maior cuidado dos pais com relação ao dia do nascimento. Estes somam 36 casos. Em alguns deles, as crianças já têm uma idade “avançada”: “7 meses e 7 dias”, “4 meses e 23 dias”, “6 meses e 15 dias”, “8 meses e 11 dias”. Portanto, temos um total de 3512 ocorrências.

Outubro, fevereiro e março eram os meses de menor ocorrência de concepções. Setembro, junho e novembro, por outro lado, eram os meses em que seu número era maior, embora, de modo geral, as concepções apresentassem pequenas variações durante o ano, diferentemente dos casamentos, como veremos adiante.



**Tabela 32 - Movimento sazonal de nascimentos e concepções. Lençóes, 1859-1889**

<b>Mês de nascimento</b>	<b>Mês aprox. da concepção</b>	<b>Nºs absolutos</b>	<b>Divisor</b>	<b>Nºs diários</b>	<b>Nºs proporcionais</b>
Janeiro	Abril	309	31	9,97	103,67
Fevereiro	Maio	286	28,25	10,12	105,23
Março	Junho	333	31	10,74	111,68
Abril	Julho	285	30	9,50	98,79
Maio	Agosto	293	31	9,45	98,27
Junho	Setembro	324	30	10,80	112,30
Julho	Outubro	254	31	8,19	85,16
Agosto	Novembro	327	31	10,55	109,71
Setembro	Dezembro	285	30	9,50	98,79
Outubro	Janeiro	311	31	10,03	104,30
Novembro	Fevereiro	247	30	8,23	85,58
Dezembro	Março	258	31	8,32	86,52
<b>Total</b>		3512		115,4	1200

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB.

O menor número de concepções de março e fevereiro estava, provavelmente, ligado às interdições religiosas (lembrando que Advento e Páscoa eram móveis), diferentemente de julho, também de baixo índice de concepção. Talvez, neste caso, o inverno tenha feito sua influência. De qualquer modo, as variações sazonais para as concepções em Lençóes não são muito acentuadas. Parece que a população lençoense comportava-se como os sorocabanos de Bacellar (TABELA 33), que comparou os meses de ocorrência de casamentos e concepções, observando que naqueles (cerimônias públicas e solenes) as interdições religiosas eram mais respeitadas, enquanto nestas, por serem realizadas no íntimo do lar, eram menos observadas<sup>62</sup>.

As concepções em Sorocaba se distribuíam harmoniosamente ao longo do ano, com pequeno destaque para alguns meses: setembro, fevereiro, outubro e maio, sendo que este último provavelmente “estaria relacionado à Quaresma, quando os novos casais, constituídos em grande número em fevereiro, concebiam seu primeiro filho após a Páscoa”. Junho era um mês de maior baixa, enquanto setembro apresentava um alto índice de concepções, diferente de Lençóes, onde estes dois meses apresentavam números parecidos. Segundo Bacellar, “em termos gerais, a sazonalidade das concepções em Sorocaba era influenciada tanto pelo calendário agrícola e pelas estações do ano quanto pelo calendário religioso”<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> BACELLAR, op. cit., p. 87-88.

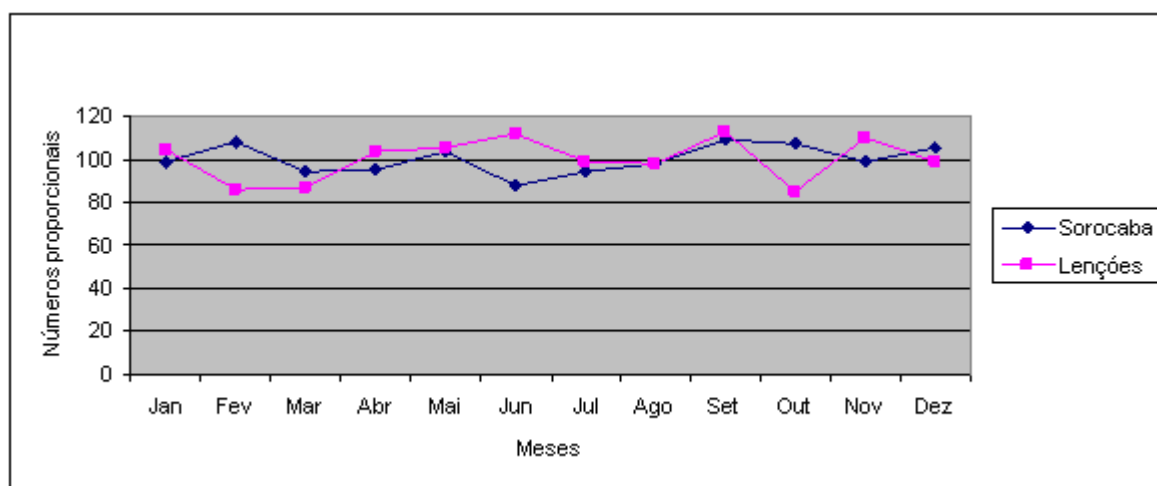
<sup>63</sup> BACELLAR, op. cit., p. 86-87.

**Tabela 33 - Sazonalidade comparada de concepções na população livre em números proporcionais**

Meses	Sorocaba / 1683-1830 (a)	Lençóes / 1859-1889
Janeiro	99	104,30
Fevereiro	108	85,58
Março	94	86,52
Abril	95	103,67
Mai	103	105,23
Junho	88	111,68
Julho	94	98,79
Agosto	98	98,27
Setembro	109	112,30
Outubro	107	85,16
Novembro	99	109,71
<b>Dezembro</b>	105	98,79

Fonte: (a) Bacellar, 2001 e ACB.

O Gráfico 2 permite visualizar a distribuição relativamente harmoniosa das concepções ao longo do ano em ambas as localidades, com pequenas variações nos períodos de maior e menor intensidade entre elas.



**Gráfico 2 – Sazonalidade comparada de concepções.**

Fonte: Bacellar, 2001 e dados do ACB.

### 5.5.2 O dia do Senhor

Vários autores já chamaram a atenção para a importância do domingo nas sociedades camponesas. Marcílio diz que “a preferência pelo domingo ou pelo sábado marca um comportamento social típico das comunidades camponesas do Brasil arcaico”<sup>64</sup>.

<sup>64</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 219.

Antonio Candido, no clássico *Os parceiros do Rio Bonito*, diz que:

[...] a semana tem seu papel marcante no lazer, na recreação, nos contactos sociais, nas relações comerciais. O parceiro e o sitiante, nos períodos de menos trabalho, costumam dispor não apenas do domingo, mas do sábado, no todo ou em parte, para as idas ao povoado – a compras, transações, ou simples passeio. Nestes dias têm lugar as festas, nas capelas ou nas casas; as visitas de bairro a bairro; as recreações locais, como o jogo de malha; a caça e a pesca.<sup>65</sup>

Veremos mais adiante, no entanto, que para algumas localidades este comportamento não era válido para a cerimônia do casamento.

O domingo<sup>66</sup> reinava absoluto quando se tratava de batizar os filhos em Lençóis (TABELA 34). Era o dia de ir à vila para a população que vivia espalhada pelos bairros rurais que formavam a vila. Um terço dos batismos era realizado neste dia. Aos sábados e segundas também era alto o número de crianças batizadas, comportamento comum às outras localidades: Teixeira e Bacellar também notaram a preponderância destes mesmos dias para Campinas e Sorocaba. O dia a ser evitado, tanto num como noutros casos, era a sexta. A diferença entre Lençóis e as duas outras localidades refere-se ao segundo dia de preferência: segunda-feira para estas localidades; sábado, para aquela.

**Tabela 34 - Movimento semanal comparado de batismos**

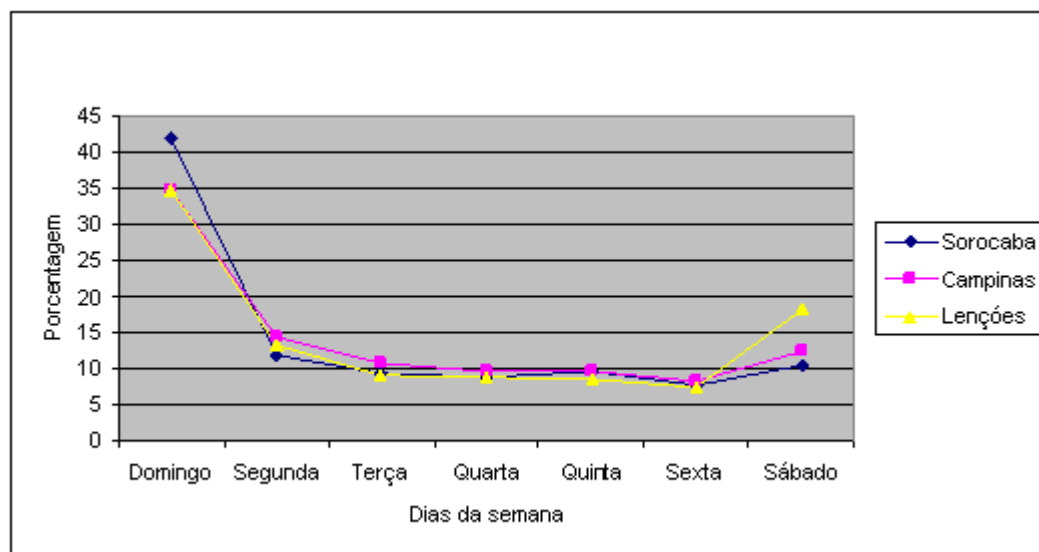
	Sorocaba / 1679-1830		Campinas / 1774-1850		Lençóis / 1859-1889	
	(a)		(b)			
<b>Dia</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Segunda	1378	12,0	2167	14,4	673	13,3
Terça	1059	9,3	1616	10,8	456	9,0
Quarta	994	8,7	1463	9,7	440	8,7
Quinta	1098	9,6	1449	9,6	429	8,5
Sexta	896	7,8	1242	8,3	372	7,4
Sábado	1204	10,6	1882	12,5	926	18,3
Domingo	4809	42,0	5210	34,7	1755	34,8
<b>Total</b>	11438	100	15029	100	5051	100

(a) Bacellar, 2001; (b) Teixeira, 2004, ACB.

A semelhança de comportamento referente ao dia do batismo para as diversas localidades fica mais evidente ao se analisar as curvas do Gráfico 3: grande número de batismos no domingo, equilíbrio de ocorrências durante os dias intermediários da semana, com um menor número na sexta-feira, para novamente aumentar no sábado.

<sup>65</sup> CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. p. 96.

<sup>66</sup> Para a determinação do dia da semana foi utilizado o Calendário Perpétuo, visto que os registros não traziam tal informação.



**Gráfico 3 – Movimento semanal comparado de batismos.**

Fonte: Bacellar, 2001; Teixeira, 2004, e dados do ACB.

### 5.5.3 Apadrinhamento

Num ambiente de tensões e conflitos, em que a autoridade da lei nem sempre prevalecia, o estabelecimento de relações com detentores de algum tipo de poder era, provavelmente, uma estratégia de muitas famílias. Ser “compadre” de uma determinada pessoa podia significar ficar sob a sombra protetora de alguém influente – o que não era pouca coisa num mundo em que as formalidades da lei estavam sendo construídas. A realidade da vila de Lençóes permite afirmar que “o compadrio consistia em um dos elementos de estruturação das redes sociais que organizavam a vida cotidiana”<sup>67</sup>.

A escolha dos padrinhos é, neste sentido, um componente importante dos arranjos familiares. Analisar a dinâmica do apadrinhamento ajuda a compreender as relações entre os indivíduos na fronteira do povoamento.

Foi possível identificar em 5018 registros de batismo ou nascimento os nomes dos padrinhos homens da freguesia/vila de Lençóes. Para a elaboração da Tabela 35 foram excluídos os 21 padrinhos escravos. Também foram excluídos alguns poucos registros em que os dois “padrinhos” eram mulheres.

<sup>67</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2007.

**Tabela 35 - Número de afilhados por padrinhos. Lençóes, 1857-1889**

Número de afilhados	Padrinhos		Crianças	
	Nº	%	Nº	%
1	1095	56,15	1095	21,82
2	322	16,51	644	12,83
3	157	8,05	471	9,39
4	102	5,23	408	8,13
5	60	3,08	300	5,98
1-5	1736	89,02	2918	58,15
6-10	155	7,95	1189	23,69
11-15	39	2,00	490	9,77
16-20	12	0,62	217	4,32
Acima de 20	8	0,41	204	4,07
<b>Total</b>	1950	100	5018	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB.

A maior parte dos padrinhos, 1095 dentre 1950, batizou apenas uma criança, o que representa 56,15%. Na outra ponta, um seleto grupo de 8 deles (0,41%) batizou, cada um deles, mais de 20 crianças. Quase nove décimos dos padrinhos tinham até 5 afilhados.

A maioria dos registros é bem concisa quanto às informações sobre os padrinhos. Alguns poucos revelam sua profissão e local de moradia, mas a maioria negligencia estas informações. Para a elaboração da Tabela 36, que estabelece a renda média dos padrinhos por número de filiados, recorreu-se às listas de votantes. Foi utilizada, preferencialmente, a lista de 1879; a lista de 1876 foi utilizada secundariamente, nos casos de omissão de nomes dos padrinhos na outra lista. Do total de 1950, foi possível descobrir a renda declarada nas listas de 389 padrinhos/votantes.

A correspondência entre renda e número de afilhados é bastante nítida: quanto maior aquela, maior este. A renda média dos que batizaram entre 1 e 5 crianças é de 426\$556. A renda aumenta à medida que aumentam as faixas de afilhados, terminando numa renda média de 1:800\$000, daqueles que batizaram mais de 20 crianças.

No entanto, a média esconde surpresas. Salvador Francisco Pinheiro de Freitas e José Círio da Silva, por um lado, Joaquim de Oliveira Lima e Antonio Frutuoso da Rocha, por outro, embora pertençam ao seleto grupo dos que batizaram mais de 20 crianças cada um, viviam realidades diversas, a se crer minimamente nas rendas por eles declaradas no alistamento eleitoral de 1879. As famílias de seus afilhados também viviam de maneira distinta.

**Tabela 36 - Renda média por grupos de padrinhos**

<b>Faixas de afilhados</b>	<b>Nº de padrinhos</b>	<b>Renda média</b>
1-5	241	426:556
6 -10	101	682\$178
11-15	29	1:020\$689
16-20	11	1:418\$182
Acima de 20	7	1:800\$000

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB e das listas de votantes de 1879 e 1876.

Salvador Francisco Pinheiro de Freitas declarou ser lavrador, casado, 55 anos, analfabeto, filho de José Francisco Pinheiro, morador no bairro da Grama e renda de “apenas” 600\$000. Por outras fontes, sabe-se que morreu em julho de 1893, aos 70 anos, vítima de um tiro “dado por si mesmo”. Com a sua mulher, Silveria Maria da Conceição, batizou 21 crianças, além de Lourenço, filho da escrava Luiza (propriedade de Joana Maria da Conceição) e do liberto João Coelho, em outubro de 1878. Com a “madrinha” Nossa Senhora da Piedade batizou Verônica, filha natural da escrava Justina (pertencente a Antonio Rodrigues de Sousa), em janeiro de 1882.

As crianças batizadas pelo casal Pinheiro de Freitas pertenciam, geralmente, a famílias dos estratos mais pobres da população. Apenas um, dentre seus 21 compadres, tinha uma renda declarada maior que a sua própria. Era um lavrador com renda de 2:000\$000. Outro lavrador tinha uma renda de 600\$000, e outros 4 (entre eles, um filho seu) declararam renda de 200\$000. Eram filhos naturais 4 crianças batizadas. Os 11 pais restantes não constavam da lista de votantes de 1879, embora muitos destes batizados tenham sido feitos após esta data, o que vale dizer que não eram falecidos quando do alistamento – o que poderia justificar sua ausência da lista. O fato pode ser entendido se não um sinal de pobreza, ao menos um isolamento da vida política e social.

Por outro lado, o “coronel” Joaquim de Oliveira Lima era o que se podia chamar de potentado local, figura nossa já conhecida, dono de uma renda de 6:000\$000. Seus afilhados, ao menos boa parte deles, eram membros da elite da terra. Batizou dois filhos de um mesmo pai cuja renda proveniente de “agências” alcançava os mesmos 6:000\$000. Outros dois pais eram negociantes de mesma renda. Havia um lavrador, com 4:000\$000; um fazendeiro, com dois de seus filhos batizados pelo coronel, com renda de 2:000\$000; um lavrador, com 1:200\$000; um negociante, com 1:000, e um lavrador com declarados 300\$000. Além deles, havia duas crianças ilegítimas e 12 pais cujos nomes não constavam da lista de votantes de 1879.

Assim como estes dois, José Cirino da Silva e Antonio Frutuoso da Rocha eram dois extremos do grupo dos padrinhos mais requisitados. Cirino da Silva parece ser um caso atípico: declarou ser casado, carpinteiro, idade 34 anos, sabia ler e escrever, morava na vila, seu pai era “desconhecido” e sua renda apenas 200\$000. Apesar da pouca idade e da renda ínfima, batizou 22 crianças, a maior parte delas com sua mulher Teresa Maria da Conceição. Resta a hipótese de que, morando na vila, fosse um “recurso” daqueles que vinham dos arredores para batizar um filho sem ter um padrinho “à mão”.

Vejam os seus afilhados e compadres: 4 crianças eram filhas naturais; 14 pais não constavam da lista de 1879 (embora muitos batismos sejam de datas posteriores à lista – ou seja, não eram falecidos); dois eram lavradores de renda 200\$000 e outro declarava 600\$000. Um dos pais não foi identificado. Era um padrinho pobre batizando filhos de pobres, talvez nem fossem seus conhecidos.

Por fim, o padrinho rico Antonio Frutuoso da Rocha, “capitão”, batizou 24 crianças, a maior parte com sua mulher Ana Francisca do Amaral César. Na lista de 1879, o capitão aparece com 44 anos, casado, negociante, alfabetizado, morador da vila e renda de 2:000\$000. Dois afilhados eram filhos naturais; 8 eram filhos de pais cujos nomes não constavam da lista de votantes; um pai não foi possível identificar; os demais apresentavam renda. Destes, 6 declararam 200\$000; 2 declararam 400\$00; outros dois, 600\$000; outro declarou 1:000\$000; e dois outros muito ricos, com renda de 4:000\$000 e 6:000\$000.

A escolha dos padrinhos recaía, geralmente, sobre alguém cuja renda fosse ligeiramente superior à do pai da criança, talvez uma maneira de garantir um bom protetor para o recém-nascido. Embora houvesse pais pobres que procuravam padrinhos muito ricos, a tendência era de recrutá-los não entre aqueles situados na ponta oposta da escala de renda, mas sim, entre aqueles que se situavam num degrau superior da riqueza.

A tabela 37 apresenta a renda média dos padrinhos por faixa de renda dos pais. Foi possível estabelecer, através da lista de votantes de 1879, a renda de 291 pais e 641 padrinhos de seus filhos. Embora as faixas de rendas dos pais apresentem intervalos entre si, deve-se esclarecer que todas as rendas declaradas na lista de votantes estão contempladas. Ou seja, não há, por exemplo, nenhuma indicação de renda de 1:100\$000.

**Tabela 37 - Renda média dos padrinhos por faixa de renda dos pais**

Faixas de renda dos pais	Pais		Padrinhos		Renda média dos padrinhos
	N	%	N	%	
200\$000 – 500\$000	230	79,04	486	75,82	830\$659
600\$000 – 1:000\$000	33	11,34	84	13,11	1:364\$486
1:200\$000 – 2:000\$000	23	7,90	49	7,64	1:765\$306
Acima de 2:000\$000	5	1,72	22	3,43	3:690\$910
<b>Total</b>	291	100	641	100	

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB e da lista de votantes de 1879.

Os pais “pobres”, de renda variável entre 200\$000 e 500\$000, eram em número de 230, ou 79,04% do total dos pais cujas rendas puderam ser detectadas. Os padrinhos recrutados nesta faixa de renda eram 486 (75,82% do total) e apresentavam, por sua vez, renda média de 830\$659, acima da faixa de renda dos pais, mas não tanto que pudesse classificá-los como “ricos”.

Os pais de renda entre 600\$000 e 1:000\$000 – talvez pudéssemos classificá-los de “remediados” – somavam 33 indivíduos (11,34%) e também escolhiam padrinhos entre aqueles que tinham renda mais alta. Eram 13,11% dos padrinhos que apresentavam renda média de 1:364\$486.

Os 23 pais “ricos” (7,90%), renda entre 1:200\$000 e 2:000\$000, escolhiam seus padrinhos entre semelhantes: eram 7,64% deles com renda média de 1:765\$306. Por fim, os 5 pais “muito ricos” (1,72%) declararam renda acima de 2:000\$000 e tiveram 22 padrinhos (3,43% do total). A renda média destes atingiu 3:690\$910.

Faustino Francisco de Freitas e sua mulher Maria Carolina de Jesus levaram ao batismo 7 filhos nascidos entre 1879 e 1888. Ele era um lavrador, analfabeto, domiciliado no bairro de Pouso Alegre, com uma renda declarada de 200\$000. Dos sete padrinhos de seus filhos, a renda de 5 deles é conhecida: todos declararam o mesmo valor, 200\$000. Pobres compadres de pobres.

O potentado Mamede Feliciano de Oliveira Rocha, renda de 6:000\$000 advinda de “agências”, alfabetizado e morador da vila, teve 10 filhos com sua mulher Januária Cândida de Oliveira Rocha, entre os anos de 1865 e 1888. Escolheu a maior parte dos padrinhos no meio familiar e os 7 que foram localizados na lista de votantes eram membros das camadas mais ricas da sociedade. Um dos padrinhos declarou renda de 1:200\$000; os demais, 4:000\$000 e 6:000\$000.

Mas, novamente, a média esconde casos individuais que mostravam estratégias diferenciadas entre as famílias. Vicente Vitoriano Vieira era um lavrador analfabeto do bairro da Fartura, cuja renda de 200\$000 não o impediu de escolher padrinhos entre a elite



econômica de Lençóes. Com sua mulher Ana, teve 6 filhos entre 1861 e 1878, e ao menos dois tiveram ricas bênçãos de padrinhos afortunados cujas rendas eram de 4:000\$000 e 6:000\$000. Os demais padrinhos não constavam da relação de votantes, o que pode significar que já eram falecidos quando de sua elaboração, ou que moravam distantes da vila ou, ainda, que eram pobres demais para serem qualificados para o voto.

Há, por fim o caso de pais ricos ou muito ricos escolhendo gente pobre como compadre. Francisco Antonio Barbosa era um fazendeiro no bairro Pouso Alegre. Alfabetizado e com uma renda de 2:000\$000, teve 5 filhos com Manoela, sua mulher, entre os anos de 1878 e 1889. Três dos padrinhos foram localizados entre os votantes e declararam renda de 200\$000, 300\$000 e 600\$000, bem menores do que a do pai.

Estes casos mostram que, embora o padrão fosse a escolha de padrinhos entre aqueles de riqueza próxima à do pai, outros fatores podem ter influenciado nesta escolha, como a proximidade de moradias e, conseqüentemente, a facilidade de contato e convívio.

Alguns registros de batismo/nascimento informam o local de moradia dos padrinhos. De um total de 106 padrinhos cujas moradias puderam ser identificadas, 68 deles (64,15%) moravam no mesmo bairro que os pais de seus afilhados, enquanto outros 38 (35,85%) vivam em localidades distintas das de seus compadres. Ou seja, o local de moradia parece ter sido outro fator a ser considerado na escolha dos padrinhos. Ou então, pensemos numa dinâmica: os pais escolhiam os padrinhos entre gente da comunidade; dentre eles, a escolha recaía entre os de renda maior que a dos pais.

Além disso, a amizade ou admiração que podia ser estreitada ou demonstrada pela entrega ao apadrinhamento, e o parentesco entre os compadres, podem ter sido outras variáveis a influírem na escolha.

## **5.6 Até que a morte os separe – a nupcialidade**

Para Marcílio, “o casamento, antes de ser um fato biológico, é um fenômeno socioeconômico-cultural que se modifica segundo a época, os costumes, as regras e os contextos que o envolvem”<sup>68</sup>. Daí que os sistemas demográficos da nupcialidade não são semelhantes, diferindo no tempo, no espaço e segundo as categorias sociais existentes. Apesar deste alerta, encontramos algumas semelhanças no ato de casar dos habitantes da vila de Lençóes e de algumas outras localidades do Brasil.

---

<sup>68</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 174.

Ao analisar Sorocaba, Bacellar faz uma afirmação que serve também para a vila de Lençóes:

Em sociedade tradicionais, tais como Sorocaba, onde a esmagadora maioria da população tinha poucas posses, vivendo de suas roças e espalhada por vastas áreas geográficas, o casamento ou a união consensual era, antes de tudo, o melhor caminho para se garantir condições mínimas de sobrevivência.<sup>69</sup>

Para a análise da nupcialidade da vila de Lençóes foram computados todos os casamentos, ou seja, aqueles registrados realizados nas igrejas católica e presbiteriana e os registrados em cartório. Há casos e casos: duplo registro (igreja e cartório); apenas nas igrejas; apenas no cartório.

**Tabela 38 - Movimento sazonal de casamentos. Lençóes, 1857-1889**

Mês de batismo	Nºs absolutos	Divisor	Nºs diários	Nºs proporcionais
Janeiro	101	31	3,26	112,5
Fevereiro	136	28,25	4,81	166,0
Março	30	31	0,97	33,5
Abril	69	30	2,3	79,3
Mai	107	31	3,45	119,0
Junho	87	30	2,9	100,1
Julho	124	31	4	138,0
Agosto	82	31	2,65	91,4
Setembro	91	30	3,03	104,6
Outubro	67	31	2,16	74,5
Novembro	87	30	2,9	100,1
Dezembro	72	31	2,35	81,0
<b>Total</b>	<b>1053</b>		<b>34,78</b>	<b>1200</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB, do AIPILP e do CRCA

No total, excluindo-se a duplicidade, há 1053 casamentos na vila, boa parte deles ocorrida no mês de fevereiro (TABELA 38), fenômeno comum a outras localidades da província e do país. Outros meses favoráveis ao matrimônio eram janeiro, maio, julho e setembro, ao passo que abril, agosto, outubro e dezembro estas ocorrências eram menores. Março, no entanto, era o mês mais evitado para estas cerimônias. Dezembro e março eram os meses coincidentes com as interdições religiosas da Quaresma e do Advento, portanto, respeitados pela população da vila. Os postos de melhor e pior mês (fevereiro e março) para o casamento são comuns para a vila de Sorocaba<sup>70</sup> e Nossa Senhora da Luz, paróquia de Curitiba<sup>71</sup>, conforme tabela 39.

<sup>69</sup> BACELLAR, op. cit., p. 63.

<sup>70</sup> Ibid.

<sup>71</sup> BURMESTER, op. cit.

Segundo Bacellar, fevereiro era o principal mês concentrador das cerimônias matrimoniais em consequência da interdição religiosa da Quaresma (quarenta dias anteriores à Páscoa). Novembro e janeiro também seriam meses favoráveis influenciados pelas interdições do Advento (3 semanas anteriores ao Natal).

O mesmo autor afirma que os eventos cotidianos (principalmente ligados à agricultura) também deveriam intervir no calendário dos matrimônios: de agosto a novembro realizava-se o plantio; em janeiro, dava-se a colheita; de maio a junho preparava-se a terra. Somada à interdição da Quaresma, havia ainda uma conjuntura favorável a fazer de fevereiro um mês concentrador de casamentos: fim dos trabalhos de colheita e abundância de gêneros de primeira necessidade<sup>72</sup>.

A população curitibana, segundo Burmester, respeitava os períodos de Quaresma e Advento, resultando daí uma menor ocorrência de casamentos nestes períodos. Os meses de maior ocorrência eram fevereiro, seguido por julho, setembro e novembro<sup>73</sup>.

A população de Campinas também seguia a mesma tendência: fevereiro era o mês de maior número de casamentos; novembro vinha depois. Eram os meses que antecediam as interdições religiosas. Teixeira notou, conforme dados dos registros, que os casamentos realizados nos tempos “proibidos” para tal sacramento, não recebiam as bênçãos nupciais<sup>74</sup>. Em Lençóis, também encontramos referências desta natureza nos registros. No dia 18 de fevereiro de 1869, o casamento de José Indalecio Moreira e Mariana Josefa da Silva foi celebrado “sem bênçãos por não ser tempo competente”, o que ocorreu apenas no dia 05 de abril daquele ano<sup>75</sup>. Do mesmo modo, o casamento de José Soares do Carmo e Josefa Maria, realizado em 1º de março do mesmo ano, também foi “sem bênçãos por serem proibidas”. O casamento foi abençoado apenas a 10 de abril<sup>76</sup>.

Iraci del Nero da Costa estudou a população livre e escrava de Vila Rica (1727-1826). Verificou uma situação similar a outras localidades: poucos casamentos nos meses de abril, março e dezembro e número relativamente elevado nos meses de fevereiro, maio e novembro, devido “às posturas religiosas contrárias a casamentos durante os períodos de “trevas” ou “penitência” que precedem o Natal (o chamado Advento) e da Quaresma -- da quarta-feira de Cinzas à Páscoa”<sup>77</sup>.

<sup>72</sup> BACELLAR, op. cit., p. 77.

<sup>73</sup> BURMESTER, op. cit., p. 60.

<sup>74</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 78.

<sup>75</sup> Livro de Casamentos 15, registro 54, ACB.

<sup>76</sup> Ibid., registro 55, ACB.

<sup>77</sup> COSTA, Iraci del Nero da. **Vila Rica: casamentos (1727-1826)**. p. 8. Disponível em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2006.

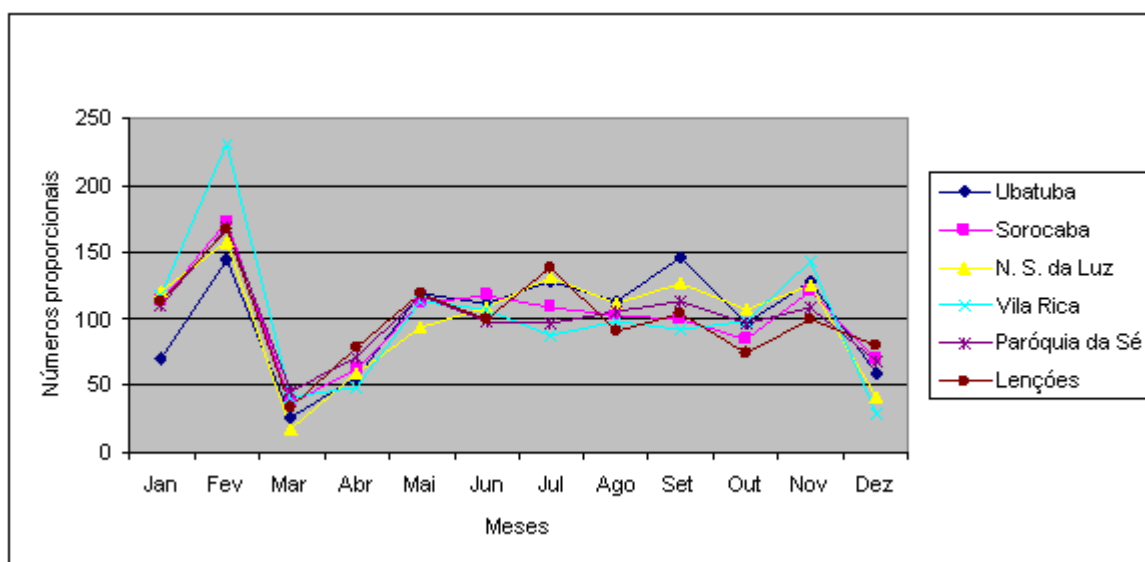
**Tabela 39 - Sazonalidade comparada de casamentos na população livre**

Meses	Ubatuba / 1800- 1834 (a)	Sorocaba / 1683- 1830 (b)	N. S. da Luz / 1751- 1800 (c)	V. Rica / 1727- 1826 (d)	Paróquia da Sé / 1728- 1850 (e)**	Lenções / 1859-1889
Janeiro	70	113	120,35	118	110	112,5
Fevereiro	144	173	158,18	231	168	166,0
Março	27	37	17,77	42	46	33,5
Abril	57	63	59,16	49	71	79,3
Mai	119	111	93,18	113	117	119,0
Junho	111	117	109,18	107	98	100,1
Julho	128	108	131,01	88	97	138,0
Agosto	113	102	111,97	98	105	91,4
Setembro	146	100	125,94	93	113	104,6
Outubro	97	85	107,15	98	97	74,5
Novembro	128	121	124,41	143	109	100,1
<b>Dezembro</b>	60	70	41,64	30	69	81,0

\*\* Com alguns intervalos.

Fonte: \*(a) Marcílio, 1986; (b) Bacellar, 2001; (c) Burmester, 1974; (d) Costa, 1976; (e) Marcílio, 1973 e ACB, AIPILP e do CRCA.

Ubatuba seria uma exceção: setembro era preferido para casamentos por ser um mês de trabalhos menos estafantes, logo após o plantio das roças, e a pesca em mutirão das tainhas: “o maior esforço no campo ou na pesca correspondia a uma diminuição na frequência dos casamentos”<sup>78</sup>.

**Gráfico 4 – Sazonalidade comparada de casamentos.**

Fonte: Marcílio, 1986; Bacellar, 2001; Burmester, 1974; Costa, 1976; Marcílio, 1973; ACB.

A população paulistana da paróquia da Sé se comportava como as demais, no que se refere ao respeito pelo tempo proibido: menos casamentos nos meses de março, abril e dezembro.

<sup>78</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 217.

Com algumas exceções, como a já notada preferência dos caçaras pelo mês de setembro, as curvas do Gráfico 4, referente à sazonalidade dos casamentos, apresenta certa semelhança: fevereiro, mês de alta ocorrência; março e dezembro, meses a serem evitados.

Alzira Lobo de Arruda Campos, analisando São Paulo colonial, encontrou movimentos máximos de casamentos, em ordem decrescente, nos meses de janeiro, fevereiro e maio, e as menores taxas em março e dezembro. Segundo a autora:

[...] é compreensível que as pessoas evitassem se casar durante épocas em que estavam condenados regozijos, uma vez que a celebração de bodas costumava ser acompanhada por festas de confraternização entre parentes e amigos dos noivos. Cortejos, banquetes, bailes não se coadunavam com os períodos de mortificação estatuídos pela Igreja.<sup>79</sup>

### 5.6.1 A idade ao casar

Bacellar levanta a hipótese de que a idade masculina ao casar estava diretamente relacionada à atividade econômica e ao grupo social considerado: jovens da elite agrária paulista tendiam a se casar mais tarde, devido à necessidade de prévia acumulação de recursos para constituir família. Já os pobres casavam-se em idade mais precoce, pois não havia patrimônio a ser partilhado. Muitos se “arranchavam” em terras alheias, como agregados<sup>80</sup>.

Uma menor parte dos registros lençoenses indica a idade dos nubentes: 248 indicam a idade dos noivos e 244, a das noivas. A média de idade, incluindo os que se casavam mais de uma vez, é de 26,54 para os homens e 20,05 para as mulheres. Do total de 1053 casamentos, 909 homens casavam-se pela primeira vez (86,3%); dentre eles, 213 indicaram a idade, resultando uma média de idade de 24,78 anos. As mulheres que se casavam pela primeira vez eram em 974 (92,5%); 223 registros apresentavam a idade: média de 19,05 ao primeiro casamento.

A menor idade encontrada para as noivas era de 13 anos (9 ocorrências). O noivo mais jovem tinha 16 anos (1 ocorrência). No dia 2 de março de 1889, um sábado, casaram-se João Bertoldo de Araujo, 22 anos, natural de Santa Bárbara do Rio Pardo, lavrador, analfabeto, e Ana Maria Benedita, 13 anos, natural de Lençóes, também analfabeta<sup>81</sup>.

A maior idade para um noivo que se casava pela primeira vez era 60 anos. No dia 29 de julho de 1888, Fabiano Barbosa dos Santos, 60 anos, natural de Campinas, casou-se

<sup>79</sup> CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo colonial**: caminhos e descaminhos. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 53.

<sup>80</sup> BACELLAR, op. cit., p. 56.

<sup>81</sup> Livro de Casamentos 43, registro 430, ACB.

com Maria, 26 anos, natural de São Carlos do Pinhal<sup>82</sup>. O fato dos pais do noivo serem nomeados apenas como Bento e Eufrásia e a noiva, apenas Maria, ser filha natural de Eva, pode indicar um passado de escravidão, uma vez que havia menores cuidados nos registros de escravos e forros.

A maior idade para uma noiva de primeiro casamento foi de 36 anos. A cerimônia de Manoel João Vicente, 24 anos, natural de Espírito Santo do Pinhal, lavrador, e Mariana de Jesus, 36 anos, natural de Belém do Descalvado, foi realizada no dia 23 de novembro de 1886, na igreja presbiteriana<sup>83</sup>.

Há significativas variações nas idades dos noivos, segundo os estudos considerados (TABELA 40).

Em Lençóis, os noivos ficavam a meio caminho entre os precoces (Ubatuba) e os mais velhos (Vale do Paraíba, São Paulo/capital), aproximando-se do encontrado em Sorocaba. Com relação às noivas, a variação é menor. Noivas lençoenses casavam-se segundo um padrão de idade comum às noivas de outras localidades, por volta de 19 anos, confirmando o que diz Bacellar a respeito de uma “forte tendência à uniformidade na idade feminina ao casar”<sup>84</sup>.

**Tabela 40 - Idade média comparada ao primeiro casamento**

Local	Data	Homens	Mulheres
Lençóis	1859-1889	24,78	19,05
Oeste paulista (a)	1765-1836	27,7	19,0
Ubatuba – SP (b)	XVIII-XIX	21,6	20,8
Sorocaba (c)	1700-1810	24,7	19,9
Campinas (d)	1774-1850	23,4	17,4

Fonte: (a) Bacellar, 1997; (b) Marcílio, 2006; (c) Bacellar, 2001; (d) Teixeira, 2004, ACB, AIPILP e CRCA.

A idade relativamente baixa do primeiro casamento em Ubatuba leva Marcílio a afirmar que “a sociedade camponesa apresentava, assim, uma elevada fecundidade, e a idade ao casar representava, para a coletividade, um meio de aumentar os nascimentos”<sup>85</sup>.

Dos casos analisados, as noivas de Campinas são as que apresentavam a idade mais precoce. A idade média de 17,4 anos para as mulheres e 23,4 para os homens contribuiu para um elevado coeficiente de fecundidade daquela sociedade<sup>86</sup>.

<sup>82</sup> Livro de Casamentos 43, registro 358, ACB.

<sup>83</sup> Livro de Casamentos, AIP.

<sup>84</sup> BACELLAR, op. cit., p. 55-56.

<sup>85</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 173.

<sup>86</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 66.

Para Lençóes, vale, mais uma vez, a observação de Marcílio para as sociedades caiçaras, com abundância de terras disponíveis:

O regime de alta natalidade e casamentos relativamente precoces deveria prevalecer, pois, aliado ao padrão de mortalidade elevada, e com a necessidade de braços familiares para tocar as lavouras. Nenhum obstáculo ou pressão social haveria no sentido de limitar a prole.<sup>87</sup>

Como pequena parte do trabalho era tocada por mão-de-obra escrava, cujos proprietários controlavam diminutos plantéis, o trabalho familiar era indispensável para aqueles que queriam ver a riqueza brotar do chão. Casamento precoce, altas mortalidade e natalidade era a fórmula que garantiria a sobrevivência.

### 5.6.2 Recasamento

Marcílio faz uma observação que também é válida para Lençóes:

A necessidade de um recasamento é mais forte entre os camponeses mais pobres, sem escravos e com filhos muito pequenos. Os homens tinham maiores dificuldades de se manterem sós, sem companheiras, e procuravam, pois, buscar logo novo casamento.<sup>88</sup>

Dentre os 1053 noivos da vila de Lençóes, 144 eram viúvos (13,7%). Apresentavam idade 35 registros, com uma média de 37,26 anos para os noivos viúvos. As noivas viúvas eram em número de 79 (7,5%), 21 delas com indicação de idade, com média de 30,67 anos. A idade média do recasamento em Ubatuba era maior do que na vila de Lençóes: 40 anos para os homens e 36 para as mulheres.

No dia 20 de julho de 1889, Demigildo Miguel Antonio de Oliveira, 35 anos, natural de Pouso Alegre (MG), analfabeto, casou-se com Rita Ribeiro, idade 32 anos mais ou menos, natural de Lençóes, vivendo de “suas agências”, analfabeta<sup>89</sup>. Demigildo era duas vezes viúvo: a primeira, há 15 anos, de Maria de Jesus; a segunda, há 6 anos, de Candida do Carmo. A noiva Rita também era viúva duas vezes: a primeira, há 9 anos, de José Cipriano de Brito; a segunda, há 2 anos, de João Bento da Silva.

Em Lençóes, dos 1053 casamentos, 867 foram entre celibatários, 82,3% (TABELA 41). Casamentos entre viúvos eram raros, apenas 3,5%. A situação descrita por outros autores com relação à maior facilidade do homem viúvo casar-se novamente, também é constatada em Lençóes: casamentos em que o homem é viúvo e mulher, solteira, totalizavam

<sup>87</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 174.

<sup>88</sup> Ibid., p. 175.

<sup>89</sup> Livro de Casamentos B02, registro 16, CRCA.

10,2% dos casos; o inverso era mais raro: em apenas 4,0% dos casos, viúvas casavam-se com homens solteiros.

Em Campinas, os números encontrados por Teixeira apresentam pequenas variações: há um maior número de casamentos entre celibatários (90,5%); e raros casamentos entre viúvos, 0,2%<sup>90</sup>.

A paróquia de Nossa Senhora da Luz, estudada por Burmester, também apresenta pequenas variações: alta incidência de casamentos entre celibatários; raras uniões entre viúvos<sup>91</sup>.

**Tabela 41 - Frequência comparada de casamentos e recasamentos**

Marido /mulher	Campinas 1774-1850 (a)		Ubatuba 1799-1834 (b)		N. S. da Luz / 1751-1800 (c)		Paróquia da Sé 1728-1809 (d)*		Lençóes, 1857-1889	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
So/sa	1416	90,5	519	77,9	1267	89,4	2391	82	867	82,3
So/va	18	1,2	32	4,8	46	3,2	168	5,7	42	4,0
Vo/sa	127	8,1	102	15,3	99	7,0	317	10,9	107	10,2
Vo/va	3	0,2	13	2,0	5	0,4	41	1,4	37	3,5
<b>Total</b>	1564	100	666	100	1417	100	2917	100	1053	100

So – solteiro; sa – solteira; vo – viúvo; va – viúva.

\* A autora dividiu seu estudo em dois períodos, 1728-1770 e 1771-1809.

Fonte: (a) Teixeira, 2004; (b) Marcílio, 2006; (c) Burmester, 1974; (d) Marcílio, 1973, ACB, AIPILP e CRCA.

Ubatuba apresenta uma menor frequência de casamentos entre celibatários, 77,9%. Os demais números mostram um comportamento parecido com as comunidades de Campinas e Lençóes: pequeno número de casamentos de viúvas com solteiros; mais raro, ainda, casamentos entre viúvos; e uma frequência maior de uniões entre viúvos e solteiras. A idade média do recasamento em Ubatuba eram maior do que na vila de Lençóes: 40 anos para os homens e 36 para as mulheres.

Os números da Sé são muito parecidos com os Lençóes: 82% de casamentos entre jovens solteiros; e uma maior porcentagem de viúvos com solteiras (10,9%), do que de viúvas com solteiros (5,7%)<sup>92</sup>.

Costa (em seu estudo não apresenta números absolutos, apenas proporcionais) encontrou números parecidos para Vila Rica: em 91,58% dos casamentos os noivos eram celibatários; 4,24% de uniões entre viúvos e solteiras; 3,02% de viúvas e solteiros; e,

<sup>90</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 75.

<sup>91</sup> BURMESTER, op. cit., p. 66-67.

<sup>92</sup> MARCÍLIO, 1973, p. 166.



finalmente, raros casamentos em que ambos os noivos eram viúvos, 0,72% . Em outros 0,44% de casos não estava especificado o estado conjugal dos noivos<sup>93</sup>.

### 5.6.3 O dia de casar

Sábado era, de longe, o dia mais procurado para as cerimônias matrimoniais em Lençóis, na segunda metade do século XIX (TABELA 42). Concentrava quase a metade delas, 46,3%. A segunda-feira era o 2º em preferência e, depois, a terça-feira. O domingo, no entanto, era um dos dias menos procurados para esta cerimônia. A sexta, assim como na cerimônia do batismo, era um dia a ser evitado. Apenas 3,7% dos casamentos eram realizados neste dia de mau agouro. Este quadro tem semelhanças e diferenças com outras localidades consideradas neste estudo (TABELA 43).

**Tabela 42 - Calendário semanal de casamentos. Lençóis, 1859-1889**

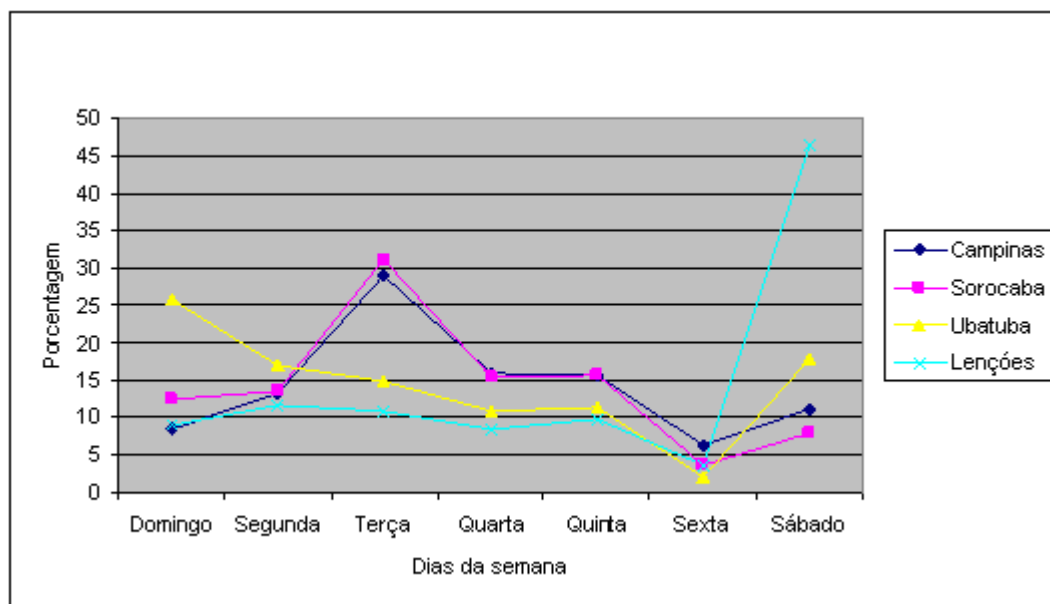
<b>Dia da semana</b>	<b>Nºs absolutos</b>	<b>%</b>
Segunda	122	11,6
Terça	115	10,9
Quarta	91	8,6
Quinta	104	9,9
Sexta	39	3,7
Sábado	487	46,3
Domingo	95	9,0
<b>Total</b>	<b>1053</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB, do AIPILP e do CRCA

Os dados coletados por Bacellar e Teixeira contestam a afirmação de Marcílio de que a preferência pelo domingo seria um comportamento típico das comunidades camponesas do Brasil arcaico. Enquanto esta autora encontrou ¼ dos casamentos no domingo, em Ubatuba, os outros dois viram a terça como o dia preferido. O sábado, para estes dois autores, não era um dia de destaque, em total desacordo com os dados de Lençóis.

Diferentemente das ocorrências de outras localidades, que apresentavam certa semelhança nas curvas de sazonalidade, os casamentos tinham ritmos próprios para cada lugar. Isto fica evidenciado no Gráfico 5: as curvas de Campinas e Sorocaba, bastante semelhantes, são extremamente distintas tanto de Ubatuba quanto de Lençóis. Nesta, o destaque dado ao sábado destaca-se do conjunto do quadro.

<sup>93</sup> COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: casamentos (1727-1826). **Revista de História**, São Paulo, v. 111, p. 195-208, 1977. Disponível em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2006.



**Gráfico 5 – Movimento semanal comparado de casamentos**

Fonte: Marcílio, 2006; Bacellar, 2001; Teixeira, 2004; e dados do ACB.

Bacellar dividiu seu estudo em períodos, encontrando uma preferência inicial pelo domingo e, para os períodos seguintes, uma tendência de queda deste dia e a instalação de um padrão em que a terça-feira é cada vez mais dominante. Observa a perda de representatividade de domingo, sábado e segunda, em favor da terça, enquanto outros dias mantiveram-se estabilizados<sup>94</sup>.

O casamento marcado fora do fim de semana sorocabano, segundo o autor, talvez visasse a ressaltar a ocorrência da cerimônia, realizada em dias onde a vila, normalmente, estava esvaziada, chamando maior atenção para o evento<sup>95</sup>.

**Tabela 43 - Quadro comparativo do movimento semanal de casamentos**

Local	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom
Lençóes / 1859-1889	11,6	10,9	8,6	9,9	3,7	46,3	9,0
Ubatuba / 1800-1830 (a)	16,9	14,9	11,0	11,4	2,0	17,9	25,9
Sorocaba / 1679-1830 (b)	13,5	31,1	15,5	15,8	3,7	7,9	12,5
Campinas / 1774-1850 (c)	13,3	28,9	15,9	15,7	6,5	11,2	8,4

Fonte: (a) Marcílio, 2006; (b) Bacellar, 2001; (c) Teixeira, 2004 E ACB.

<sup>94</sup> BACELLAR, op. cit., p. 83.

<sup>95</sup> Ibid., p. 84.

Teixeira encontrou para Campinas também uma terça-feira dominante, embora, contrariamente ao caso sorocabano, tenha captado uma tendência de queda deste dia ao longo dos períodos em que dividiu sua análise. Paralelamente à esta tendência de queda, observou um aumento da procura pelo sábado, “num claro movimento de mudança de comportamento social diante do dia de casar”<sup>96</sup>.

Em Ubatuba, assim como em Sorocaba, Campinas e Lençóes, sexta-feira era um dia nefasto, “como em quase toda a cristandade desde os tempos medievais. No dia da Paixão e Morte do Senhor Jesus não se devia realizar casamentos, sob o risco de certa infelicidade conjugal”<sup>97</sup>. O domingo era o dia preferido pelos caiçaras para as cerimônias de casamento. A preferência pelo domingo, comportamento social típico das comunidades camponesas do velho Brasil, segundo a autora, também se refletia na vida política: boa parte das reuniões dos edis de Ubatuba era realizada neste dia<sup>98</sup>.

Ainda em Ubatuba, Marcílio considera que certos dias do mês eram considerados de mau augúrio para o casamento, entre eles o nefasto dia 13. Poucos casamentos eram realizados neste dia, assim como no dia primeiro de cada mês, por razões que a autora não chegou a detectar<sup>99</sup>. Em Lençóes, não encontramos um dia de “mau augúrio” para o casamento, nem o tradicional dia 13. Embora tenha se realizado na vila um número de casamentos (25) menor que a média, ainda assim era maior que outros dias que não tinham nenhuma aura de nefasto, por exemplo: 21 casamentos no dia 10; e 23 no dia 19.

Casar-se no sábado seria um comportamento singular que a gente da fronteira foi adquirindo. Era o dia em que a vila recebia os moradores dos arredores para as atividades burocráticas, religiosas e comerciais. Quase a metade dos casamentos de Lençóes era neste dia, seguido pelas segundas e terças. Domingo era um dia de relativamente poucos casamentos. Em Lençóes, as sessões da câmara eram distribuídas pelos dias da semana, inclusive algumas aos domingos. O calendário semanal de casamentos de Lençóes, com a preferência pelo sábado, se aproxima do de Campinas, levando-se em conta que Teixeira encontrou para a aquela sociedade uma elevação da procura por este dia e que seu período de análise encerra-se em 1850, pouco antes do início do período de nossa análise. Talvez, então, casar-se aos sábados fosse um comportamento que estivesse se disseminando pelo interior paulista.

---

<sup>96</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 81.

<sup>97</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 218.

<sup>98</sup> Ibid., p. 219.

<sup>99</sup> Ibid.

#### 5.6.4 Consangüinidade

Maria Beatriz Nizza da Silva cita a observação do governador da Capitania de São Paulo, em 1800, a respeito da grande freqüência de uniões incestuosas nos sertões do Brasil:

Vivem as famílias dispersas pelos matos em pequenos prédios, que ou têm comprado, ou deles se têm assenhoreado, cujos prédios são aqui conhecidos com o nome de sítios. A distância, que ordinariamente separa estes sítios uns dos outros, deixa incomunicáveis as famílias, e põe entre eles uma divisão tal, que muito raras vezes se procuram os que entre si não têm alguma relação de parentesco.<sup>100</sup>

Analisando os parceiros do Rio Bonito, interior de São Paulo, Candido diz que, no casamento, “preferiam-se os parentes, e algumas vêzes não podia mesmo ser de outro modo, quando os moradores de um dado bairro eram ligados por consangüinidade ou afinidade próxima, não havendo fora dêles grande margem de escolha”<sup>101</sup>.

Estudando a população caiçara de Ubatuba, Marcílio notou que “no seio do segmento livre da população de camponeses pobres, a consangüinidade é fenômeno comum”<sup>102</sup>, embora fosse regra, igualmente, entre os maiores proprietários de terras e escravos. A explicação da autora relaciona a consangüinidade com o modo de vida, em moradias esparsas dos bairros rurais, formados por vasta parentela.

Utilizando o recenseamento de 1836, Eni de Mesquita Samara afirma que os bairros, na cidade de São Paulo, concentravam indivíduos em função do parentesco e grupo sócio-econômico:

A preponderância de famílias nucleares no meio urbano nessa época não exclui, portanto, as possibilidades de contato entre parentes. Na forma de ocupação do espaço se insere também a relação entre os moradores e a predominância de um certo tipo de atividade, o que provavelmente favorecia um maior entrosamento entre os elementos provenientes do mesmo estrato econômico, facilitando as uniões entre os casais.<sup>103</sup>

Os casamentos se dariam, então, preferencialmente entre integrantes do mesmo grupo sócio-econômico e racial.

Além do parentesco entre nubentes estar relacionado ao modo de vida da população camponesa, o casamento entre parentes também envolvia estratégias, principalmente para os estratos superiores da sociedade. Para escolha do cônjuge em São

<sup>100</sup> MENDONÇA, Antônio Manuel de Mello e. Memória econômico-política da Capitania de São Paulo. Anais do Museu Paulista, vol. XV, p. 98 apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz : Ed. USP, 1984. p. 127.

<sup>101</sup> CANDIDO, op. cit., p. 185-186.

<sup>102</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 223.

<sup>103</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 48-49.

Paulo colonial, “seleção social era mais significativa do que a econômica”<sup>104</sup>. A nobreza, para alguns autores, era mais considerada do que a riqueza nas estratégias matrimoniais.

Outros autores, no entanto, enfatizam o aspecto econômico dos arranjos matrimoniais, estratégia de manutenção de riqueza dentro do grupo familiar. Samara, em seu estudo sobre as estratégias matrimoniais no Brasil no século XIX, afirma que:

[...] pelo menos para certos estratos da população, o casamento, visto sob essa perspectiva era um ato social de grande importância, polarizando vários interesses e fazia-se por isso num círculo limitado, sendo comuns as uniões de parentes afins, que tinha, como finalidade preservar a fortuna mantendo a linhagem e a pureza de sangue.<sup>105</sup>

O mercado de casamentos de Ubatuba estava localizado dentro de cada grupo de vizinhança ou bairro rural. Havia, segundo Marcílio intensa consangüinidade e forte homogamia social nas sociedades caiçaras<sup>106</sup>.

Em Lençóes, dezenas de casamentos de nubentes aparentados foram realizados no período analisado: 56, entre os 1053 (5,3%). Este fenômeno, como em outras localidades, é resultado da dispersão da população em bairros, muitos deles distantes da vila e formados por famílias. Porém, a estratégia de manter a fortuna do grupo familiar também verificou-se no sertão. Tais casamentos requeriam permissão do bispo.

No dia 14 de maio de 1887, um sábado, Manoel Amâncio de Oliveira Machado e dona Maria José Pinheiro Machado, “parentes em 2º grau mixto ao 1º de consaguinidade de linha transversal”<sup>107</sup>, obtiveram dispensa de impedimento canônico e casaram-se no oratório particular da fazenda do coronel Joaquim de Oliveira Lima, pai de Manoel Amâncio e poderoso fazendeiro da região. Para Campos, a possibilidade de conseguir autorização para que as bodas fossem realizadas na casa do noivo “demonstra, ainda uma vez mais, a plasticidade da igreja quanto a modalidades do ritual”<sup>108</sup>. Talvez fossem apenas deferências especiais para gente influente.

### 5.6.5 A origem dos noivos

Por ser uma área de povoamento recente, os adultos nascidos em Lençóes eram em pequeno número, prevalecendo uma população adventícia originária de áreas de povoamento

<sup>104</sup> CAMPOS, op. cit., p. 149.

<sup>105</sup> SAMARA, Eni de. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 93, set./fev. 1987/1988.

<sup>106</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 173.

<sup>107</sup> Livro de Casamentos 43, registro 303, ACB.

<sup>108</sup> CAMPOS, op. cit., p. 225.

mais antigo, paulistas e mineiras, principalmente. Esta observação pode ser confirmada, também, pela origem dos noivos que se casaram na vila, entre os anos de 1859 e 1889.

A Tabela 44 foi elaborada a partir dos registros que indicavam a naturalidade de noivos e noivas. Alguns registros não mencionavam este dado. Outros, mesmo indicando a naturalidade, o faziam de tal modo vago que não foi possível identificar a província, como nestes exemplos: “natural de” Boa Vista, Rio Bonito, Capela da Serra, Santa Rita etc. Foram, portanto, desconsiderados.

A mobilidade espacial dos homens é bem maior do que a das mulheres, como seria de se esperar. Os noivos naturais da própria vila de Lençóes eram em pequeno número, representando 14,3% dos 826 noivos cuja origem pôde ser identificada. Parcela semelhante dos noivos era originária de povoados próximos a Lençóes, num raio de até 100 km, aproximadamente. Eram naturais de Botucatu, Jaú e demais vilas e freguesias próximas. Boa parte era oriunda de Minas, confirmando a importância da participação mineira no povoamento da região. Eram naturais de áreas mais distantes da própria província de São Paulo uma grande parcela dos noivos, 46%. Gente que saía de Itapetininga, Sorocaba, Piracicaba, Campinas, São João do Rio Claro, Faxina, Bananal e outras localidades.

**Tabela 44 - Origem dos noivos de Lençóes, 1859-1889**

Origem	Noivos		Noivas		Total	
	N	%	N	%	N	%
Lençóes	118	14,3	260	29,9	378	22,3
Próximo a Lençóes*	119	14,4	140	16,1	259	15,3
Província de S. P.**	380	46	327	37,6	707	41,7
Província de Minas	171	20,7	125	14,4	296	17,4
Outras províncias	30	3,6	12	1,4	42	2,5
Exterior	8	1	5	0,6	13	0,8
Sub-total	826	100	869	100	1695	100
Não identificados	227		184		411	
<b>Total</b>	<b>1053</b>		<b>1053</b>		<b>2106</b>	

\* Dentro de um raio de aproximadamente 100 km e exceto a própria vila de Lençóes.

\*\* Fora do raio de aproximadamente 100 km.

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB, do AIPILP e do CRCA

A dinâmica da mobilização feminina é diferente. As noivas que se casaram na vila de Lençóes eram, em boa parte (46%), originárias da própria vila ou de povoados vizinhos; 37,6% vinham de áreas paulistas de povoamento mais antigo e 14,4% eram mineiras.

O costume, ainda contemporâneo, de se realizar o casamento no local de moradia da noiva não parece ser a explicação mais plausível para o desequilíbrio na origem dos

cônjuges. Pensamos que, neste caso, os jovens vinham para se estabelecer e não apenas para buscar uma noiva.

Podemos pensar numa dinâmica: homens vinham de fora tentar a vida na fronteira aberta, casavam-se com as jovens lençoesenses e constituíam família. Muitos jovens nascidos em Lençóes, por sua vez, iam tentar a sorte sertão adentro, já que nas últimas décadas do século XIX, outros povoados foram surgindo, tirando da vila de Lençóes a condição de boca de sertão.

Francisco José Maria casou-se no dia 14 de outubro de 1871, um sábado, com Maria Luciana de Jesus. Nascido em Casa Branca, era filho natural de Maria Generosa de Jesus. A noiva, filha legítima, era natural de São João do Jaguary, província de São Paulo<sup>109</sup>. O casamento durou poucos anos, pois em março de 1875, Francisco faleceu de “repente”, aos 27 anos<sup>110</sup>. No entanto, o casal teve dois filhos: Rosalina, nascida em 30 de setembro de 1872<sup>111</sup>; e Iria, nascida em 18 de fevereiro de 1874<sup>112</sup>.

João Ferreira Barbosa casou-se, em dezembro de 1874, com Virgilina Maria de Andrade. Ele era natural de Rio Claro e a noiva, da freguesia de São Domingos, vila de Lençóes<sup>113</sup>. Dessa união nasceram: Francisco, em 6 de setembro de 1875<sup>114</sup>; Guilhermina, nascida em 25 de junho de 1877<sup>115</sup>; e Osório, nascido em 3 de dezembro de 1878<sup>116</sup>. Dois anos depois, dezembro de 1880, João faleceu de febre, com cerca de 30 anos de idade<sup>117</sup>.

São alguns exemplos de jovens que vieram de outras regiões, casaram-se e constituíram família em Lençóes, onde faleceram.

## **5.7 E a morte os separa – a mortalidade e a morbidade**

### **5.7.1 Tempo de morrer**

Há um menor número de registros de óbitos para análise na vila de Lençóes. Uma das causas disso deve-se à menor abrangência temporal. Os primeiros dados são do ano de 1867. Devido às condições iniciais de povoamento e de dispersão da população pelos vários e

<sup>109</sup> Livro de Casamentos 15, registro 42, ACB.

<sup>110</sup> Livro de Óbitos 12, registro 219, ACB.

<sup>111</sup> Livro de Batismos 16, registro 755, ACB.

<sup>112</sup> Livro de Batismos 29, registro 221, ACB.

<sup>113</sup> Livro de Casamentos 15, registro 334, ACB.

<sup>114</sup> Livro de Batismos 29, registro 517, ACB.

<sup>115</sup> Livro de Batismos 33, registro 2, ACB.

<sup>116</sup> Ibid., registro 290, ACB.

<sup>117</sup> Livro de Óbitos 12, registro 420, ACB.

distantes bairros rurais que compunham Lençóes, é muito provável que haja sub-registro de batismos e óbitos.

Bacellar já havia chamado a atenção para isso ao analisar a vila de Sorocaba: “Em relação às crianças, certamente as grandes distâncias de alguns bairros rurais para com a vila dificultava não somente o registro de óbito, mas também o prévio assento de batismo”<sup>118</sup>.

O sub-registro de batismos deve ter sido menor que o de óbitos. Decerto os pais, num primeiro momento impedidos de batizar a criança por algum motivo, deviam ter a percepção que isto deveria ocorrer mais cedo ou mais tarde. A criança, se conseguisse fugir da morte prematura, em algum momento da vida deveria ser “registrada”, afinal, tinha toda uma vida pela frente.

O mesmo não ocorria com relação aos mortos. A negligência com respeito ao registro devia ser maior, principalmente para aqueles que não tinham bens a serem inventariados. Afinal, era o fim da vida. Além disso, muitos mortos devem ter sido enterrados em cemitérios locais, nos bairros. Eventualmente, a pedido de algum parente do falecido, alguém que se dirigia à vila passava no cartório ou igreja e comunicava a morte, mesmo sem muitas informações. O seguinte exemplo dá uma dimensão disso:

Aos vinte dias do mes de janeiro de mil oito cento e setenta e um no Districto d’esta Villa dos Lençois, falleceu um homem conhecido pelo nome de Antonio, e nada mais, por conseguinte ignoro se cazado fosse ou solteiro consta-me só por informação do Snr. Estevão Correa de Moraes Bueno que o referido era cazado com uma mulher cujo nome não pode lembrar-se, que podia ter a idade de cinqüenta annos mais ou menos, foi por mim encommendada a sua alma [...].<sup>119</sup>

Esta escassez de informações também pode ser verificada no óbito seguinte, de João Domingues, falecido no dia 1º de julho de 1870, de “pleuriz”, com idade de 30 anos “mais ou menos”. João “era casado com uma mulher cujo nome os condutores do seu corpo não souberam dizer”<sup>120</sup>.

Por conta disso, os indícios de sub-registro são fortes, o que não nos impede de fazer análises dos casos documentados, ainda assim bastante significativos. Antes, um alerta: nem sempre é registrado o dia da morte da pessoa. Ocorre muitas vezes a data ser do sepultamento, sem dizer se a morte é no dia anterior ou no próprio dia. Por isso, algumas mortes podem ter variação de 1 dia, normalmente.

Há 810 registros de mortes em Lençóes. Em dois deles, não há registro de nome ou idade do falecido, e em apenas um não há referência à data. Em muitos casos, há um duplo

<sup>118</sup> BACELLAR, op. cit., p. 94-95.

<sup>119</sup> Livro de Óbitos 12, registro 154, ACB.

<sup>120</sup> Ibid., registro 118, ACB.



registro, no cartório e na igreja, alguns deles com informações discrepantes, por exemplo, diferentes datas de nascimento ou idade. Nestes casos de duplicidade com informações desencontradas, o procedimento adotado, como já assinalado, foi o de escolher o registro que continha mais detalhes, ou aquele em o declarante era pessoa bem próxima do falecido, pai, filho ou irmão. Além disso, os registros na igreja eram feitos por padres que nem sempre criavam raízes na vila, tinham passagem efêmera, alguns, inclusive eram estrangeiros, geralmente italianos. Ou seja, podiam não estar bem familiarizados com a nossa língua, nem com seu rebanho, do que poderia resultar em incorreções, ao contrário dos escrivães dos cartórios, gente da comunidade, conhecedora, ao menos, de parte das famílias.

No dia 7 de dezembro de 1881, faleceu de “boubas”, Maria, de 2 meses de idade, filha de Antonio Custodio Pinto e Virginia Maria de Jesus<sup>121</sup>. Em 26 de janeiro de 1885, o casal perdeu outra filha, Geordina, de 1 ano, vitimada por “vermes”<sup>122</sup>. Outro filho do casal, Antonio, de 6 meses, morreria no mesmo mês de janeiro, dois anos depois<sup>123</sup>.

**Tabela 45 - Movimento sazonal de óbitos. Lençóes, 1867-1889**

<b>Mês de batismo</b>	<b>Nºs absolutos</b>	<b>Divisor</b>	<b>Nºs diários</b>	<b>Nºs proporcionais</b>
Janeiro	81	31	2,61	117,6
Fevereiro	56	28,25	2,09	94,2
Março	67	31	2,16	97,3
Abril	62	30	2,07	93,2
Mai	73	31	2,35	105,9
Junho	46	30	1,53	68,9
Julho	57	31	1,84	82,9
Agosto	68	31	2,19	98,6
Setembro	59	30	1,97	88,7
Outubro	67	31	2,16	97,3
Novembro	87	30	2,9	130,6
Dezembro	86	31	2,77	124,8
<b>Total</b>	<b>809</b>		<b>26,64</b>	<b>1200</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB e do CRCA.

Como nos casos acima, em alguns meses ocorria maior número de mortes em Lençóes: novembro, dezembro e janeiro, com números proporcionais de 130,6; 124,8; e 117,6, respectivamente (TABELA 45). São os meses correspondentes ao verão e à maior incidência de moléstias infecto-contagiosas, principalmente sobre a população mais suscetível de contraí-las, as crianças. Os frios meses de junho e julho apresentavam menores números,

<sup>121</sup> Livro de Óbitos 12, registro 452, ACB.

<sup>122</sup> Ibid., registro 603, ACB.

<sup>123</sup> Ibid., registro 693, ACB.

68,9 e 82,9. Os demais meses do ano apresentavam um relativo equilíbrio neste tipo de ocorrência.

Bacellar lembra que “a mortalidade é o mais puramente biológico dos fenômenos demográficos, influenciado principalmente pelo meio ambiente e não pelas normas e práticas sociais”<sup>124</sup>. Daí as diferenças encontradas para as localidades aqui mencionadas (TABELA 46).

Encontrou este autor maiores ocorrências de óbito nos primeiros meses do ano, relacionando-os aos meses quentes do verão e outono, quando as febres, a desidratação e as doenças típicas do clima quente aumentavam a frequência das mortes:

Em Sorocaba, a mortalidade parece, também, estar indiretamente relacionada ao Advento e à Quaresma, em função da concentração de batismos em dezembro e fevereiro. Números elevados de batismos nesses meses podem também ser entendidos como números elevados de nascimentos e, com toda certeza, uma maior concentração de óbitos de recém-nascidos.<sup>125</sup>

O autor destaca, também, o peso dos óbitos provocados por doenças infecto-contagiosas, mais presentes nos meses de calor.

**Tabela 46 - Sazonalidade comparada de óbitos de livres**

Meses	Sorocaba / 1681-1810 (a)	N. Senhora da Luz / 1751-1800 (b)	Paróquia da Sé / 1800- 1850 (c)	Lençóes / 1859-1889
Janeiro	118	89,0	109	117,6
Fevereiro	102	86,92	102	94,2
Março	105	88,59	100	97,3
Abril	105	104,97	97	93,2
Maio	106	91,78	99	105,9
Junho	103	100,80	108	68,9
Julho	101	117,75	91	82,9
Agosto	95	100,67	92	98,6
Setembro	97	115,25	99	88,7
Outubro	86	111,91	95	97,3
Novembro	95	93,86	102	130,6
<b>Dezembro</b>	88	98,44	106	124,8

(a) Bacellar, 2001; (b) Burmester, 1974; (c) Marcílio, 1973, ACB, AIPILP e CRCA.

Burmester, ao contrário, relacionou o maior número de mortes encontrado, em julho, na paróquia de Nossa Senhora da Luz/ Curitiba, às baixas temperaturas do inverno<sup>126</sup>. Abril e setembro, meses de mudanças sazonais, também apresentam maiores incidências de óbitos. No entanto, alerta a autora, a mortalidade infantil (crianças falecidas antes de

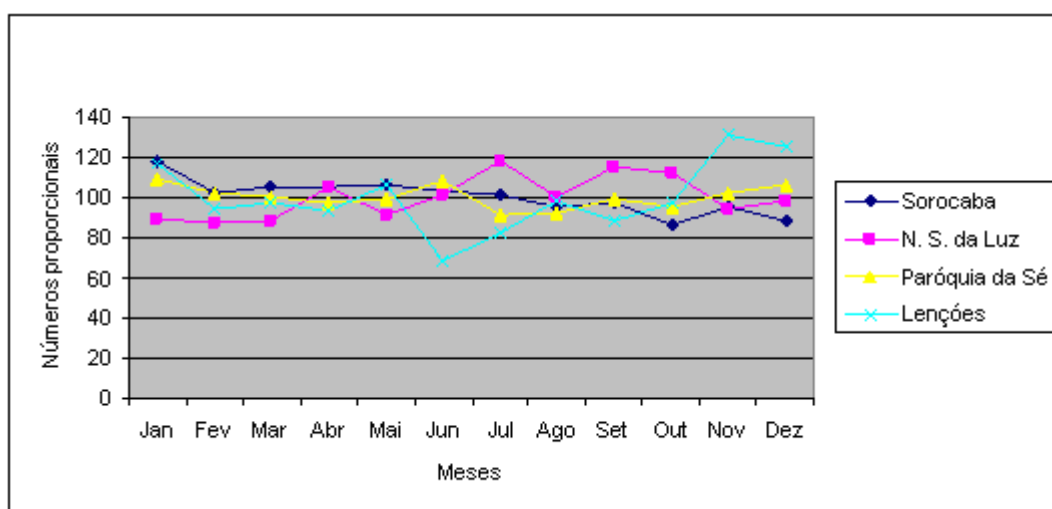
<sup>124</sup> BACELLAR, op. cit., p. 97, nota 106.

<sup>125</sup> Ibid., p. 96-97.

<sup>126</sup> BURMESTER, op. cit., p. 60.

completar um ano de idade) tem sua sazonalidade específica, diferente da encontrada para o total da população livre. Como as crianças são, em geral, mais afetadas pelo calor do que pelo frio, “a curva de movimento sazonal reflete esta realidade: maior número de óbitos de crianças de baixa idade ocorre no mês de fevereiro, para aumentar novamente em julho e outubro”<sup>127</sup>.

Na São Paulo da primeira metade do XIX, a grande mortalidade situava-se no verão, nos meses de novembro, dezembro e janeiro, embora o frio mês de junho também apresentasse alta mortalidade<sup>128</sup>.



**Gráfico 6 – Sazonalidade comparada de óbitos.**

Fonte: Bacellar, 2001; Burmester, 1974; Marcílio, 1973; e dados do ACB.

O Gráfico 6 mostra que a curva de óbitos de Lençóes era a que mostrava maior variação ao longo do ano, atingindo um pico nos meses finais do ano, um grande ocorrência também em janeiro e uma queda da mortalidade nos meses de inverno, junho e julho.

### 5.7.2 A idade da morte

Teixeira dividiu a população campineira analisada em faixas etárias e captou as distintas curvas de óbitos. A mortalidade infantil (0-14 anos, em seu estudo) ocorreu principalmente nos meses de verão, o que demonstra a suscetibilidade das crianças aos meses quentes e chuvosos. No inverno, ocorria uma acentuada queda de mortes nesta faixa etária. Entre as pessoas de 15 a 49 anos, houve pequenas flutuações ao longo do ano, “porém não indicando nenhuma correlação com as estações climáticas e nem mesmo com os períodos de

<sup>127</sup> BURMESTER, op. cit., p. 73-74.

<sup>128</sup> MARCÍLIO, 1973, op. cit., p. 157-158.

trabalho mais intenso”<sup>129</sup>. As variações foram ainda menores entre as pessoas com mais de 50 anos de idade.

**Tabela 47 - Movimento sazonal de óbitos por faixa etária. Lençóes, 1867-1889**

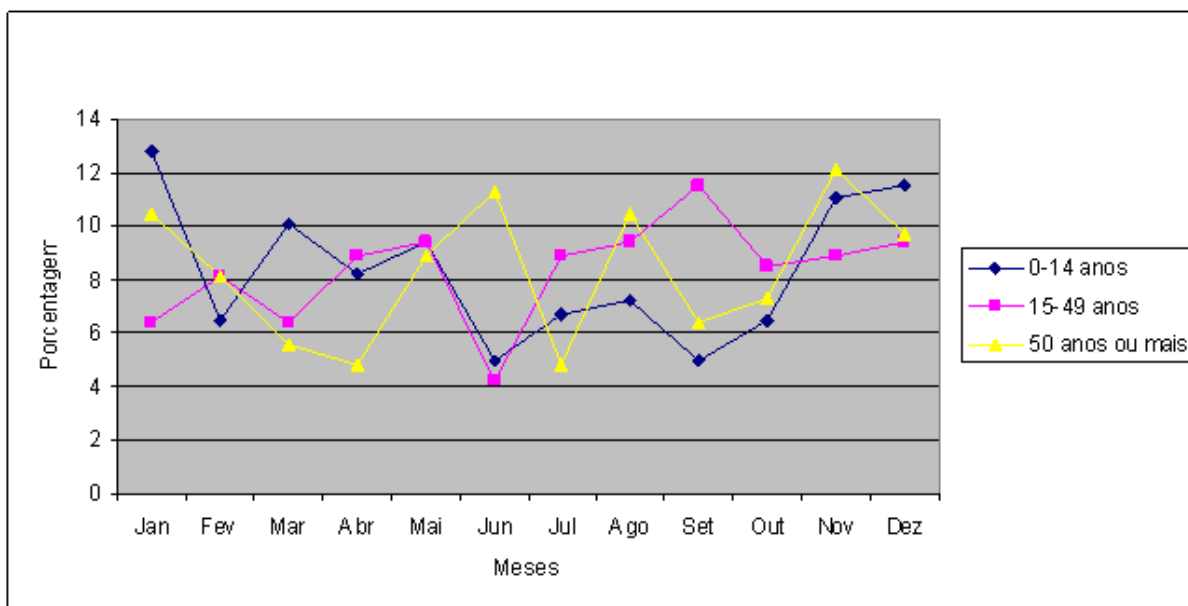
	0-14 anos		15-49 anos		50 anos ou +		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Janeiro	53	12,8	15	6,4	13	10,5	81	10,4
Fevereiro	27	6,5	19	8,1	10	8,1	56	7,2
Março	42	10,1	15	6,4	7	5,6	64	8,3
Abril	34	8,2	21	8,9	6	4,8	61	7,9
Mai	39	9,4	22	9,4	11	8,9	72	9,3
Junho	21	5,0	10	4,2	14	11,3	45	5,8
Julho	28	6,7	21	8,9	6	4,8	55	7,1
Agosto	30	7,2	22	9,4	13	10,5	65	8,4
Setembro	21	5,0	27	11,5	8	6,4	56	7,2
Outubro	27	6,5	20	8,5	9	7,3	56	7,2
Novembro	46	11,1	21	8,9	15	12,1	82	10,6
Dezembro	48	11,5	22	9,4	12	9,7	82	10,6
<b>Total</b>	416	100	235	100	124	100	775	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB e do CRCA.

Como não poderia deixar de ser, a mortalidade infantil na vila de Lençóes também tem uma sazonalidade específica, conforme Tabela 47.

A mortalidade entre crianças de 0 a 14 anos em Lençóes era mais acentuada nos meses de novembro, dezembro e janeiro. Nos meses intermediários do ano, de junho a outubro, havia uma acentuada queda, como mostra a curva do gráfico 7. As mortes ocorridas na faixa etária de 15 a 49 anos, como em Campinas, não guardam relações com as condições climáticas nem com o ritmo de trabalho na lavoura, oscilando em menor intensidade ao longo do ano. Entre os mais velhos, também há variações como que aleatórias. A pequena amostragem talvez seja responsável pelo fato de entre junho e julho, meses de inverno, os números sejam tão díspares nesta faixa etária.

<sup>129</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 104.



**Gráfico 7 – Frequência de óbitos por faixa etária. Lencóes, 1868-1889.**

Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do ACB.

As curvas do Gráfico 7 mostram a sazonalidade específica da mortalidade entre crianças. Em alguns momentos acompanha a curva dos adultos e dos mais velhos, mas, no geral, destoa das outras duas.

**Tabela 48 - Idade ao falecer de livres de ambos os sexos. Lencóes, 1867-1889**

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 1	129	29,7	89	23,8	218	27,0
1-14	91	21,0	106	28,3	197	24,4
15-49	117	27,0	117	31,3	234	29,0
50 ou mais	79	18,2	45	12,0	124	15,3
NC	18	4,1	17	4,6	35	4,3
Total	434	100	374	100	808	100

Obs: 2 registros não definem o nome ou sexo do falecido.

Fonte: Tabela elaborada a partir dos registros de batismos do ACB e do CRCA.

A mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) era elevadíssima na população livre de Lencóes, na segunda metade do século XIX. Pouco mais de ¼ das crianças morria nesta faixa etária, conforme a Tabela 48. Somada ao alto índice de crianças mortas entre 1 e 14 anos de idade, temos que metade da população morria bastante jovem.

### 5.7.3 Morbidade

Em outubro de 1870, a câmara municipal da vila de Lençóis constatava a existência de um “bexiguento no bairro dos Martins”, distante da vila três léguas, e solicitava recursos às autoridades provinciais, “afim de pessoa alguma soffrer perigo com tão horrível doença” e que esta não se tornasse uma epidemia<sup>130</sup>. Poucos dias depois, no dia 21 de outubro de 1870, faleceu Teresa Maria de Jesus<sup>131</sup>, de 24 anos. Não pôde ser enterrada no cemitério da vila porque fora vítima da contagiosa “bexiga” (varíola). Foi sepultada, então, num sítio, propriedade de Antonio Martins de Siqueira. A preocupação das autoridades fazia sentido. A doença se propagou e levou pânico à vila.

Em maio de 1886, a morte ceifou a vida daquela que era, provavelmente, toda uma família, devido ao contágio de uma doença. No dia 22 daquele mês, morreu João Gregório de Arruda<sup>132</sup>, de 42 anos, e seu filho José<sup>133</sup>, de 7. Ambos morreram de “febre”, segundo o óbito. Dois dias depois, morreu a mãe, Ana Maria de Oliveira<sup>134</sup>, de 30 anos de idade. O registro traz como causa a “febre tifo”. Mais dois dias e morreram Artur<sup>135</sup>, 7 (de “febre tifo”), e Pedro<sup>136</sup>, 12 anos (de “febre”), o que nos dá indícios de que todos morreram desta mesma doença. As crianças eram as mais atingidas.

Samara diz, sobre a família brasileira, que:

[...] as crianças, quando não morriam ao nascer, dificilmente chegavam aos cinco anos de vida, por falta de tratamento adequado do cordão umbilical, vestuário e alimentação impróprios e o desprezo pelas moléstias da primeira infância. Todos esses motivos somados à falta de higiene, às más condições das habitações e mesmo à sífilis eram responsáveis pelo grande número de crianças mortas precocemente.<sup>137</sup>

Para a autora, a utilização de parteiras, “atividade exercida precariamente por brancas, negras e caboclas desde os tempos coloniais e que, além de partejarem, curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas e benzeduras”<sup>138</sup>, era outra causa das mortes prematuras.

<sup>130</sup> Livro de atas, 1866-1886, dias 17 e 18 de outubro de 1870, ACMLP.

<sup>131</sup> Livro de Óbitos 12, registro 138, ACB.

<sup>132</sup> Ibid., registro 653, ACB.

<sup>133</sup> Ibid., registro 654, ACB.

<sup>134</sup> Ibid., registro 655, ACB.

<sup>135</sup> Ibid., registro 656, ACB.

<sup>136</sup> Ibid., registro 657, ACB.

<sup>137</sup> SAMARA, 1986, op. cit., p. 28.

<sup>138</sup> Ibid., p. 28.

Diferentemente do verificado em Campinas, por Teixeira que encontrou poucas dezenas de relatos sobre a *causa mortis*<sup>139</sup>, em Lençóis há 472 registros em que ela aparece, embora numerosos óbitos trouxessem expressões vagas como “repentina” ou “de inflamação”, impossibilitando, nestes casos, a sua melhor caracterização. Mas, as causas mais comuns registradas nos óbitos eram as doenças infecciosas e parasitárias, tais como, febre, coqueluche, difteria, disenteria, lepra, tísica, e outras. Doenças do aparelho digestivo também eram responsáveis por muitas mortes, entre elas, hidropisia e obstrução intestinal. Outra causa muito comum de morte eram os problemas decorrentes do parto. Muitas mulheres perderam a vida ainda jovens por causa disto.

Era também alto o índice de mortes causadas por algum tipo de acidente ou, então, por violência, principalmente entre os homens. Isto reflete as condições em que se encontrava o povoamento da região, o que caracteriza uma violência predominantemente masculina. O início da ocupação provavelmente ainda não havia criado condições para o estabelecimento do poder da justiça em toda a sua plenitude, o que deveria se refletir em conflitos pessoais resolvidos à base da violência ou vingança pessoal. Há registros, para os homens livres, de morte por “tiro de garrucha e facada”, “morte violenta”, “tiro de espingarda”, “facada” e “assassinado”. As condições de derrubada de matas para a formação de plantio também foram responsáveis por mortes deste tipo: várias “mordida de cobra”, “queimado” e “desastre” e um registro de “quebrado”.

A Tabela 49 utiliza a mesma classificação usada por Marcílio em seu estudo sobre a morbidade (ANEXO).

O estudo de Marcílio para a paróquia da Sé computou 1036 óbitos de habitantes livres que traziam a *causa mortis*, de um total de 2406 registros para o período de 1799 a 1809. A autora classificou as doenças em grandes grupos, adotando as propostas e deliberações de 1948 da Conferência Internacional da Organização Mundial da Saúde.

O alerta de Marcílio é igualmente válido para a realidade de Lençóis do século XIX: “Continua sendo difícil saber se as doenças declaradas antigamente correspondiam exatamente àquelas que conhecemos hoje, com seus nomes atuais”<sup>140</sup>.

Na paróquia da Sé, a maior de mortes era as do Grupo I (Doenças infecciosas e parasitárias), proporção de 622,6 por mil; a segunda causa de mortes refere-se a doenças referentes ao Grupo VII (Doenças do parto e do puerpério). As doenças do aparelho digestivo (Grupo V) ocorrem na proporção de 95,6 por mil.

---

<sup>139</sup> TEIXEIRA, op. cit., p. 100.

<sup>140</sup> MARCÍLIO, 1973, op. cit., p. 178.

**Tabela 49 - Ocorrência de cada grupo de doenças na população livre em duas localidades**

Grupos	Paróquia da Sé / 1799-1809 (a)				Lençóes / 1867-1889			
	H	M	Total	Proporção	H	M	Total	Proporção
I	320	325	645	622,6	167	126	293	620,8
II	0	1	1	0,9	0	1	1	2,1
III	16	15	31	30,0	5	4	9	19,1
IV	2	0	2	1,9	7	5	12	25,4
V	38	61	99	95,6	29	24	53	112,3
VI	13	11	24	23,6	2	6	8	17,0
VII	81	79	160	154,4	13	31	44	93,2
VIII	40	32	72	69,5	12	11	23	48,7
IX	2	0	2	1,9	21	8	29	61,4
Total	512	524	1036	1000	256	216	472	1000

Fonte: (a) Marcílio, 1973, ACB e CRCA.

Em Lençóes, os números são parecidos. Senão, vejamos: o grupo I entra na proporção de 620,8 por mil. O Grupo V entra na proporção de 112,3; enquanto que as mortes decorrentes de doenças do parto e do puerpério estão em 93,2 por mil.

Uma diferença significativa diz respeito às mortes do Grupo IX: Mortes violentas e Acidentais. Marcílio encontrou a proporção de 1,9 por mil; enquanto que as condições de início de povoamento foram responsáveis pelos altos índices de Lençóes: 61,4.

Em Ubatuba, a morte era causada principalmente por moléstias infecto-contagiosas e parasitárias, de caráter endêmico. Segundo Marcílio, “as epidemias, de fato, não existiam nessa população rala e dispersa pelas roças e sítios”<sup>141</sup>. Doenças que mais matavam os caiçaras: desinterias (“câmeras de sangue”), varíola, febres (malignas ou maleitas gástricas, de tifo, reumatismais), hidropisias (do fígado), áscaris (lombriga) e frequentemente pelas “sarnas recolhidas” ou “sarnas lavadas”<sup>142</sup>.

Claro que as condições específicas da época, principalmente a falta de profissionais capazes de identificar com segurança a *causa-mortis*, aliada ao próprio estágio do conhecimento médico em vigor podem ter ocasionados incorreções no diagnóstico de várias doenças. De qualquer modo, parece claro que as doenças infecciosas e parasitárias eram majoritárias<sup>143</sup>.

A morte não diferenciava ricos e pobres: o bacharel Antonio José da Rocha perdeu três filhos no intervalo de poucos anos: em 28 de agosto de 1879 faleceu sua filha Corina, de

<sup>141</sup> MARCÍLIO, 2006, op. cit., p. 209.

<sup>142</sup> Ibid., p. 209.

<sup>143</sup> FERNANDES, Edson. **Escravidão na fronteira**: um estado da escravidão negra numa boca de sertão paulista. Lençóes, 1860-1888. 2003. 114. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2003. p. 85-88.



3 meses de idade, de “vermes”<sup>144</sup>; no dia 15 do mês seguinte faleceu Afonso, de 3 anos e 4 meses, de tétano<sup>145</sup>; em 9 de julho de 1884, outro filho: a menina Ana, de 9 dias, vitimada também pelo tétano, segundo o registro<sup>146</sup>.

Do total de 810 registros de óbitos de Lençóis, 504 deles contêm o nome do pai: 362 deles aparecerem como sendo pai de apenas um falecido; 47 perderam ao menos 2 filhos no período; 10 registraram óbito de 3 filhos; 2 perderam 4, e outros 2 viram a morte de 5 filhos.

Portanto, não era incomum que a morte levasse, num espaço de pouco tempo (às vezes, de poucos dias) dois ou mais membros de uma mesma família. Embora altas taxas de mortalidade fossem um fenômeno comum no passado brasileiro, resultado, dentre outros fatores, das precárias condições de vida e trabalho de amplas parcelas da população, os habitantes da fronteira viviam dificuldades adicionais, entre elas, a distância dos centros urbanos mais desenvolvidos, o que acarretava demora no atendimento das necessidades básicas (remédios, vacinas, médicos) e o conseqüente aumento da mortalidade.

À ausência de um aparato judiciário e policial eficaz também pode ser creditada parcela das mortes. Conflitos entre moradores não raro redundavam em morte, assim como a resistência de moradores a se “enquadrar” na ordem estabelecida quando esta dizia respeito à saúde pública criava condições de insalubridade propícias à propagação de doenças.

A morte era uma companheira constante da gente da fronteira.

---

<sup>144</sup> Livro de Óbitos 12., registro 343, ACB.

<sup>145</sup> Ibid., registro 350, ACB.

<sup>146</sup> Ibid., registro 564, ACB.

## 6 CONCLUSÃO

O povoamento da porção oeste da província de São Paulo, em sua área compreendida pelos rios Tietê e Paranapanema, deu-se numa época de transformações econômicas e sociais (expansão cafeeira, leis abolicionistas, Lei de Terras etc.) e teve como pano de fundo os conflitos com os habitantes nativos.

Os povoadores, vindos de áreas de ocupação mais antiga, eram atraídos pela abundância de terras e estabeleceram-se em bairros rurais, em pequenos núcleos urbanos ou simplesmente em roçados e sítios isolados nas fronteiras do povoamento – além do qual havia o “sertão desconhecido” e a população indígena.

Estabelecidos na nova terra, os povoadores iniciaram a construção de uma estrutura institucional – administrativa, religiosa, política – e esta não se fez sem conflitos. A elite econômica procurava impor sua autoridade também no campo político, daí que as divergências políticas levavam a fraudes e violência eleitoral.

A estrutura institucional não se concretizou em sua plenitude no período analisado, o que significa dizer que a precariedade da vida foi constante: falta de médicos e professores, incúria administrativa, insegurança, justiça incipiente.

As famílias formadas nas condições que a fronteira permitia apresentavam alguns padrões e estratégias coincidentes com outras áreas, em outros tempos e lugares. Outros comportamentos, no entanto, revelam diferenças significativas que não podem ser explicadas recorrendo às análises já consagradas em estudos do nosso passado.

Como área fronteiriça, Lençóes apresentava condições propícias à uma elevada taxa de ilegitimidade, que já foi vista como uma característica da família brasileira de outrora. Em que pese as condições adversas à estabilidade dos arranjos familiares, próprias de uma área em início de povoamento, sua taxa de ilegitimidade era extremamente baixa, 5,9%.

O isolamento a que estava condenada boa parte da população da fronteira não impedia que os nomes escolhidos para batizar as crianças fossem os mesmos utilizados por famílias em outras condições econômicas e sociais.

Um comportamento da família na fronteira que destoa se comparado a estudos sobre outras áreas refere-se à predominância de dezembro para batismos. Além deste mês, dezembro e janeiro também eram meses de bastante ocorrência deste tipo de cerimônia. Quanto ao dia preferido, domingo reinava absoluto, comportamento comum a outras localidades espalhadas pelo Brasil.

Com relação à concepção, as variações sazonais para as concepções em Lençóis não são muito acentuadas. Parece que a população lençoense comportava-se como os sorocabanos estudados por Bacellar, que observou que nos casamentos, cerimônias públicas e solenes, as interdições religiosas eram mais respeitadas do que nas íntimas concepções.

Um comportamento típico das comunidades pretéritas do Brasil parece ser o de evitar cerimônias religiosas nas sextas-feiras, o que ocorria também ocorria na fronteira.

O instável ambiente de elaboração da estrutura institucional parece ter se refletido na necessidade de se buscar alianças estratégicas familiares. O apadrinhamento era um destes momentos. Na fronteira, a escolha dos padrinhos recaía sobre quem apresentasse renda ligeiramente superior a do pai da criança. No entanto, o “mercado” de padrinhos era bastante disputado: quanto maior a renda declarada, mas crianças uma pessoa levava à pia batismal.

Os casamentos eram outra cerimônia que apresentava traços comuns à realidade brasileira, ao menos na escolha do período: fevereiro era o mês preferido, fenômeno comum a outras localidades da província e do país. Março, no entanto, era o mês mais evitado para estas cerimônias, também um comportamento comum do passado brasileiro, assim como era comum a precocidade da noiva. As jovens de primeiras núpcias casavam-se com idade na faixa de 19 anos, enquanto que a idade dos noivos apresentava variações conforme a época e o lugar. Em Lençóis, os noivos ficavam a meio caminho entre os precoces e os mais velhos.

Se o domingo na fronteira era o dia de batismo, o sábado era o de casamento. Aliás, ao que parece, esta era uma cerimônia que tinha dinâmica própria conforme a época e o lugar, visto que em algumas localidades a terça-feira era o dia mais procurado.

O casamento também importava estratégias, uma delas referentes ao parentesco entre os nubentes. Além de ser uma estratégia de preservação de patrimônio, como verificado por outros pesquisadores, estava relacionado também, na fronteira, à própria dinâmica de ocupação territorial, a saber, população espalhada por bairros rurais distantes entre si e formados, em boa parte, por famílias.

Se a mobilidade era uma marca característica da fronteira – recebendo povoadores vindos de distantes lugares -, isto fica mais evidenciado na análise da origem dos nubentes. A mobilidade espacial dos noivos é bem maior do que a das noivas, como seria de se esperar para uma região com estas características.

Quanto à mortalidade, os meses que em que ela mais incidia correspondem àqueles em que as altas temperaturas do verão faziam seu efeito, ceifando vidas nos meses de novembro, dezembro e janeiro, vítimas de moléstias infecto-contagiosas, principalmente sobre a população mais suscetível de contraí-las, as crianças. A mortalidade entre crianças de

0 a 14 anos em Lençóes era mais acentuada neste período, enquanto que as mortes ocorridas na faixa etária de 15 a 49 anos não guardam relações com as condições climáticas nem com o ritmo de trabalho na lavoura.

A análise dos padrões demográficos de uma área de fronteira, distante dos grandes centros urbanos, caracterizada por uma economia voltada ao abastecimento dos mercados local e regional, cuja sociedade estava às voltas com a elaboração e fortalecimento da ordem institucional, dá força à idéia de que um mosaico de estruturas econômicas e sociais corresponde melhor à realidade do passado brasileiro do que um modelo único generalizado para todo o território nacional.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Edgar Lage. **Sertões da noroeste**. São Paulo: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, 1945.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo**. Bauru, SP: EDUSC : FAPESP : IMESP, 2000. Catálogo 1 (1644-1830).
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do passado: dados demográficos**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. 1 CD-ROM.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2001.
- BASTOS, Irineu Azevedo. **A violência na história de Bauru**. Bauru: EDUSC, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório da repartição geral das terras públicas: 1859**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1859.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII segundo os registros paroquiais, 1751-1800**. 1974. 108 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.
- CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: Ed. USP, 1952, v. 3.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1951.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S (Org.). **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CHITTO, Alexandre. **Lençóis Paulista boca do sertão**. [S.l.: s.n.], [1980?].

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Maria S. Kofes de (Org.). **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. **Posse de escravos e produção no agreste Paraibano**: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888. 1992. 291 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Herança e ciclo familiar**: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850. 1997. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

\_\_\_\_\_. Arranjos domésticos e formação de *plantations*: Campinas, São Paulo, 1798-1829. **População e Família**, São Paulo, n.3, p. 129-155, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos de redistribuição da riqueza e formação de famílias proprietárias em área de fronteira**: Campinas, 1795-1850. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 4., 1999, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/DORA.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2006.

COSTA, Iraci del Nero da. **Análise da morbidade nas Gerais**: Vila Rica, 1799-1801. Disponível em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar03.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar03.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Vila Rica: casamentos (1727-1826). **Revista de História**, São Paulo, v. 111, p. 195-208, 1977. Disponível em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Arraia miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP, 1992.

DAUMARD, Adeline; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria; GRAF, Márcia Elisa de Campos. **História Social do Brasil**: teoria e metodologia. Curitiba: Ed. UFPR, 1984.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DONATO, Hernani. **Achegas para a história de Botucatu**: até 1920 e com um capítulo sobre julho-outubro de 1932. 2. ed. S. Paulo: Cupolo, 1954.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Edson. **Escravidão na fronteira: um estado da escravidão negra numa boca de sertão paulista**. Lençóes, 1860-1888. 2003. 114f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2003.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix : Ed. USP, 1977.

FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda L. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GALVÃO, Rafael Ribas; NADALIN, Sergio Odilon. Bastardia e ilegitimidade: murmúrios dos testemunhos paroquiais durante os séculos XVIII e XIX (nota prévia). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais....** Caxambu: ABEP, 2000. v. 1. p. 1-24.

GUTIÉRREZ, Horácio. A harmonia dos sexos: elementos da estrutura demográfica da população escrava no Paraná, 1800-1830. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5., 1986, São Paulo. **Anais....** São Paulo: ABEP, 1986. v. 1. p. 35-52.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.) **História geral da civilização brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. t. 2. v. 7.

LIMA, João Francisco Tidei de. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. 1978. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: FINE : Pioneira, 1982. p. 31-55.

LUNÉ, Antonio J. B. de; FONSECA; Paulo Delfino da. **Almanaque da Província de São Paulo para 1873**. Ed. fac-similada. São Paulo: IMESP, 1985, p.445-448.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Pioneira : Ed. USP 1973.

\_\_\_\_\_. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 14, n 1/2, p. 125-143, 1997.

\_\_\_\_\_. **Caçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836**. São Paulo: Hucitec : Ed. USP, 2000.

\_\_\_\_\_. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 4, n.2, p. 35-54, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.13, n.1, p. 181-209, jan./abr. 1983.

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio; Brasília, DF: CNPq, 1988.

MELLO, Zélia Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Hucitec, 1985.

MENDONÇA, Antônio Manuel de Mello Castro e. Memória econômico-política da Capitania de São Paulo em 1800. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, p. 81-248, 1961.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec : Polis, 1984.



MONTEIRO, John Manuel et al. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984.

MONTEIRO, Rosane Carvalho M. **Cultivo do café nas bocas do sertão paulista**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia histórica: da semeadura à colheita. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1/2, p. 151-158, 1997.

MOURA, Gentil. **Relatório apresentado pelo Snr. Gentil Moura**. Chefe da turma. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~lrdg/exploracao/gentilmoura.htm>>. Acesso em: 19 out. 2007.

NADALIN, Sergio Odilon. A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1/2, p. 145-149, 1997.

NEVES, Correia das. **No velho Bauru**. [S.l.: s.n], [1961].

NEVES, João Correa das; BUENO FILHO, Jurandir. **Bauru**: edição histórica. São Paulo: Focus, [19--].

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NÓBREGA, Mello. **História do rio Tietê**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 dez. 2006.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**: família e sociedade no Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n.38, p. 55-80, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1/2, p.101-124, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo**. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Martins, 1954.

SALGADO, Elaine Desireé. O processo eleitoral no Brasil Império. **Paraná Eleitoral**, n. 47, jan. 2003. Disponível em: <[http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo\\_impreso.php?cod\\_texto=158](http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impreso.php?cod_texto=158)>. Acesso em: 11 dez. 2006.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105, set./fev. 1987/1988.

\_\_\_\_\_. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru: EDUSC, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. **Repertório das Sesmarias / Divisão de Arquivo do Estado**. São Paulo: A Divisão, 1994.

\_\_\_\_\_. Comissão Geográfica e Geológica. **Exploração dos rios Feio e Aguapeí: relatório apresentado pelo Snr. Gentil Moura, chefe da turma**. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~lrdg/exploracao/gentilmoura.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. **Ensaio paulista**. São Paulo: Anhembi, 1958.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983.

SECRETO, Maria Verônica. Duas fronteiras: o oeste paulista e o sudeste bonaerense no século XIX. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 4., 1999, Curitiba. **Anais....** Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz : Ed. USP, 1984.

SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). São Paulo, **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio-ago. 1987.

SOUZA, Jonas Soares; MAKINO, Miyoko (Orgs.). **Diário da navegação**: Teotônio José Juzarte. São Paulo: Ed. USP, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas, SP: Ed. UNICAMP: 1998.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**: relatos monçoeiros. 2. ed. [São Paulo]: Melhoramentos, [195-?].

\_\_\_\_\_. **Relatos monçoeiros**. Segunda Tiragem da edição comemorativa do IV Centenário da fundação de São Paulo. São Paulo: Martins, [1953]. (Biblioteca Histórica Paulista).

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **A formação das famílias livres e o processo migratório**: Campinas, 1774-1850. 2004. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2004.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família**: concubinato, igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Loyola, 1999.

UNICAMP. Instituto de Geociências. **Galeria de fotos da turma dos rios Feio - Aguapehy - 1905**. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~lrdg/exploracao/galeria.htm>> . Acesso em: 19 out. 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2007.

ZALUAR, Antonio-Emilio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)**. Segunda tiragem comemorativa do IV Centenário da fundação de São Paulo. São Paulo: Martins, [195-].

## Fontes

Acervo Particular. Manuscrito de Floriza Ferraz da Silveira Corrêa. Inédito.

Arquivo da Câmara Municipal de Lençóis Paulista. Livro de Atas n.º 1, 1866-1886.

\_\_\_\_\_. Livro de Atas n.º 2, 1886-1890.

Arquivo da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos n.º 7.

Arquivo da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos n.º 9.

\_\_\_\_\_. Livro de Batismos n.º 16

\_\_\_\_\_. Livro de Batismos n.º 29.

\_\_\_\_\_. Livro de Batismos n.º 33.

\_\_\_\_\_. Livro de Batismos n.º 80.

\_\_\_\_\_. Livro de Batismos de escravos n.º 80.

\_\_\_\_\_. Livro de Casamentos n.º 15.

\_\_\_\_\_. Livro de Casamentos n.º 43.

\_\_\_\_\_. Livro de Óbitos n.º 12.

\_\_\_\_\_. Livro de Óbitos n.º 40.

\_\_\_\_\_. Livro de Óbitos de escravos n.º 40.

Arquivo da Igreja Presbiteriana Independente de Lençóis Paulista. Livro de Batismos.

\_\_\_\_\_. Livro de Casamentos.

Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Lençóis Paulista. Doação ao patrimônio.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 44, Ordem 4789, Anos 1872-1891.

\_\_\_\_\_. Caixa 48, Ordem 5069, Ofícios anos 1861-1892.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 48, Ordem 5069, Ofícios ano 1870.

\_\_\_\_\_. Caixa 206, Ordem 1091, Ofícios diversos anos 1849-1891.

Assembléia Legislativa de São Paulo – Divisão de Acervo Histórico. Documento IO 89 006.

\_\_\_\_\_. Documento EE. 83. 4. 1

\_\_\_\_\_. Documento CJ. 87. 45. 1

Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos. Inventários *post-mortem*, 1860-1887.

Cartório de Notas Primeiro, Lençóis Paulista. Livros de Notas Antigas, 1860-1863.

\_\_\_\_\_. Livros de Notas Antigas, 1863-1865.

\_\_\_\_\_. Livros de Notas Antigas, 1865-1866.

\_\_\_\_\_. Livros de Notas Antigas, 1870-1871.

Cartório de Notas Primeiro, Lençóis Paulista. Livro de Contrato de Locação de Serviços, 1880-1889.

\_\_\_\_\_. Livros de Notas, 1860-1862.

\_\_\_\_\_. Livros de Escrituras, 1863-1869.

\_\_\_\_\_. Livro [sem denominação], 1882-1884.

Cartório de Registro Civil e Anexos, Lençóis Paulista. Livro de registros de nascimento A0.

\_\_\_\_\_. Livro de registros de nascimento A1.

\_\_\_\_\_. Livro de registros de casamentos B01.

\_\_\_\_\_. Livro de registros de casamentos B02.

\_\_\_\_\_. Livro de registros de óbitos C01.

\_\_\_\_\_. Livro de registros de óbitos C02.

Centro de Documentação Histórica de Lençóis Paulista. Lista de qualificação de votantes de 1876.

\_\_\_\_\_. Lista de qualificação de votantes de 1879.

**ANEXO**

**ANEXO A - Repartição dos óbitos por causas. População livre. Período de 1799-1809 –  
Paróquia da Sé**

<b>Categoria das doenças</b>	<b>Sexo masc.</b>	<b>Sexo fem.</b>	<b>Total</b>	<b>Proporção por 1000 óbitos (causas declaradas)</b>
<b>I – Doenças infecciosas e parasitárias:</b>				
Ascaris (lombrigas)	92	85	177	
Tumores malignos (cancro)	2	5	7	
Coqueluche (tosse)	21	17	38	
Erisipelas (erisipela)	1	1	2	
Febres intermitentes (febre podre, febre maligna)	120	140	260	
Icterícia infecciosa (icterícia)	3	1	4	
Impaludismo (maleita)	2	-	2	
Reumatismos infecciosos (reumatismo infeccioso)	-	2	2	
Escarlatinas ou rubéolas (sarampo)	7	6	13	
Varíolas (bexiga)	38	47	85	
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>325</b>	<b>645</b>	<b>622,6</b>
<b>II – Câncer e outros tumores:</b>				
Tumor (tumor)	-	1	1	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0,9</b>
<b>III – Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos:</b>				
Paralisias (estupor)	16	15	31	
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>31</b>	<b>30,0</b>
<b>IV – Doenças do aparelho respiratório (exceto tuberculose)</b>				
Amas (asma)	2	-	2	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1,9</b>
<b>V – Doenças do aparelho digestivo:</b>				
Diarréias (diarréia)	6	14	20	
Disenterias hemorrágicas (câimbras de sangue)	2	6	8	

Doenças do fígado, hidropisias (hidropisia)	30	41	71	
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>61</b>	<b>99</b>	<b>95,6</b>
VI – Doenças do aparelho geniturinário:				
Hemorragias uterinas (defluxos)	-	2	2	
Anúrias (retenção da urina)	13	9	22	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>23,6</b>
VII – Doenças do parto e do puerpério:				
Partos (parto)	-	11	11	
Recém-nascidos (recém-nascido)	81	68	149	
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>79</b>	<b>160</b>	<b>154,4</b>
VIII – Doenças da pele e do tecido celular:				
Abscessos (apóstema)	16	7	23	
Gangrenas (feridas engangrenadas)	2	12	14	
Sarnas (sarnas; sarna recolhida)	14	8	22	
Lepras (Mal de São Lázaro)	8	5	13	
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>32</b>	<b>72</b>	<b>69,5</b>
IX – Mortes violentas e acidentais:				
Homicídios (assassinados)	1	-	1	
Submersões (afogados)	1	-	1	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1,9</b>
<b>Total</b>				
Causas especificadas	512	524	1036	
Causas não-especificadas	682	688	1370	
<b>Total geral</b>	<b>1194</b>	<b>1212</b>	<b>2406</b>	<b>1.000,00</b>

Fonte: MARCILIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**, com base nos registros paroquiais e nos censos antigos. São Paulo: Pioneira : Ed. USP, 1973. p. 176-177.